



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer  
que não falei das flores**

MARIA JOSÉ DE CARVALHO

Dissertação de Mestrado

Recife  
2017

MARIA JOSÉ DE CARVALHO

**Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer  
que não falei das flores**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro  
de Abreu e Lima

Recife  
2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262.

C331m Carvalho, Maria José de.  
Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973) : para não  
dizer que não falei das flores / Maria José de Carvalho. ñ 2017.  
122f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.  
Inclui Referências e anexos.

1. História. 2. Mulheres ã Relações de gênero.3. Política ã Movimento estudantil. 4. Ditadura militar. 5. Repressão política.6. Cultura ã Costumes.I.Abreu e Lima, Maria do Socorro de (Orientadora). II. Título.

305.4 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-086)

**Maria José de Carvalho**

**óMulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973):  
para não dizer que não falei das floresô**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **17/02/2017**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro de Abreu e Lima  
**Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Grassano de Gouvêa Mélo  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)**

À minha mãe, Maria, cujos suores e lágrimas se transformaram na instrução que pude receber. Seu exemplo me encoraja a levantar a cada queda e jamais desistir de um sonho.

*In memoriam*

A meu amor e companheiro, Leonardo Cavalcanti, personagem desta história.

*In memoriam*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente com elaboração deste trabalho, que se tornou uma tarefa mais difícil do que eu havia imaginado. Jamais poderei expressar todo amor e gratidão aos que aqui citarei.

Agradeço primeiramente a Deus, sempre presente e Senhor de todas as minhas conquistas.

Agradeço, em especial, a minha orientadora, Professora Socorro Abreu e Lima, pessoa de uma sensibilidade ímpar, capaz de ensinar as teorias mais importantes da vida com a leveza e a sabedoria que só as grandes mestras possuem. Desde os primeiros contatos, acolheu-me de braços abertos, incentivando, apoiando e cobrando quando necessário.

Meus sinceros agradecimentos aos membros da banca do Exame de Qualificação: a Professora Lucinda Macedo e o Professor Carlos Alberto Miranda, que me ajudaram com sugestões importantes e pertinentes para a conclusão deste trabalho.

Minha eterna gratidão à Professora Christine Dabat, profissional ética, competente e compromissada com os reais valores democráticos do nosso país, por sua enorme solidariedade e presteza durante todo o curso. Agradeço às Professoras Suzana Cavani e Virgínia Almoêdo, a aprendizagem e o prazer da convivência durante as disciplinas do curso.

Meu carinho e gratidão a minha eterna mestra, conselheira e amiga, Professora Sílvia Cortez. Pelas conversas inteligentes e maravilhosas para me acalmar, regadas a lanchinhos deliciosos.

Agradeço, sobretudo e imensamente, às entrevistadas. Elas são as protagonistas desta investigação, sem as quais não poderia ter realizado este trabalho. Tive um enorme prazer em conhecê-las e em aprender não apenas com a(s) história(s), mas, também, com as experiências e força por terem enfrentado tantas dificuldades em tempos difíceis. Infelizmente, por compromisso ético, não poderei nominá-las.

Minha eterna gratidão aos entrevistados que colaboraram com depoimentos, documentos históricos, empréstimo de livro e conversas informais: Professor Nilzardo Carneiro Leão, José Nivaldo Júnior, João Humberto Martorelli, Marcelo Mário Melo, Marcelo Santa Cruz, José de Moura e Fontes.

Agradeço imensamente a minha irmã, Stela, e a meu irmão, Gonzaga, pela educação que me proporcionaram através de seus esforços e sacrifícios para que eu estudasse.

Agradeço às colegas do mestrado, Elza Mariana, Mirella, Thayana, Izabel, pela convivência em sala de aula e nas distrações, que ninguém é de ferro. Afetuosamente às minhas sempre amigas: Muirá Belém, pelas conversas de incentivo e bem humoradas de sempre; Fátima Cavalcanti, confidente, conselheira e testemunha de muitos momentos difíceis; Iara Felix, pela amizade e ajuda com a tecnologia nas horas do sufoco.

Com carinho, agradeço a minha chefe, Karine Vilela, pela compreensão nas muitas ausências; e às colegas e companheiras de trabalho: Lígia Rodrigues, Angélica Borges, Maria do Carmo Paiva, Marines Vidal, Eliane Ribas, Josias Júnior, Fátima Carvalho, Lygia Vita, Rony Joab, Alexsandra Santos, Carlos Alberto, Paulo Jacinto, Gerard Moura.

Agradeço, ainda, à professora Luciana Grassano, a primeira diretora mulher da FDR, profissional competente e corajosa, que sofreu, em pleno século XXI, a misoginia ainda presente naquela Casa, pelo incentivo.

Minha eterna gratidão a Ingrid, Cláudia, Yone, Daniela e Elivanda, profissionais competentes e comprometidas, pertencentes ao quadro de servidores do Arquivo e da Hemeroteca da Faculdade de Direito do Recife.

Agradeço, com carinho, a Sandra Regina e Patrícia Regina, sempre e eternas órfãs, da Secretaria do PPGH-UFPE, pela atenção e solidariedade, em muitos momentos angustiantes.

Obrigada, a todos que, direta e indiretamente, ajudaram-me a enfrentar as dificuldades para conclusão deste trabalho. É a única palavra de coração aberto e sincero que podemos dizer, como reconhecimento da importância na nossa vida.

***Cordel para a turma de Direito da UFPE de 1973\****

[...] veio até constituição  
a que foi legal sem ser  
em seguida o AI-5  
Congresso aberto pra quê?...

teve o 477  
com tortura e cassação  
sequestro e assassinato  
mas também contestação!

no DOI-CODI uns sofreram  
outros vieram a morrer  
ideias da juventude  
defenderam pra valer!

masprälém da ditadura  
teve um tempo muito bom  
teve os Beatles, Woodstock,  
paz e amor e nosso Tom

teve Chico, Caetano  
o Vinícius e a Nara  
Leila, Elis e João Gilberto  
Glauber Rocha e a Jovem Guarda

no meio desse frenesi  
de repente ela surgiu:  
Faculdade de Direito  
melhor turma nunca viu!

a turma de meia nove  
colou grau em sete três  
penalista Rui Antunes  
paraninfo ele se fez!

foram grandes professores  
Lourival e Bernardette  
Luciano e Nilzardo  
Marcos Freire e Ronaldo

[...] a turma de meia nove  
ou é de setenta e três?  
essa ordem pouco importa  
importante é o que ela fez!

destacou-se dos estudos  
combateu a repressão  
discutiu democracia  
Zé Nivaldo na prisão

aliás, sobre prisão  
outros foram ali parar:  
Leonardo e Lavareda  
Razão não se há de achar...

[...] vários foram os namoros  
que na turma começaram  
a história se repete:  
casamentos uns geraram...

---

\* Folheto de Cordel distribuído em dezembro de 2003 nas comemorações dos 30 anos de formatura da turma de 1973 da FDR. Autoria da ex-aluna *Eliane de Albuquerque Oliveira Recena*. Texto adaptado.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a presença da mulher na Faculdade de Direito do Recife no período de 1960-1973, enquanto estudantes e, posteriormente, profissionais. A abordagem se dá sob a ótica de gênero enfocando parte do período anterior e posterior ao golpe militar no Brasil, em uma instituição tradicionalista e voltada à formação de uma profissão predominantemente masculina. Avalia-se a presença da mulher na instituição desde a formação dos Cursos Jurídicos em Pernambuco, desde as primeiras bacharelas de Ciências Jurídicas do Brasil, em 1888. Posteriormente, no período delimitado, reflete-se sobre o desenvolvimento do cenário político no país e no mundo. Destaca-se duas mulheres; a primeira professora da faculdade e posteriormente a advogada combativa. O estudo está dividido em três partes: compreender como as dez mulheres entrevistadas viveram o período abordado a partir da vida acadêmica, da vida política, cultural e de costumes, assim como da vida profissional. Aborda-se ainda a repressão política desencadeada na própria instituição, com perseguições, delações, detenções, prisões de alunos e professores.

Palavras-chave: Gênero. Ditadura militar. Cultura. Repressão política.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the presence of women in the Law Faculty of Recife in the period 1960-1973 as students and later professionals. The approach is given from a gender perspective focusing part of the period before and after the military coup in Brazil, in a traditionalist institution focused on the formation of a predominantly male profession. The presence of women in the institution has been evaluated since the formation of the Legal Courses in Pernambuco, since the first baccalaureates of Legal Sciences in Brazil in 1888. Later, during the period defined, it is reflected on the development of the political scenario in the country and in the world. Two women stand out; The first professor of the faculty and later the combative lawyer. The study is divided into three parts: understand how the ten women interviewed lived the period covered by academic life, political life, culture and customs, as well as professional life. It also addresses the political repression unleashed in the institution itself, with persecutions, delations, detentions, arrests of students and teachers.

Keywords: Gender. Military dictatorship. Culture. Political repression.

## FIGURAS

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 ã Prédio onde estudaram as primeiras alunas, Praça Dezesete.....                             | 29 |
| Figura 2 ã Prédio da Faculdade de Direito, Praça Adolfo Cirne.....                                    | 30 |
| Figura 3 ã Imagem caricatural das três primeiras bacharelas.....                                      | 34 |
| Figura 4 ã Fotografia de formatura da bacharela Delmira Secundina.....                                | 35 |
| Figura 5 ã Presença de mulheres no Grupo de estudantes para formação da UNE.....                      | 42 |
| Figura 6 ã Professora Bernardette Pedrosa, exposição na FDR.....                                      | 46 |
| Figura 7 ã Revista Idéias editada pelos alunos da FDR.....                                            | 73 |
| Figura 8 ã Palestra de Célia Guevara na FDR.....                                                      | 77 |
| Figura 9 ã Estudante da FDR presa.....                                                                | 82 |
| Figura 10 ã A obra <i>Cristo Nu</i> , do pintor Alves Dias <i>desaparece</i> de Exposição na FDR..... | 86 |
| Figura 11 ã Encontro musical de estudantes. Presença de alunas da FDR.....                            | 87 |

## GRÁFICOS

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 ã Comparativo: bacharelas em relação ao total de formandos..... | 64 |
|---------------------------------------------------------------------------|----|

## QUADROS

|                                                                                          |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 ã Quantitativo de bacharelas por Estado.....                                    | 38 |
| Quadro 2 ã Quantitativo e percentual dos bacharéis (1960-1973): análise comparativa..... | 63 |
| Quadro 3 ã Advogadas Ativas, inscritas na OAB-PE.....                                    | 90 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                       |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO: A TEMÁTICA, O PROBLEMA E O MÉTODO.....</b>                                                           | <b>12</b>  |
| 1.1 AS ENTREVISTAS: HISTÓRIAS DE VIDA.....                                                                            | 19         |
| 1.2 ENTREVISTADAS.....                                                                                                | 21         |
| <br>                                                                                                                  |            |
| <b>2 OS PRIMEIROS TEMPOS.....</b>                                                                                     | <b>27</b>  |
| 2.1 CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS .....                                                                     | 27         |
| 2.2 MULHERES: primeiras bacharelas de Ciências Jurídicas do Brasil .....                                              | 31         |
| 2.3 AS ANTECESSORAS: bacharelas de 1888 a 1959 .....                                                                  | 37         |
| 2.4 MULHERES NA UNE: atuação das estudantes no Estado Novo.....                                                       | 40         |
| 2.5 DUAS MULHERES QUE SE DESTACARAM NOS ANOS 60 NA FDR.....                                                           | 43         |
| 2.5.1 A professora pioneira .....                                                                                     | 44         |
| 2.5.2 A advogada combativa .....                                                                                      | 47         |
| <br>                                                                                                                  |            |
| <b>3 PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES .....</b>                                                                 | <b>50</b>  |
| 3.1 ALGUMAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS, DE 1945 A 1964.....                                                                | 50         |
| 3.2 OS ESTUDANTES NOS ANOS 60.....                                                                                    | 52         |
| 3.3 O ANO DE 1968.....                                                                                                | 59         |
| 3.4 AS MULHERES NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (1960-1973): vem,<br>vamos embora.....                              | 63         |
| 3.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....                                                                                      | 65         |
| 3.5.1 Vida acadêmica .....                                                                                            | 66         |
| 3.5.2 Visão política, cultural e de costumes .....                                                                    | 77         |
| 3.5.3 Integração à vida profissional .....                                                                            | 90         |
| 3.6 REPRESSÃO POLÍTICA NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (1960-1973):<br>quase todos perdidos de armas nas mãos ..... | 93         |
| 3.6.1 A professora Bernardette Pedrosa é detida .....                                                                 | 96         |
| <br>                                                                                                                  |            |
| <b>4CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                    | <b>105</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                               | <b>107</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                                                                                                   | <b>115</b> |

## 1 INTRODUÇÃO: A TEMÁTICA, O PROBLEMA E O MÉTODO

A motivação para a escolha de um tema de pesquisa não acontece por acaso; há inúmeros elementos que interferem na inclinação por um determinado viés da realidade a ser estudada. Pesquisar o tema mulher, a princípio, pode parecer um ólugar-comumô, devido à quantidade de pesquisas sobre o assunto, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, como referendou, já em 1949, Simone de Beauvoir (2016, p. 14), ao ressaltar em sua significativa obra *O segundo sexo* que a produção escrita sobre *mulher* vinha se acumulando repetida vezes, talvez até demais. E foi o silêncio dos homens que nos direcionou ao presente trabalho, já que inicialmente o tema estava relacionado especificamente ao movimento estudantil na Faculdade de Direito do Recife ã FDR<sup>1</sup>, cuja participação feminina não fora abordada pelos homens que escreveram sobre o assunto. O silêncio às vezes tem suas vantagens, pois fez nascer o desejo de aprofundar as pesquisas sobre uma temática que de alguma forma está relacionada à participação efetiva, mas não reconhecida, por não ter sido devidamente explicitada; ou seja os homens se abstiveram de se pronunciar.

Quando nos propusemos a elaborar um estudo historiográfico a partir das *Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973)*, numa perspectiva da categoria *gênero e de análise política*, verificamos também que essa representação feminina merece ser divulgada e suas lutas, registradas, já que evidenciamos uma lacuna sobre esta instituição. Vários são os estudos sobre a história e formação dos cursos jurídicos da faculdade, mas sempre pelo olhar da escrita masculina.

Michelle Perrot (2016, p.9) evidencia que a escrita da história em nossos dias implica considerar o processo de visibilidade das mulheres e suas conquistas nos espaços público e privado, quando elas mesmas, por muito tempo, mergulharam em silêncios, algumas vezes impostos, é bem verdade; mas em outros momentos desprezaram, elas próprias, a importância de suas histórias. Vale ressaltar que aqui não pretendemos discorrer sobre o papel de vitimização da mulher e nem localizar no outro masculino a responsabilidade da dominação. Escrever a história de mulheres em um determinado período, requer, também, analisar este viés ã tendo em vista que o recorte temporal é o da ditadura militar<sup>2</sup> no Brasil e de

---

<sup>1</sup> Utilizaremos em vários momentos a sigla FDR para nos referirmos à Faculdade de Direito do Recife.

<sup>2</sup> Atualmente alguns autores usam o termo *ditadura civil-militar*, por entenderem que a destacada participação da sociedade civil no Golpe de 64 merece ser mencionada. Compreendemos que parte substancial da sociedade civil brasileira ã empresários, banqueiros, porção conservadora da Igreja, civis desinformados de direita ã também contribuíram para o Golpe. Entendemos que a criação intelectual, a gestação e administração do

mudanças culturais, sociais e de costumes no mundo, período no qual homens e mulheres vivenciavam suas relações sociais, práticas e representações em momento de história política conturbada no país e em meio às transformações sociais ocorridas no mundo.

Portanto, a história das mulheres é também produto da História Cultural, enquanto *categoria de gênero*, antes vista somente como unidade suspensa, como algo atrelado ao masculino. Segundo Michelle Perrot (2016), essa história precisa sair das universidades e ganhar as ruas, e deve ser discutida em outros segmentos da sociedade, pois, durante muito tempo, foi uma história *silenciada*, como podemos verificar a seguir:

No século XVIII, ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, em algum tempo depois, que podem conscientemente tomá-las nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita (PERROT, 2016, p.11).

A contribuição da referida autora situa-se na busca por traçar os caminhos de dificuldades enfrentados pelas mulheres no decorrer da história, explicando as resistências à emancipação da mulher, frisando que sua luta deve ser incessante. A propósito, recordamos de uma figura mítica no imaginário feminino brasileiro; uma das mulheres que servem de referência para exemplificarmos o início do século XIX: Nísia Floresta Brasileira Augusta<sup>3</sup>, que, aos 22 anos, publica, em Recife, a obra intitulada *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, cujo conteúdo é uma tradução de forma livre do livro de Mary

---

desmantelamento da democracia teve no empresariado um setor fundamental, mas o peso decisivo ao desencadear o processo e dirigir todo o período foi das Forças Armadas. Portanto, neste trabalho, utilizaremos a denominação *óditadura militar*.

<sup>3</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em 12 de outubro de 1810, no Sítio Floresta, Vila de Papari, no Rio Grande do Norte. Foi educadora e escritora. Filha de um português liberal e culto com uma brasileira abastada, Dionísia incorporou para seu nome artístico o lugar onde nasceu, a Fazenda Floresta, e uma lembrança de seu segundo marido, Manuel Augusto de Faria Rocha, acadêmico da Faculdade de Ciências Jurídicas de Olinda, pai de seus filhos Augusto e Lívia Augusta. Nísia publicou vários livros, cujos temas variavam entre a escravidão, o sofrimento do índio e também as belezas naturais do Brasil; mas, sobretudo, abordavam a opressão vivida pelas mulheres. Suas primeiras publicações foram artigos sobre a condição feminina em um jornal pernambucano. Após a formatura do seu companheiro, a família se transfere para o Rio Grande do Sul e Nísia vai dirigir um colégio para meninas. Com o advento da Guerra dos Farrapos, e ao se tornar viúva, se muda para o Rio de Janeiro, onde funda um colégio revolucionário em termos de educação para meninas: *óColegio Augusto*, reconhecido pelo alto nível de ensino. Em 1840, sua atividade literária foi fértil: *óConselhos à minha filha*, *óDaciz ou a jovem completa*, *óFany ou o modelo das donzelas*, *óA lágrima de um Caeté*. Nísia partiu com os dois filhos, em julho de 1849, para a sua primeira estada na Europa, onde se torna amiga do positivista Augusto Comte, recebendo-o e frequentando sua casa e com ele se correspondendo. Faleceu em 24 de abril de 1885, aos 75 anos, na Normandia, em Bonsecour, cidade em que vivia na França e onde foi enterrada. Seus restos mortais só foram trazidos ao Brasil quase 70 anos depois, em 1954, e enterrados no sítio onde nascera, na cidade que fora rebatizada de Nísia Floresta logo após a sua morte. DICIONÁRIO mulheres do Brasil, 2000, p. 451-452.

Wollstonecraft: *A Vindication of the Rights of Women*, publicado 50 anos antes na Inglaterra. Nísia mantém o foco original do livro, que discorre sobre a privação dos direitos da mulher e as injustiças cometidas pelos homens, que, à época, as impendiam de desenvolver-se intelectualmente. Principalmente na questão relacionada à educação.

Podemos observar os argumentos avançados de Nísia (1989) para o ano de 1832:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens (AUGUSTA, 1989, p. 35).

Ou seja, essa interpretação já denuncia uma insatisfação quanto à divisão dos papéis desempenhados por homem e mulher no núcleo familiar, pronunciada por uma jovem mulher, numa sociedade escravocrata, patriarcal, quando a maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada.

A propósito, June Hahner defende uma questão relevante quanto a este aspecto, quando cita que uma das razões para a ausência das mulheres na história oficial é a que:

[...] diz respeito à natureza da história tradicional, assim como àqueles que a escrevem. Os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico (HAHNER, 1981, p. 45).

Aponta, ainda, que as primeiras abordagens sobre o sexo feminino desejavam dar visibilidade às mulheres que, de uma forma ou de outra, se destacaram por sua excentricidade, despojamento, virtuosidade ou mesmo pelo seu poder. Portanto, mencionar Nísia Floresta é a melhor maneira de lembrar a dignidade da história das mulheres no passado.

Outra autora que analisa a mulher sob o prisma da divisão dos papéis sociais é Joan Scott, ao discorrer sobre as disposições sociais que determinam que os homens trabalhem e as mulheres cuidem da maioria dos trabalhos da casa, criação dos filhos, tarefas domésticas, organização familiar, quando se questiona: Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos

[...] a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da

simetria. Como podemos explicar, no seio dessa teoria, a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão mais investidos na virilidade do que na feminilidade? (SCOTT, 1989, p. 10).

E, portanto, como repassar esses padrões às crianças da família sem que esses comportamentos não sejam perpetuados? Ou seja, à criança do sexo masculino é repassado explicitamente que o papel do poder é representado pela figura do homem, viril e provedor da família; enquanto à criança do sexo feminino os valores repassados são que à mulher/mãe cabem as maiores e piores tarefas, além do papel de fragilidade e submissão.

A propósito do provedor para subsistência do núcleo familiar, recorremos à análise de Heleieth Saffioti (2013, p.72). De acordo com a autora, o modo capitalista de produção não faz apenas revelar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; mas se utiliza, também, da tradição para justificar a marginalização de alguns setores da população do sistema produtivo. Dessa forma, o sexo, fator que há muito tempo foi selecionado como fonte para inferiorizar socialmente a mulher no aspecto da força física, passa a intervir de modo positivo para atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais, ou seja, o fator da diferenciação natural homem *versus* mulher; enquanto processo natural que é, assume na sociedade capitalista uma feição determinada pelo sistema de produção social, sutilmente justificada pelas *deficiências físicas e mentais* dos membros pertencentes ao sexo feminino, isto é, a mulher aparece, então, como um elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando na realidade é a própria sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. Segundo a autora, as barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher não se apresentam de forma uniforme e são acentuadas na medida em que esses obstáculos são regulados por uma necessidade de ordem imperativa da sociedade competitiva, e não pela necessidade que possam ter as mulheres de se realizar através do trabalho. Dessa forma, as oportunidades oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase do seu desenvolvimento, ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. Compartilhamos com Saffioti quanto à análise da questão *de gênero* também estar relacionada à luta de classes no sistema de exploração econômica do capitalismo:

[...] verificar que formas historicamente condicionadas de trabalho permitem a objetivação da personalidade humana e quais outras aviltam o ser social do homem ou da mulher. Na sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

Portanto, a sociedade não prescinde do trabalho das mulheres das camadas subalternas, ao contrário, inferiorizar o trabalho das mulheres há séculos, também, é uma forma de exploração. Na visão do capitalista, o raciocínio caminha no sentido de tornar essa mão de obra pior remunerada, já que ela é abundante, subalterna e pouco se rebela por seus direitos trabalhistas; vamos nos aproveitar da *mais-valia* através da simultaneidade e intensificação da jornada de trabalho.

Aqui estamos analisando o grau de exploração de que é alvo o trabalho da mulher enquanto atividade subvalorizada sob o aspecto de gênero, mas também como forma de exploração econômica no sistema capitalista, que tem como objetivo maior o lucro.

O presente trabalho, intitulado **Mulheres na Faculdade de Direito do Recife (1960-1973): para não dizer que não falei das flores**, tem como objetivo analisar a presença dessas mulheres em busca da profissionalização, numa perspectiva das relações sociais de *gênero* num ambiente de predominância masculina, contextualizando-as sob um enfoque de memória histórica, verificando os fatos ocorridos no período: transformações políticas e sociais no país e no mundo; ditadura militar e evolução dos costumes, dentre outros.

O tema em apreço foi eleito como objeto de análise por dois motivos principais. Em primeiro lugar, para entender quais as influências causadas pelo contexto político e social, tendo em vista que no período estudado o Brasil atravessava uma ditadura militar; além de vivenciar as mudanças culturais e de costumes no país e no mundo. Em segundo lugar, para verificar como as diferenças de sexo foram invocadas na construção da história de vida dessas mulheres, em virtude das características conservadoras e misóginas da carreira jurídica; tanto no período da vida acadêmica na Faculdade de Direito do Recife, quanto da inserção na profissão.

Como objetivos específicos, procuramos: *identificar* na historiografia da instituição a presença da mulher desde seus primórdios; *analisar* como os acontecimentos dos anos 1960-1973 criaram problemas para elas durante o período acadêmico e na profissão; *avaliar* as dificuldades encontradas como estudantes e como profissionais em virtude da questão de *gênero*; *investigar* quais as razões que levaram algumas dessas mulheres à militância política na FDR; e *verificar* quais os impactos que a ditadura militar exerceu em suas vidas, conforme será discutido ao longo deste trabalho.

Nossa pesquisa utiliza-se da análise qualitativa: entrevistas, documentos, periódicos, matérias de jornais, iconografia e bibliografia pertinente ao assunto estudado; mas também da análise quantitativa, já que utilizamos alguns dados estatísticos, tabelas, números, gráficos.

No total, foram realizadas onze entrevistas, sendo dez com mulheres ex-alunas da FDR no período estudado e uma com servidora pública da carreira de bibliotecária.

Abordamos questões referentes à *memória histórica*, ou seja, as lembranças históricas narradas pelas entrevistadas a partir dos diferentes graus de inserção no meio acadêmico; seja através da militância política; seja nas relações sociais estabelecidas. Quando o historiador trabalha com a memória, com depoimentos, testemunhos de vida, lembranças, estas são sempre múltiplas e dinâmicas. Adverte Maurice Halbwachs (2005) sobre a dimensão social e coletiva da memória. Para ele, a memória é uma construção social, tecida a partir das nossas relações com os grupos sociais de que participamos. São as *comunidades afetivas*, ou seja, as pessoas não se lembram *sozinhas*, mas constroem coletivamente suas lembranças com seus colegas de turma, com os vizinhos, com os amigos de uma geração com os quais vivenciaram experiências. Acentua Halbwachs que lembramos melhor quando lembramos em grupo. Na presente pesquisa, constatamos na prática esta argumentação, realmente quando juntávamos os assuntos ressaltados nas entrevistas e colhidos individualmente, solidificava-se a memória. Portanto, embora nem todas as depoentes tenham participado do movimento estudantil na faculdade, sua identificação com a memória coletiva da FDR é de tal ordem que elas reproduzem quase o mesmo discurso daqueles que militaram efetivamente. É uma espécie de memória herdada quando surge o tema político.

E a propósito das entrevistas, defrontamo-nos com o problema de estabelecer o método para essas mulheres: se *temática* ou de *história de vida*. Conforme esboçado por Verena Albeti:

As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados (2005, p. 175).

Dessa forma, as entrevistas tiveram um roteiro previamente estruturado sobre a perspectiva *temática*. Todavia, no decorrer dos depoimentos, algumas narrativas contribuíam com fatos novos, inseridos posteriormente no roteiro. Como, por exemplo, a questão de análise sobre conflitos de classe, em razão da origem social, ou seja, paralelamente às lembranças do coletivo, ocorreram algumas revelações de suas histórias de vidas, quase como um processo de catarse.

Também consideramos entender a problemática da construção de identidade social de profissionais do direito, saídas de uma instituição tradicional e conservadora. Afinal, no processo histórico, como reitera Socorro Abreu e Lima (2005, p.10): Os diferentes aspectos da realidade se relacionam, não sendo possível entender uma questão específica abstraindo-a da situação mais geral, nem privilegiar um aspecto desligando-o dos outros. Ou seja, a história das mulheres, estudantes e futuras profissionais da FDR numa época de mudanças deve ser entendida a partir dos diversos aspectos políticos e culturais que se entrelaçavam. São imagens que se entrecruzam numa determinada temporalidade e são produzidas a partir de diversas interpretações na dinâmica social.

A reconstrução das lembranças que essas mulheres se propuseram a realizar, a partir da História Oral, atendendo à expectativa de testemunhar um passado longínquo, sob o ponto de vista da memória, relaciona-se com reflexões de Paul Ricoeur (2008, p. 70), como a seguinte:

[...] é no momento do reconhecimento, em que culmina o esforço da recordação, que essa busca de verdade se declara enquanto tal. Então, sentimos e sabemos que alguma coisa se passou, que alguma coisa teve lugar, a qual nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas.

Estes depoimentos testemunham histórias individuais, reportando as mulheres ao passado para trazerem suas impressões de uma conjuntura distante da atualidade. São imagens, ambientes, acontecimentos, cenas revividas. Através de um provocador (receptor-entrevistador), em um contexto histórico descolado do original que compõe o pedaço da história individual de cada entrevistada.

Para elaboração desta dissertação, utilizamos como autores de referência: Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Clóvis Beviláqua, Gláucio Veiga, Luiz Pinto Ferreira, Artur Poerner, Maria Paula Araújo, Paulo Cavalcanti, entre outros.

Também vale ressaltar a utilização de fontes iconográficas, tendo em vista que, em muitos momentos da nossa pesquisa, as fotografias nos deram subsídios para análise. Walter Benjamin (1996, p. 107), ainda nos anos 30 do século XX, reconhecia o valor da fotografia:

A câmara se torna cada vez menor, cada vez mais apta a fixar imagens efêmeras e secretas[...] Aqui deve intervir a legenda, introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações da vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga.

Desde que, evidentemente, seja bem utilizada, contendo legenda explicativa. Para se trabalhar uma fotografia, exige-se uma leitura para a construção da realidade ali exposta. Também Alberto Del Castilho Trancoso (2008, p. 56) defende que dar sentido a uma fotografia é traduzir essa imagem através de sensações e relatar esses sentimentos. Portanto, utilizamos esse método de leitura nas fotografias aqui expostas.

Outras fontes utilizadas na pesquisa foram encontradas na Hemeroteca e Arquivo da FDR; no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano<sup>4</sup>; e na Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade ã Cehibra, da Fundação Joaquim Nabuco ã Fundaj; também recorremos aos principais jornais da cidade: Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco; no Museu da Cidade do Recife, entre outros.

### 1.1 AS ENTREVISTAS: HISTÓRIAS DE VIDA

Utilizamos onze entrevistas, através de depoimento oral, sendo assim distribuídas: dez ex-alunas e uma profissional bibliotecária ã que vivenciou a FDR desde 1959 até 1982. A História Oral, cuja metodologia é caracterizada pela utilização de entrevistas como fontes históricas, é construída a partir de lembranças de depoentes, defende Julie Cruikshank (1996, p. 149). Porém, os relatos memorialísticos são construídos por recordações e, por esse motivo, são carregados de ressignificações acumuladas pelas vivências e marcadas pela subjetividade. Compreendemos, de antemão, ao utilizarmos essas fontes, que nenhum discurso é neutro. Reitera Verena Alberti (2005, p. 163): o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social. E acrescenta que o contexto serve para preencher as lacunas documentais por meio de comparações com outras pessoas cujas vidas apresentam alguma analogia. Por isso, utilizamos os depoimentos para uma melhor compreensão do contexto estudado e, como também, para verificar a presença da construção de *gênero* imbricada no processo de vida dessas mulheres, sejam como estudantes, mulheres e profissionais.

Para entender os discursos, procuramos também compreender a contextualização, pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela maneira de se expressar

---

<sup>4</sup> Durante o levantamento de dados para nossa pesquisa (2015-2016), o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, órgão da administração estadual, onde se encontra a documentação do Departamento de Operação Política e Social ã DOPS, cerrou suas portas para execução de um projeto de digitalização do acervo. Evidentemente louvamos o empreendimento das autoridades competentes quanto à preservação e conservação da memória documental do nosso estado; todavia destacamos que a não acessibilidade dessa documentação causou alguns prejuízos a nossa pesquisa, como também às de vários colegas.

carregada de emoções, de gestos, de pausas, de silêncios que, às vezes, fala mais do que as palavras ão lembrar de momentos difíceis numa conjuntura política adversa. Enfatiza Danièle Voldman (1996, p. 248) que, em diversos momentos da nossa vida, ao nos expressarmos-nos, comunicarmos-nos, fazemos a mediação entre nossas vivências e o discurso dos outros, enfim, reportamos-nos ao entorno social. Nessa perspectiva, o relato pessoal deixa de ser visto como exclusivo de seu autor, e vai além, ou seja, torna-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo de um conjunto de mulheres em convivência e que apresentam alguma analogia. Como bem explicita Mary Del Priori na apresentação da obra *História das mulheres no Brasil*: «A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos» (DEL PRIORI, 1997, p.9). Ou seja, a nossa história é nossa, é individual, mas também faz parte da história do outro, dos nossos pares, da nossa família, das nossas colegas. Quantas vezes as alegrias, as vitórias e, paralelamente, as dores e os sofrimentos são compartilhados pelos entes mais próximos?

Portanto, ressaltamos estas considerações, porque, em diversos momentos durante as entrevistas, os discursos iam além das próprias perguntas, extrapolavam as respostas convencionais. Compreendia os sentimentos expostos, a liberação das emoções. Falar do passado ão quando é revelação sincera ão requer despojamento e sensibilidade. Trabalhar com História Oral também é trabalhar com o despertar de emoções, é vivenciar uma catarse.

Sendo assim, essas mulheres se pronunciaram a respeito: do sistema político repressivo-ditatorial vigente; de preconceitos em questões relacionadas a gênero durante a realização do curso e na profissionalização; do meio social egresso, de dificuldades que algumas como mulheres de origem social pobre enfrentaram, dentre outras questões. Ressaltamos que o aspecto político sobressaiu em diversos momentos dos depoimentos.

Todos os relatos foram gravados. A duração de cada encontro oscilou de quarenta minutos a três horas, atendendo à disponibilidade de tempo das entrevistadas e à sua disposição para falar. Ressaltamos este detalhe, porque, em duas entrevistas, tivemos que retornar para dar continuidade aos depoimentos. Seis encontros foram realizados na residência das mulheres, os outros cinco no ambiente profissional.

O trabalho de transcrição foi elaboração pessoal. Procuramos garantir o cuidado na transposição do registro oral ao escrito, considerando que essa tarefa faz parte do processo de interpretação, sendo muito difícil destiná-la a outras pessoas. A transcrição é feita a partir daquilo que se exprimiu além da oralidade: pausas, gestos, olhares. Compreendemos

que, quando não somos as testemunhas e não participamos do processo transcrição das entrevistas gravadas, às vezes, podem permanecer brechas que prejudiquem o entendimento da entrevista.

Ressaltamos que a reconstrução desse passado pelas recordações das entrevistadas oferece, além de um painel sobre a cultura de uma época, também a revelação do papel de *vanguarda* de algumas dessas mulheres. Seis delas estavam direta ou indiretamente ligadas à militância política, seja através da atuação no movimento estudantil ou em outra forma de atuação. Uma delas foi presa, outra detida e uma terceira era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao descreverem o ambiente da FDR, dos ótimos (informantes) em sala de aula, relataram as redes de contatos que mantinham com a militância estudantil no meio universitário; mas também o perfil da cidade, dos bares, da música, do teatro, da moda. Essa é uma parte relevante dos depoimentos, tendo em vista a configuração do período para compreendermos as condições políticas e culturais da época.

Relembramos Maurice Halbwachs, quando defende no seu estudo sobre a memória: «existem duas memórias: uma interior ou interna, a outra exterior ou social [...] diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda» (HALBWACHS, 2005, p.73). O autor defende que a história de nossas vidas faz parte da história em geral socialmente construída, o que significa o resultado de uma reconstituição do passado dentro de um quadro de recordações comuns a um dado grupo histórico, ou seja, aquilo que é lembrado só tem razão de existir em relação a um conjunto que faz parte do todo e que também depende do quadro de referência no qual evoluem o grupo e os indivíduos que elaboram as suas recordações. Portanto, as entrevistas significam pedaços da história de uma conjuntura estudada.

## 1.2 ENTREVISTADAS

As mulheres advogadas aqui analisadas enveredaram por diversos caminhos da área jurídica, tendo em vista que a profissão compõe um leque de opções para atuação profissional: exercer a advocacia em diversas áreas do direito: cível, penal, trabalhista, comercial, dentre outros; e enveredar pela carreira jurídica: como promotora, procuradora, advogada geral da união, juíza, desembargadora, defensora pública ou delegada. O perfil das entrevistadas é bastante heterogêneo, todavia não conseguimos pesquisar uma profissional do quadro policial: delegada. Informaram-nos que das mulheres do recorte temporal da pesquisa, nenhuma profissional seguiu a carreira de delegada, o que só viria a ocorrer anos mais tarde.

Destacamos que as mulheres entrevistadas não aparecem no texto nominalmente, por cada depoimento, porque, quando questionadas a respeito, algumas optaram pelo anonimato. Devido à exposição a que podem ficar sujeitas, quer em função de atuação na esfera pública; quer através das funções que ainda hoje ocupam: professoras, juízas, desembargadoras, promotoras, procuradoras. Algumas já estão aposentadas, mas ainda continuam atuando em outras áreas. Portanto, o critério ficou sendo igual para todas. É importante salientar que esse anonimato é relativo, tendo em vista que duas delas autorizaram a publicação de suas fotografias da época. Assim, nesses casos, não será difícil reconhecer a mulher por trás dos relatos de seus testemunhos.

Ressaltamos que algumas das entrevistadas são profissionais reconhecidas no meio jurídico, pois quebraram barreiras numa sociedade em transição. A priori, nossa proposta foi que os perfis de todas tivessem em comum o exercício contínuo da profissão na área jurídica, todavia, no decorrer dos trabalhos, verificamos que algumas delas atuaram por pouco tempo na profissão, posteriormente, enveredaram pela docência, ou em áreas correlatas. Todavia todas as dez entrevistadas vivenciaram a atuação na profissão.

Muitas informações foram a respeito das dificuldades encontradas, num ambiente antagônico, tanto durante o período acadêmico quanto posteriormente, no meio profissional, para seguirem a carreira. Quando jovens estudantes, segundo alguns depoimentos, sentiam que óalgunsô professores as diferenciavam no tratamento em sala de aula, e as olhavam com certa desconfiança em relação à vocação e ao futuro profissional. Escutavam até comentários tipo: óestavam ali para arranjar maridoô.

As narrativas não estão fixadas por ordem cronológica dos acontecimentos. O eixo que ordena as lembranças foi definido por três momentos da reconstrução das experiências de vida dessas mulheres. Esses momentos estruturam a análise dos depoimentos. São eles: 1) a fase da vida acadêmica na FDR; 2) a visão política, cultural e de costumes no recorte temporal; 3) e a fase de integração à vida profissional.

Antes, faremos uma breve apresentação da trajetória de vida de nossas entrevistadas, apresentando dados que nos permitam uma melhor compreensão da discussão de aspectos sobre o perfil social, político e profissional. Tendo em vista não serem identificadas nominalmente, criamos nomes fictícios em ordem alfabética.

**Adriana** - Nasceu em Recife. O pai era engenheiro agrônomo e a mãe trabalhava em casa<sup>5</sup>. Única filha mulher. Estudou o primeiro grau<sup>6</sup> no Colégio Estadual do Recife e o segundo grau clássico no mesmo colégio no prédio desse antigo colégio, hoje funciona a Câmara Municipal do Recife. Escolheu o Curso de Direito, porque achava um ócurso bonitoô. A mãe se surpreendeu. O pai gostou. Durante o curso, descobriu que não teria vocação, mas, mesmo assim, concluiu. Atuou na advocacia na área de Direito Comercial no escritório de um professor. Posteriormente, enveredou pela linha da sociologia, deixou de advogar e seguiu a carreira de funcionária pública em uma repartição pública estadual. Hoje escreve literatura. Iniciou o curso em 1959 e o concluiu em 1963.

**Bethânia** Nasceu em Recife. O pai pertencia à área da magistratura. Foi morar no interior do estado, por motivo de transferência profissional do pai. Estudou o primeiro e o segundo grau no Colégio das Damas Cristãs, e foi interna neste colégio. O pai queria que estudasse Letras. Atendeu o seu pedido. Estudava o Curso de Letras na Universidade Católica de Pernambuco no Unicap, no turno da noite, mas fez escondido o vestibular para Direito. Talvez por influência da profissão do pai. Mas este não aceitava muito a profissão do Direito para mulher. Mesmo assim, não se opôs. Estudava no turno diurno Direito e à noite Letras. Teve uma rápida experiência na profissão. Seguiu a carreira da docência na área da literatura por muitos anos. Escreve literatura. Iniciou o curso em 1960 e o concluiu em 1964.

**Clarice** - Nasceu em Recife. O pai era médico. E a mãe ligada à área de psicologia. Estudou o segundo grau no Colégio Vera Cruz. Sempre desejou estudar Direito. Seus pais tinham orgulho dessa escolha. Durante o período acadêmico, participativa intensamente da vida política e cultural. Sempre participava ativamente das eleições do Diretório Acadêmico, chegou a compor diretorias. Às vezes, esse seu comportamento de ser dinâmica e atuante incomodava alguns professores. Fez o mestrado e o doutorado. Seguiu a carreira da docência por muitos anos. Posteriormente entrou na área da magistratura. Entrou na FDR em 1962 e concluiu em 1966.

---

<sup>5</sup> Não vamos usar o termo *erroneamente* citado e até formalizado: ódomésticaô ou ódo larô, mas, sim, que a mulher trabalhava em casa. Tendo em vista que exercia uma dupla, às vezes tripla, jornada de trabalho.

<sup>6</sup> Utilizaremos primeiro grau (antigo primário e ginásio) e segundo grau (antigo científico, clássico, normal ou pedagógico).

**Dora** nasceu no interior da Paraíba. A décima filha entre 11 irmãos. O pai era agricultor e a mãe trabalhava em casa. Chegou ao Recife em 1958 para prosseguir com os estudos. Estudou o primeiro grau no interior da Paraíba e o segundo grau no Clássico no Colégio Estadual do Recife. De origem humilde, mas estudiosa, quando chegou à FDR, ficou deslumbrada com o *glamour* do ambiente da Faculdade (grifo nosso), e se empenhava bastante nos estudos. Participava da efervescência cultural, festas, passeios, cinema; mas era distante da política. Enveredou pelo Ministério Público. Iniciou o curso em 1962 e o concluiu em 1966.

**Eliane** nasceu numa cidade de interior, próxima de Recife. O pai era contador e a mãe trabalhava em casa. Por ser a primogênita, o pai sempre desejou que ela estudasse Medicina. Estudou o segundo grau, interna no Colégio das Damas Cristãs. O desejo de estudar Direito era por ser apaixonada pela profissão e achar que iria mudar o mundo. Durante o curso, trabalhava como professora. Amava a área de Direito Penal, na qual se especializou. Fez mestrado e doutorado. Seguiu a carreira da docência na área do Direito por muitos anos. Atualmente se aposentou do ensino, mas continua atuando na área de pesquisa jurídica sobre Direito Penal. Iniciou o curso em 1965 e o concluiu em 1970.

**Fátima** nasceu em Recife, o pai era advogado e a mãe trabalhava em casa. Estudou no Instituto de Educação de Pernambuco. A única mulher entrevistada que era casada durante o curso, e já com dois filhos. A escolha em ter optado pelo Direito foi influência paterna, que sempre a inspirou pelo senso de justiça. Indiretamente atuava na militância política da FDR. Foi detida e presa por ser filha de comunista. Seguiu a carreira no Ministério Público. Passou 12 anos trabalhando por cidades do interior, alto Sertão, Agreste e Zona da Mata. Aposentou-se como procuradora. Entrou na FDR em 1966 e concluiu em 1970.

**Graça** nasceu em Recife. O pai era comerciante e a mãe trabalhava em casa. Estudou o primeiro e o segundo grau no Colégio Estadual do Recife. Sempre quis estudar Direito por acreditar no senso de justiça e na Justiça. Participou do movimento estudantil no Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho (DADSF)<sup>7</sup>. Militou no movimento estudantil. Foi

---

<sup>7</sup> DADSF é o Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho. Desde 1945, o Diretório Acadêmico da FDR tem essa denominação em razão do líder estudantil, estudante da FDR, que iniciou os estudos em 1941, foi assassinado em uma manifestação contra a ditadura de Vargas. Em 1944, foi realizado no salão nobre do prédio da Faculdade uma assembleia em comemoração à tomada de Roma pelas Forças Aliadas. Às vésperas da eleição do diretório, então: *Diretório Acadêmico 11 de agosto*. Em 7 de setembro daquele ano, prendem professores,

enquadrada pelo Decreto-Lei 477<sup>8</sup>. Teve seus direitos de estudante cassados durante três anos, porque participou de uma passeata na rua e estava falando palavras de ordem, como: óbaixo a ditadura; ómais verba pra educação. Foi detida e liberada na mesma noite. Retornou aos bancos escolares três anos depois, e concluiu o curso. Fez mestrado e doutorado. Seguiu a área da magistratura e da docência universitária. Iniciou o curso em 1966 e o concluiu em 1973.

**Helena** ã O pai era operário e a mãe trabalhadora do lar. Estudou o primeiro grau no colégio Nossa Senhora do Carmo e o segundo grau no Colégio Pedro Augusto. Optou em estudar Direito porque queria ter uma vida melhor. E o curso funcionava no turno noturno, já que trabalhava em banco privado. Participava ativamente do movimento estudantil, frequentava o Diretório Acadêmico, as discussões políticas da época. Fez parte de chapa no DADSF. Não foi presa, mas em alguns momentos teve que se esconder. Foi ligada ao PCB. Posteriormente foi aprovada em concurso para a docência universitária. Aposentou-se como professora, mas ainda trabalha. Iniciou o curso em 1965 e o concluiu em 1969.

**Iara** ã Nasceu em Recife, filha de mãe viúva que trabalhava em casa com costuras de roupa feminina e em preparos de bolos e salgados para ajudar na sobrevivência da família. Estudou em colégio público. Prestou vestibular duas vezes, pois só poderia estudar no período da noite, já que trabalhava no comércio no período diurno. No último ano do curso, foi trabalhar em escritório na área de Direito Comercial. Fez o curso com muito sacrifício, mas só assim pôde proporcionar à mãe e à família melhores condições de vida. O meio jurídico lhe

---

intelectuais e estudantes, dentre esses Demócrito. Foram soltos após quatro dias. Em 2 de março de 1945, no restaurante ÓLelo-Leroô na Rua 1º de Março, no bairro de Santo Antônio, os estudantes Demócrito e Jorge Carneiro da Cunha rasgam um retrato de Getúlio Vargas e distribuem os pedaços entre os presentes. No dia seguinte, 3 de março, os estudantes promovem uma passeata em protesto contra a ditadura de Vargas, culminando em um comício na sacada do prédio do *Diário de Pernambuco, Praça da Independência*. Durante o discurso de Gilberto Freyre, a polícia começa a atirar na multidão. Uma bala atinge a cabeça de Demócrito, que estava ao lado do orador, outra bala atinge o operário Manuel Elias dos Santos (Manoel Carvoeiro). Foi nesse momento que o estudante cambaleou na sacada e caiu no primeiro andar do prédio do *Diário de Pernambuco*, na sala de redação, apresentando um ferimento na testa produzido, por arma de fogo; foi socorrido, mas morreu às 20h50 do dia 3 de março de 1945, no antigo Hospital do Pronto Socorro do Recife. Por conta desse trágico acontecimento, os estudantes da FDR denominaram o DA em sua homenagem. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=239&Itemid=18](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=239&Itemid=18)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

<sup>8</sup> O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 foi baixado pelo presidente Artur da Costa e Silva, durante a ditadura militar. Previa punição de alunos, servidores e professores de universidades públicas. Os professores atingidos eram demitidos e ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer instituição educacional do país por cinco anos e os estudantes eram expulsos e ficavam proibidos de cursarem qualquer universidade por três anos. Vigorou até 1979, quando foi revogado pela Lei da Anistia.

despertou muitos questionamentos sobre as diferenças de classe social. Tinha simpatia pelos alunos que atuavam no Diretório Acadêmico, já que neste período muitos colegas foram perseguidos politicamente. Foi óadvogada de todas as causasô. Por problemas de saúde, aposentou-se. Entrou na FDR em 1967 e concluiu em 1972.

**Jéssica** ã Nasceu numa cidade do agreste de Pernambuco. O pai era médico, a mãe trabalhava em casa. Estudou o segundo grau no Colégio Rosa Gatorno em Recife. O pai era um homem atualizado e gostou por ela ter optado pelo curso de Direito. Quando iniciou os estudos, era noiva de um colega, mas ao terminar já era noiva de outro, com quem logo casou. Participava intensamente da vida cultural da faculdade, dos restaurantes, também de bares e cinemas. Acredita que poderia óter ido muito longe na área jurídicaô, mas óos deveres de dona de casa, mulher e mãeô a bloquearam. Exerceu cargo público de defensora pública do Estado, mas aposentou-se, e, atualmente, trabalha na área cultural. Iniciou os estudos na FDR em 1968 e concluiu em 1972.

Uma vez expostos os perfis das entrevistadas, consideramos a questão temporal. Ou seja, a pesquisa abrange treze anos, portanto o perfil de comportamento de uma jovem de 18 anos em 1963 era diferente para os anos de 1973, tanto no aspecto de seus valores, como em decorrência das mudanças sociais e políticas que ocorreram. Portanto, destacamos essa variante por ser um dado relevante para a pesquisa, já que a correlação de fator tempo é substancial na análise das entrevistas.

Também ressaltamos que será utilizada a letra da música (hino musical) de contestação dos anos sessenta: *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, a fim de contribuir em alguns títulos de capítulos no corpo de apresentação do texto, já que em alguns momentos versos da referida música vão nos auxiliar na denominação dos capítulos.

Esta dissertação está desenvolvida em dois capítulos. No primeiro, trazemos um histórico da Faculdade de Direito do Recife, situando a presença das mulheres como estudantes até o final dos anos 50. Já no segundo, foco principal da nossa pesquisa, analisamos a participação de estudantes da instituição de 1960 a 1973, ressaltando as entrevistas realizadas.

## 2 OS PRIMEIROS TEMPOS

### 2.1 CRIAÇÃO E FORMAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS

Neste capítulo, faremos um breve histórico sobre a criação dos Cursos Jurídicos em Pernambuco e sobre os diversos locais de funcionamento de seus prédios até chegar à sede atual. Posteriormente, apresentaremos as primeiras mulheres bacharelas de Direito no Brasil *aspioneiras*, e os acontecimentos que se destacaram, direta ou indiretamente relacionados sobre a *questão mulher* na história da FDR. Como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 129/1879 de Tobias Barreto, quando deputado provincial, na Assembleia de Pernambuco, sobre a criação de Curso de Ciências de Nível Médio e Superior para mulheres em Pernambuco, assinalando algumas alunas que tiveram destaque durante a fase de estudantes de Direito no período de 1888 a 1959. O discurso de uma bacharela que foi oradora de turma em 1923 (pós-Primeira Guerra Mundial), Débora Monteiro. Posteriormente duas mulheres de ódestaque na FDR no século XX.

Os primórdios das discussões oficiais sobre a criação dos primeiros Cursos Jurídicos no Brasil tiveram início na Assembleia Constituinte de 1823. Contudo, somente na sessão da Assembleia Legislativa de 14 de junho de 1826, o projeto de lei é finalmente aprovado. Conforme Clóvis Beviláqua (1972, p. 16), fica determinada a criação de dois Cursos Jurídicos, sendo assim distribuídos o seu funcionamento: em Olinda, Pernambuco, e em São Paulo, o que foi convertido em lei a 11 de agosto de 1827<sup>9</sup>, sancionada por D. Pedro I. A escolha das regiões para a implantação teve motivações de ordem política e econômica, conforme justifica Lilia Schwarcz (2010, p. 145) e Peter Eisenberg (1977, p. 30). Olinda para atender à região do norte, e também por ser a área da economia açucareira do país. São Paulo para atender à região sul e por ser a área da economia cafeeira do país.

O Curso Jurídico em Pernambuco teve diversos locais de funcionamento até chegar à sede atual, palácio histórico da Faculdade de Direito do Recife, prédio tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, situado na Praça Adolfo Cirne, no centro do Recife.

Seu primeiro local de funcionamento foi no Mosteiro de São Bento em Olinda, em 1828. Em 1852, é transferido para o Palácio dos Antigos Governadores em Olinda, atual

---

<sup>9</sup> O dia do advogado é comemorado em 11 de agosto, em decorrência da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

prédio da Prefeitura. Em 1854, transfere-se para o Recife e vai funcionar em um prédio na Rua do Hospício, no bairro da Boa Vista. Passa a ser denominado Academia de Ciências Jurídicas do Recife, e foi neste prédio que estudaram Tobias Barreto, Castro Alves, Joaquim Nabuco, dentre outros. É quando surge a propaganda *“Escola do Recife”*. Pelas difíceis condições físicas de funcionamento *“quando chovia, as salas de aula ficavam alagadas”*, o prédio foi denominado pelos estudantes de *“pardião”*. Segundo Pinto Ferreira (1980, p. 76), *“o prédio que na opinião geral não foi convenientemente preparado para recebê-la [...] um casarão inferior em cômodos e condições higiênicas”, que foi posteriormente demolido.*

Em 1883, o curso vai funcionar em um prédio da Praça Dezesete, no bairro de Santo Antônio. Esse prédio tem um significado especial para a nossa pesquisa, já que nessa sede estiveram as quatro primeiras mulheres estudantes de Direito do Brasil. Era um Convento anexo à Igreja do Divino Espírito Santo. O prédio também foi demolido para dar passagem à ampliação das ruas do Centro. Prática comum aos gestores da nossa cidade, no que se refere à demolição de prédios históricos (ver Figura 1). Esta fotografia nos orienta sobre a localização do antigo prédio. Só restou uma parte da igreja, que fica próxima ao atual Fórum Thomaz de Aquino (antigo Grande Hotel) na Avenida Martins de Barros e à Rua do Imperador Pedro II; ao final aparece um pequeno trecho da Rua da Praia, no bairro de Santo Antônio. Para uma leitura da fotografia, vemos em primeiro plano uma fila de carroceiros, ou carros de boi, provavelmente transportando mantimentos, já que ficava relativamente próxima ao Mercado de São José, que nessa época já existia.

Figura 1 ã Prédio onde estudaram as primeiras alunas, Praça Dezesete

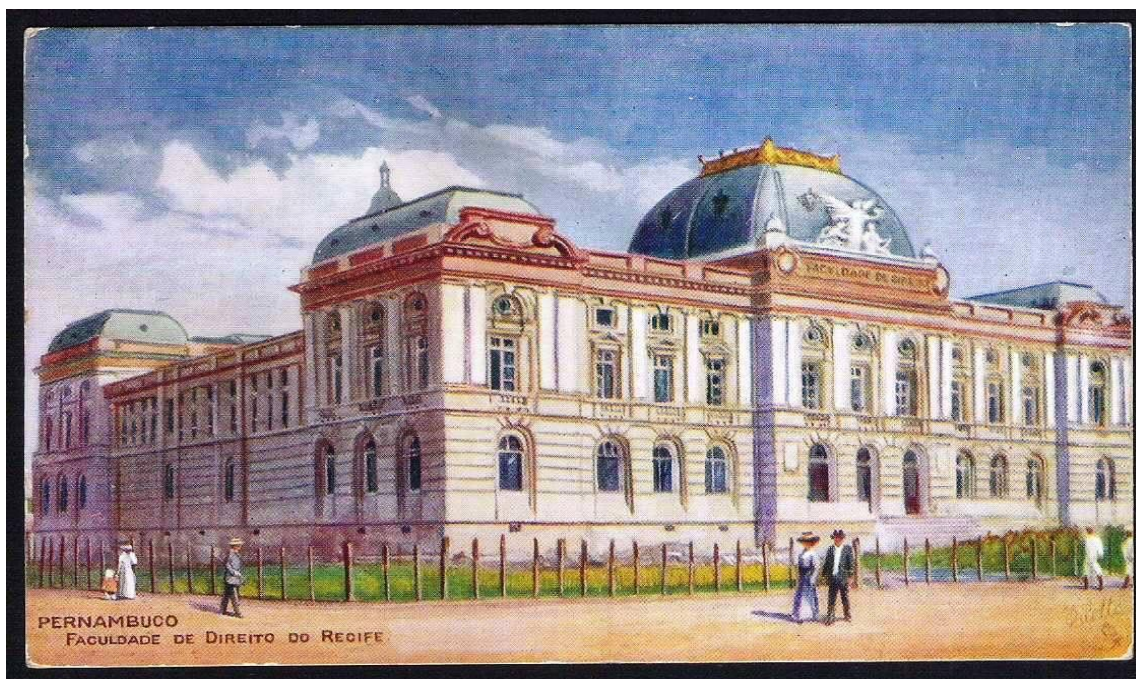


Prédio onde estudaram as primeiras alunas de Ciências Jurídicas do Brasil. Convento da Igreja do Divino Espírito Santo na Praça Dezesete ã bairro de Santo Antônio, Recife, PE. Fonte: SANTOS, Fernando Batista dos. Dissertação. Fotografia cedida pelo Arquivo Histórico Iconográfico do Museu da Cidade do Recife ã Museu das Cinco Pontas ã São José, Recife, PE.

Segundo Gláucio Veiga (1989), urgia a construção de um prédio para a instalação definitiva do primeiro Curso Jurídico do Brasil. Finalmente, ainda no Império, D. Pedro II dá o ultimato e definitivamente fica aprovada a construção de uma sede.

Em junho de 1889, nos instantes finais do regime imperial, é instalada a pedra fundamental pelo Conde D'Eu da sede definitiva, que somente seria inaugurada em 2 de julho de 1911. Portanto, passaram-se 22 anos até a sua construção, já sob o governo republicano. Adotou-se um projeto arquitetônico francês de estilo neoclássico para a já denominada Faculdade de Direito do Recife. A (Figura 2) pode ser uma fotografia ou uma pintura. Pelas vestimentas dos transeuntes, supõe-se que deve ter sido realizada provavelmente no início do século XX, talvez no período da inauguração do prédio da faculdade.

Figura 2 - Prédio da Faculdade de Direito, Praça Adolfo Cirne



Prédiada Faculdade de Direito do Recife, Praça Adolpho Cirne, Boa Vista. Fonte: Disponível em: <<http://www.pernambuco-turismo.com/historia.htm>>. Acesso em: maio 2016.

A estrutura arquitetônica da faculdade faz lembrar os palácios europeus e a fez ser denominada, na época, como o ópalácio do saber. Reitera Veiga (1989, p. 8) que nos seus primeiros anos era ponto de encontro da intelectualidade, com uma certa *pompa*, comum à época, dada aos frequentadores do Recife de então. De acordo com Denis Bernardes e Juliana Pereira:

O projeto, feito especialmente para abrigar a faculdade, é do arquiteto francês Gustave Varin. Apesar de ser um exemplar da arquitetura eclética, o imponente edifício traz também influências Classicistas, que podem ser observadas na rigidez de seu eixo de simetria, reforçado pelo corpo central e ritmos das aberturas. A utilização do ferro na estrutura e como elemento decorativo foi algo avançado para a época (BERNARDES; PEREIRA, 2011, p.17-25).

Dessa forma, ressaltamos o aspecto físico do edifício por ainda hoje auxiliar pesquisas históricas em estudos da arquitetura nacional. Ressalte-se ainda que se encontra tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ã IPHAN, de acordo com Processo MEC nº. 213.716/80 e aprovado o Tombamento 970-T ã 78, SPHAN, de 21 de julho de 1980 (Documentos do Arquivo da FDR). Mais tarde, a FDR incorpora-se à Universidade do Recife, criada através de Decreto-Lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946:

Art. 1º É criada a **Universidade do Recife** com sede na cidade do Recife, capital do

Estado de Pernambuco, instituição de ensino superior, como pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal e do Estatuto, que a regulamentará (BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.388**, de 20 de junho de 1946).

Todavia os tempos mudam, e, durante o recorte temporal do nosso estudo, o prédio da FDR se transformaria num Centro: de cultura, de estudo, de namoro, de exposições de arte, de bailes, de discussões políticas, dentre outras funções, como veremos a seguir.

## 2.2 MULHERES: primeiras bacharelas de Ciências Jurídicas do Brasil<sup>10</sup>

*Toda a minha experiência, o meu estudo,  
sou eu mesma que, em solidão paciente,  
recolho do que em mim observo e escuto  
muda lição, que ninguém mais entende.*

Cecília Meireles

As primeiras mulheres formadas em Direito no Brasil foram estudantes da FDR, ainda no século XIX. Em 1888: Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinha e Maria Fragoso. E em 1889: Maria Augusta C. Meira Vasconcelos. Nenhum registro histórico sobre a profissionalização dessas primeiras bacharelas, exceto as referências que Beviláqua (1972, p. 237) nos dá em nota de rodapé sobre Maria Fragoso: “Casou-se com Artur Orlando, e, além de traduções e trabalhos originais aparecidos em jornais do Recife, publicou a questão da mulher [...]”. Delmira é casada com o Dr. Gabriel Henrique de Araújo, e irmã do Dr. Alfredo Costa, médico operador. Ou seja, as mulheres eram identificadas pelos maridos e parentescos do sexo masculino.

Polycarpo Feitosa (2010, p.83), estudante de ciências jurídicas na época da então *Academia de Ciências Jurídicas do Recife*, colega e contemporâneo das primeiras bacharelas, comenta um acontecimento, segundo ele, *extraordinário*, sobre a presença em sala de aula de uma *caloura*, mas paradoxalmente esquece de nominar qual das alunas. Vejamos:

Outro caso extraordinário, tanto que até creio não tinha precedente no Brasil ã uma caloura. No primeiro dia da aula de Dr. Albino Meira. Quando entramos na sala acompanhando o mestre, já estava ela sentada em uma cadeira próxima à tribuna dolente, sisuda, muito elegantemente vestida, com uma sombrinha atravessada sobre o joelho e a saia cobrindo até o bico das botinas. (Quem era que então ousaria imaginar sequer a possibilidade de verem dois ou três dedos acima do cano das ditas botinas?) (FEITOSA, 2010, p. 84).

<sup>10</sup> Sem bairrismo, pretendemos persistir no pioneirismo das nossas conterrâneas, já que alguns autores defendem que as primeiras estudantes de Ciências Jurídicas do Brasil foram do sudeste do país. Ou seja, as primeiras bacharelas são de Pernambuco, mas realmente a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil foi a carioca Mirtes Gomes de Campos, conforme nota explicativa n. 12, p. 33.

E o autor prossegue: *ÓPrecedida pela reputação de talentos, com um curso preparatório cheio de distinções, aquela de 1885 foi uma caloura modular pela assiduidade, pela atenção indefectível às preleções e também por ónão dar palha a bicho nenhumô* (FEITOSA, 2010, p. 87).

Talvez pelos comentários maledicentes sobre o tamanho da saia e a possibilidade de ver o tornozelo da colega, o autor não quis identificá-la. Apenas, deixa uma pista quando cita: *aquela de 1885* e, pelos cálculos, provavelmente a referência era sobre Maria Augusta C. Meira Vasconcelos<sup>11</sup>. O curso tinha 5 anos de duração, foi *caloura* em 1885 e, portanto, deve ter concluído em 1889. São conjecturas. Nesse último comentário, o autor descobre a capacidade da estudante e seus méritos de concentração e assiduidade, mas não dissimula um comentário curioso de que *ónão dá bola para os colegasô*. Sim, mas a aluna estava mais interessada nos estudos, e talvez isso fosse um confronto para o colega, afinal erammeados do século XIX.

Evidente que essas mulheres eram egressas da camada da elite da sociedade pernambucana da época. A referida bacharela Maria Augusta, única graduada de 1889, teve um papel de destaque no meio intelectual da época. Pelo seu currículo, supõe-se oriunda da classe abastada: praticava esgrima e equitação, falava vários idiomas. Ainda foi redatora da revista feminina *Lyrio*, cujos temas abordados versavam sobre: problemas da cidade, biografias, literatura. Em 19 de abril de 1890, vamos encontrá-la como:

[...] escritora, advogadabacharel [sic] em Direito e Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, uma das primeiras a obter esse título no país, redige um artigo e o faz publicar no *Jornal do Recife*, questionando a decisão do Ministro do Interior de não permitir que as mulheres votem. Maria Augusta relata que, recorrendo aos jornais de Pernambuco, encontrou matéria que afirma: "O Sr. Ministro do Interior, em resposta à consulta que lhe foi dirigida por uma comissão distrital, vai declarar que as senhoras não têm o direito de voto"[...] que "o regulamento eleitoral vigente, assim como a legislação anterior não cogitou de conferir às mulheres o direito do votoô(LUZ; NASCIMENTO, 2016, p.341-370).

---

<sup>11</sup> Maria Augusta C. Meira de Vasconcelos, nasceu em 9 de maio de 1872, em Pernambuco, filha de Joaquina Coelho Meira de Vasconcelos e do capitão Ascêncio Minervino Meira de Vasconcelos. Maria Augusta, embora pioneira e grande partícipe na luta por direitos das mulheres, não chegou a exercer a advocacia, dedicou-se integralmente à literatura. Seus conhecimentos jurídicos e convivência com Tobias Barreto, de quem se considerava discípula, talvez tenham servido de fortalecimento para debates na imprensa local e correspondências políticas acerca da condição feminina no início da República e do estatuto jurídico-político da mulher. Casou em 1892 com o intelectual Mário Freire (redator nos Almanques Literários no Brasil e Portugal). DICIONÁRIO das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p. 368.

Portanto, o artigo gera debates políticos e ganha visibilidade nos anos efervescentes da instalação da República. Convocadas à luta, de uma certa forma, as mulheres se movimentam, nos jornais, conforme Luz e Nascimento (2016, p. 341-370) indicam: o mesmo sem voto, as mulheres ganharam destaque, com camarotes reservados no teatro Santa Isabel. Algumas características são elucidadas nesse artigo: 1) bacharela em *Ciências Jurídicas*, mesmo sem condições legais para atuar como advogada<sup>12</sup> publicava artigos em jornais e revistas; 2) naquela época, já se pronunciavam com relação do direito ao voto feminino, fato que só viria a ser assegurado em 24 de fevereiro de 1932.

Uma das contemporâneas da bacharela Maria Augusta e, provavelmente, colega de redação, foi a fundadora da revista *Lyrio*, a escritora Amélia Carolina de Freitas Beviláqua, esposa de Clóvis Beviláqua, feminista, indicada para a Academia Brasileira de Letras ã ABL, mas preterida *por ser mulher*. O marido, em solidariedade à esposa, renuncia à ABL, logo ele que participou da sua fundação.

Mesmo sendo negada sua entrada na ABL, Amélia Beviláqua, que residia no Rio de Janeiro, continuava a sua produção intelectual, escrevendo e publicando em jornais e em revistas literárias de vários locais do país: Piauí (sua terra natal); Ceará (terra natal do marido); Pernambuco. Todavia, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, na sua obra *Ordem e Progresso*, não a lembrava em função dos seus dotes literários, mas, sim, pelas suas vestes, como podemos verificar a seguir. Conforme Freyre, o Barão do Rio Branco, quando responsável pelo Itamaraty, tinha o desejo de criar Colégios Elegantes para as jovens senhoras dos diplomatas, no intuito de ensinar-lhes boas maneiras, etiquetas, como se vestir, como se

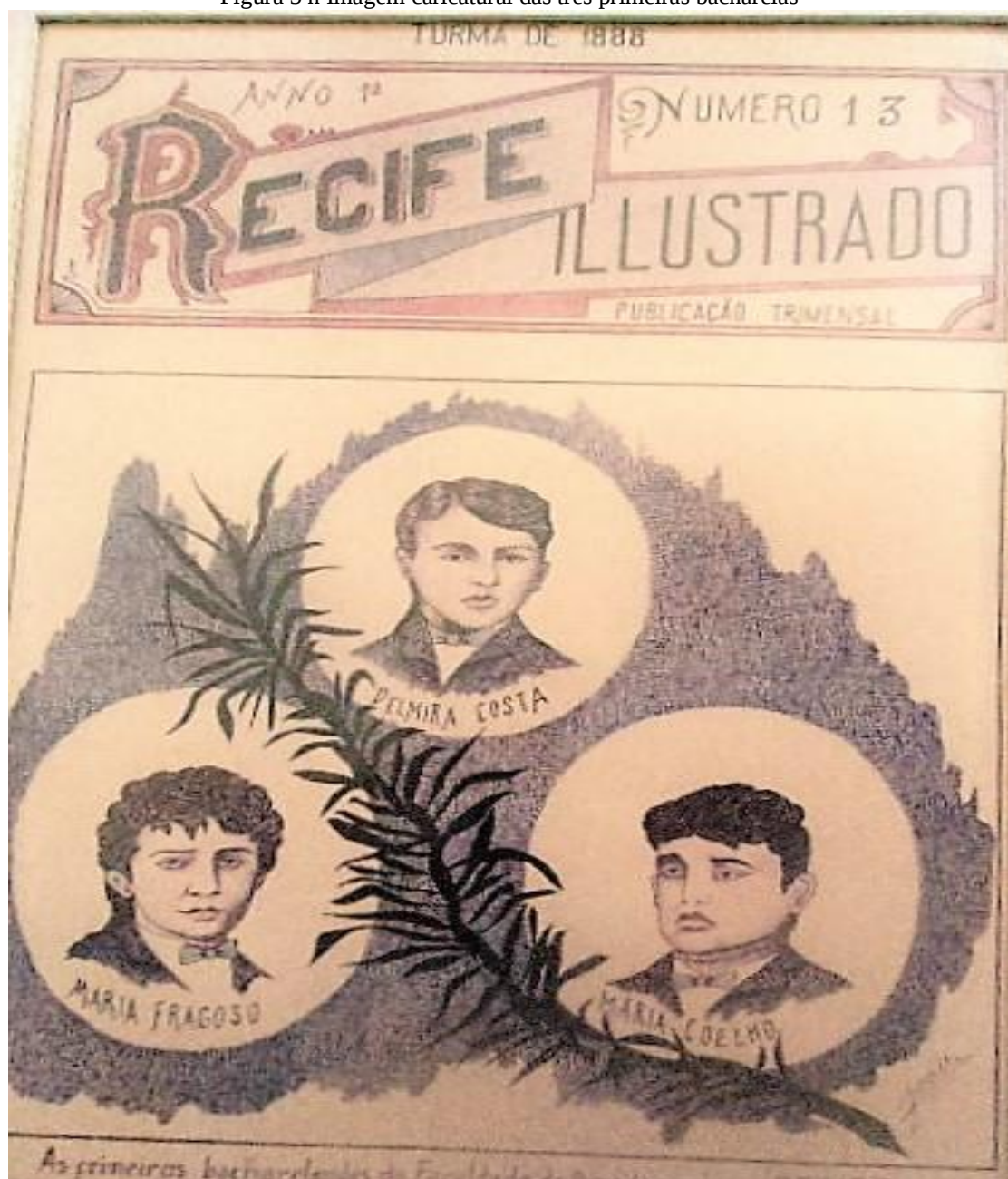
---

<sup>12</sup> Mirtes Gomes de Campos, nasceu em 1875, em Macaé (RJ). Enfrentou a oposição de sua família, que não aceitava a ideia de a filha fazer curso superior. Concluiu o curso em 1898, dez anos após as nossas conterrâneas. Foi a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil, o que só viria a ocorrer, apenas em 1906, no Rio de Janeiro. Sua filiação foi aprovada em assembleia com 23 votos a favor e 15 contra. Teve a oportunidade de atuar como defensora no Tribunal do Júri no Rio de Janeiro. Era a primeira vez que uma mulher entraria em um Tribunal de Justiça exercendo a profissão de advogada. O fato, totalmente inusitado para a época, foi amplamente noticiado pelos jornais. Durante o julgamento, com a plateia lotada para assistir sua defesa, Mirtes surpreendeu o juiz, os jurados e até o réu com o seu profundo conhecimento do Código Penal Brasileiro e, sobretudo, pelo seu poder de argumentação. Ela venceu o promotor até então considerado imbatível e conseguiu a absolvição do réu. Também se dedicou profundamente aos estudos jurídicos. Foi colunista efetiva do *Jornal do Commercio*, responsável pelo preparo das matérias judiciais e assinou artigos em jornais e periódicos especializados, como a *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, a *Folha do Dia* e *A Época*. Autora, também, de importantes obras no campo da jurisprudência, destacando-se os seguintes trabalhos: *Justificação de uma emenda ao artigo 4º do projeto criando a Ordem dos Advogados* (1914), *O Direito ao aborto* (resposta à questão formulada pelo Dr. Leonídio Filho: É lícito provocar o aborto nas mulheres inválidas na guerra? (1915), *Voto feminino e serviço militar* (1929), *O voto feminino e os fundamentos de uma sentença* (1929), *O voto feminino*. A propósito da decisão da Junta de Recursos Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro (1929), *A propósito da mulher jurada*. *Decisões divergentes* (1930), *Clovis Beviláqua e a emancipação jurídica da mulher* (1932), *Código Eleitoral, voto feminino e direito da família* (1933) e *Os advogados brasileiros e a advocacia feminina* (1937). *DICIONÁRIO das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p. 432.

portar, enfim. Assegura o sociólogo o que muito afligia o referido barão: [...] óo fato de Clóvis Beviláqua, jurisconsulto eminente, ligado ao Itamaraty, ter por esposa uma senhora que, sendo também intelectual, vestia-se de modo lamentável, parecendo uma eterna matuta ou dondon-enfeitadaô (FREYRE, 1959, t.1, p. CXLIX-CL). Ainda bem que Freyre ou o barãoparecem ter reconhecido o lado intelectual da senhora Beviláqua, que provavelmente, à época, com a sua vida produtiva, não estava interessada em assuntos tão órelevantesô.

A propósito, das três primeiras bacharelas em ciências jurídicas do Brasil, localizamos a fotografia de uma caricatura, conforme imagem a seguir:

Figura 3 ã Imagem caricatural das três primeiras bacharelas



Fotografia de caricaturas das três primeiras mulheres graduadas em Ciências Jurídicas no Brasil. Representadas travestidas de homem. Fonte: Pinacoteca da Biblioteca da Faculdade.

A fotografia ã capa da Revista Recife Ilustrado de 1888 ã representa a caricatura das três primeiras mulheres graduadas em Direito do Brasil: Delmira Secundina da Costa, Maria Coelho da Silva Sobrinha e Maria Fragoso. No alto da imagem, vemos a denominação do ano de conclusão: *Turma de 1888*. De forma jocosa, o autor as representa com feições varonis, vestidas com roupas masculinas, cabelos curtos (algo que não era comum) e expressão viril. Para confrontarmos o verdadeiro perfil da primeira mulher que se encontra da parte superior da imagem: Delmira Secundina, vejamos a próxima imagem:

Figura 4: Fotografia de formatura da bacharela Delmira Secundina



Fotografia de formatura de Delmira Secundina da Costa, uma das primeiras bacharelas em Ciências Jurídicas do país. Fonte: Pinacoteca do Espaço Memória da Faculdade (antigo museu).

Portanto esta última imagem, Figura 4, a fotografia de formatura da bacharela, demonstra um quê de firmeza e doçura, diferentemente da reproduzida na Figura 3. Aspecto diametralmente oposto à imagem caricaturada da ilustração anterior. Jovem de uma beleza serena, feições femininas e suaves, provavelmente possuía cabelo grande e que, na foto, está preso.

De acordo com alguns registros da época, consideramos que essas mulheres que ingressaram na FDR em 1888 provavelmente foram influenciadas pelo pronunciamento em alguns segmentos da sociedade sobre a questão da mulher, principalmente no que diz respeito à educação feminina. Ainda no final dos anos 70 dos oitocentos, já vemos alguns nomes de projeção intelectual se pronunciarem sobre a educação feminina no país, como, por exemplo, Rui Barbosa e Tobias Barreto, tendo este último atuado em favor do ensino superior para as mulheres, conforme relatos a seguir.

Quase contemporâneo às primeiras estudantes de Direito do Brasil foi o Projeto de Lei nº129/1879 apresentado à Assembleia Provincial de Pernambuco pelo então deputado provincial Tobias Barreto de Menezes. O referido projeto continha a ideia da criação de um estabelecimento público de cultura literária e profissional para mulheres, em duas escolas, sendo uma de nível médio e outra de nível superior. Vejamos a argumentação do próprio Tobias Barreto em defesa do seu Projeto:

[...] por que razão a mulher, desde os primeiros tempos, foi tolhida em seu desenvolvimento natural e mandada a seguir um caminho que nunca poderá levá-la ao cimo do outeiro, onde há séculos a esperam os seus títulos e seus direitos [...] e o meio de corrigir é, sobretudo a instrução, profunda e seriamente ministrada, de modo a despertar e acender no espírito feminino em geral uma centelha, que rara vez tem brilhado, isto é, o sentimento da personalidade, a consciência do próprio valor [...] [...] o projeto encerra no seu fundo a satisfação de uma das mais urgentes necessidades da província, qual é sem dúvida a necessidade de instrução em mais alto grau e por melhores meios, do que presentemente existe (BARRETO, 1977, p.320).

Tobias propunha avanços sobre a educação da mulher e se analisarmos a época em que este projeto foi defendido, maio de 1879, foi significativo. Em Pernambuco, as mulheres tinham dificuldade até para se alfabetizarem, com as poucas escolas de nível primário existentes, endereçadas aos *homenzinhos* da província, às quais elas quase não tinham acesso. O jurista tinha consciência do avanço da ideia proposta a seus pares no parlamento. Inclusive, em janeiro de 1881, com sua verve irônica, enuncia:

Não preciso dizer que a minha ideia pareceu **então um sonho de poeta**. É possível que hoje, depois que a mãe França entendeu dever, como obrigação do Estado, elevar o nível da instrução do outro sexo [...] já se compreenda o alcance do meu projeto, mas é certo que naquela época (maio de 1879) julgaram-no objeto de deliberação por mera condescendência: e tanto assim foi que, um ano depois, quando eu não era mais deputado, fizeram-no cair em segunda discussão, por ser um projeto **desponderado e até imoral!** (BARRETO, 1977, p.321, grifo nosso).

Seja por uma opção retórica, seja pelo reconhecimento implícito do valor da educação, o interessante é percebermos dois aspectos na proposta de Tobias Barreto: a primeira é que em geral o problema da educação da mulher estava associado às lutas e debates sobre a emancipação feminina, tanto que o jurista faz questão de destacar sua posição, desvinculando-as; a segunda, a de que, mesmo desvinculadas estas, ele despertou para a condição da mulher ter acesso à educação e, mais ainda, à instrução superior.

Para Barreto, a educação da mulher era uma questão de bem comum, de interesse geral, ligada ao progresso e desenvolvimento da sociedade naquele momento, fins do século XIX. E ainda utiliza-se das palavras de Frederico Adolpho Diesterweg<sup>13</sup>: óA liberdade do povo e a felicidade do povo, pela cultura do povo, não podem ser conseguidas por meio da instrução parcial, ministrada a um só sexoô(DIESTERWEGapudBARRETO, 1977, p. 330).Sendo assim, apesar de enfatizar as desigualdades existentes na educação dos homens e mulheres como um empecilho e tentar propor o acesso ao ensino de nível superior para as mulheres no Brasil de 1879,o que a visão do jurista sugeria a seus pares? Que era um projeto *desponderado e até imoral*.Porém, fica aqui um questionamento: será que,com essas ideias,Tobias Barretopôde ter incentivado a entrada das primeiras mulheres estudantes emcurso jurídico no Brasil, já que se graduaram em 1888? Essas mulheres, devem ter iniciado os estudos no início dos 80 dos oitocentos.

## 2.3AS ANTECESSORAS: bacharelas de 1888 a 1959

Embora dediquemos uma cuidadosa atenção sobre as mulheres na Faculdade de Direito do Recife no marco cronológico entre os anos de 1960 e 1973, fizemos uma inter-relação com as suas antecessoras, pois, declara Marc Bloch (2001 p. 64): óCom mais forte razão, o escrito facilita imensamente [entre gerações às vezes muito afastadas] essas transferências de pensamento que fazem, propriamente, a continuidade de uma civilizaçãô.

<sup>13</sup> Professor de várias escolas em Berlim, publicou obras clássicas do campo da didática na Alemanha, como Wegweiser zur Bildung für Deutsche Lehrer (Guia para a formação dos professores alemães) e em 1832 foi convidado para ser diretor da Escola Normal de Berlim, onde exerceu o cargo por quinze anos. Sobre Frederico Adolpho Diesterweg. Disponível em: <<http://pedagogia.mx/historia/>>. Acesso em: ago. 2016.

Portanto, consideramos que a historiografia das precursoras das ciências jurídicas na FDR nos forneceu subsídios para uma melhor compreensão sobre as mulheres do recorte temporal estudado.

Desta forma, analisamos a lista dos bacharéis, homens e mulheres, de 1828 até 1959, separamos as mulheres e o quantitativo por ano para inferir a quantidade de graduadas. E conforme esse levantamento, descobrimos que o número total de mulheres bacharelas de 1888 a 1959 é de 154. A lista nominal se encontra no Anexo do nosso trabalho. Também identificamos os locais de origem das formandas.

Observamos que dos anos de 1888 a 1940, (Anexo 1) a média é pouco variável, de 1 a 2 alunas por ano. Começa a crescer o número de bacharelas a partir de 1941, com uma média de 4,3 alunas no período de 1941 a 1946. Algo que nos chamou a atenção foi o fato de que no ano de 1947 não houve graduação de estudante mulher, mas não conseguimos perceber o motivo. Há um aumento substancial nos anos de 1953, com a graduação de 13 mulheres. Algo a se destacar é o ano de 1956, com o número surpreendente de 18 mulheres graduadas em direito, superior, em alguns anos, ao número de formandas em determinados períodos do recorte temporal de pesquisa. Acharmos significativo elaborarmos um quadro com o número de bacharelas por estado, conforme o Quadro I, a seguir:

Quadro 1-Quantitativo de bacharelas por Estado

| Estado de origem    | Quantidade de Bacharelas |
|---------------------|--------------------------|
| Pernambuco          | 101                      |
| Paraíba             | 21                       |
| Alagoas             | 08                       |
| Rio Grande do Norte | 07                       |
| Maranhão            | 04                       |
| Ceará               | 03                       |
| Rio de Janeiro      | 03                       |
| Piauí               | 02                       |
| Amazonas            | 01                       |
| Bahia               | 01                       |
| Rio Grande do Sul   | 01                       |
| Minas Gerais        | 01                       |
| São Paulo           | 01                       |

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Como se pode ver, o quadro acima confirma que a expressiva maioria pertence ao estado de Pernambuco; supomos que tal predominância ocorrera em razão das grandes

dificuldades de as mulheres se deslocarem de um estado para outro, quadro que só começa a se modificar na década de 50, como vimos na listagem nominal. Verificamos que as alunas, quando egressas de outros estados, pertenciam às regiões Norte e Nordeste, comprovando a motivação para a criação de um dos cursos jurídicos do Brasil: sede em Pernambuco para atender ao norte; na sua criação, o país era assim separado regionalmente: norte oriental, norte ocidental; a divisão regional em que surge a região Nordeste só seria estabelecida em 1938.

A propósito, no levantamento sobre as graduadas na FDR no período elucidado, um acontecimento que merece destaque é o fato de que, na formatura da turma de 1924, pós Primeira Guerra Mundial, a estudante *Débora do Rego Monteiro*, única mulher a se formar naquele ano, foi oradora da turma. E pelo teor histórico dessa importante conquista, parte do seu discurso merece ser aqui transcrito. Vejamos alguns trechos do discurso:

Falo por mim: não receio de afigurar malcriada: de ler alto que não existe semelhante sentimento do que ao amor a esta casa ã bem melhor que um albergue de luxo [...] [...]O Brasil integrado de novo nos seus valores, disciplinado, voltado sem claros /escuros aos sopros dos ideais religiosos para a tradição, o imperativo categórico das transcendências, nada de grande se faz sem quimeras, escreveu alguém, cujo nome afasto de pronunciar representando fria e alta contradição aos católicos [...] a Liga dos católicos das Belas Letras, título transparente como o dia [...] Encontraria a Liga redes de arame farpados através de que passar, de ir além, redes à semelhança daquelas que tanto estrangeiro colheu sob o carnaval das balas e dos obuses na última guerra? [...] é lícito igualmente lembrar que importam muito aos guerreiros do pensamento na paz como na batalha, as redes de arame farpado: estimulando-lhes a fome e a virtude, a astúcia e a inteligência para vencê-las [...] [...] sr. Dr. Netto Campello disse-me que eu escrevesse às pressas um discurso (MONTEIRO, 1924, p. 504-508)<sup>14</sup>.

A linguagem é um pouco rebuscada, mas, em alguns trechos, a oradora esclarece que não se importa de parecer malcriada ao gritar o amor à faculdade. Foi a escolhida pelo diretor para representar a turma. Em diversos momentos, sentimos sua religiosidade e amor ao catolicismo, e aparece uma Liga Católica, que parece implicitamente criticar alguém que não comunga com sua fé cristã e usa uma frase utilizando o termo *óquimeraô*, da qual a aluna não gostou e se nega até a pronunciar o nome do autor. O ponto alto do discurso é relembrar os horrores da Primeira Guerra Mundial, quando cita o *carnaval de balas e obuses* e *as redes de arames farpados*, uma metáfora no seu discurso que demonstra a sensibilidade da formanda. Só o fato de ser oradora de turma já merece louvor. Esse discurso está reproduzido na Revista Acadêmica de 1924, cuja comissão de redação foi composta por: Joaquim Amazonas (ex-

<sup>14</sup> Discurso da bacharela Débora Monteiro. Revista Acadêmica. Anno XXXII, n. 32, 1924.

reitor), Joaquim Pimenta, Netto Campello (o diretor que a convidou) e Methódio Maranhão (professor católico).

## 2.4 MULHERES NA UNE: atuação das estudantes no Estado Novo

*Lutei pelo justo, pelo bom e pelo  
melhor do mundo.*  
Olga Prestes

Relembramos Marc Bloch (2001, p. 65): ó[...] essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Sendo assim, e para uma melhor compreensão sobre as mulheres da faculdade, na década de 60 e início dos anos 70, nos reportamos às mulheres na União Nacional dos Estudantes ã UNE. Embora não se tenham localizado referências sobre a atuação de mulheres estudantes de Direito na UNE, alguns relatos a respeito da participação feminina na entidade nos parecem relevantes.

A UNE foi criada oficialmente em 22 de dezembro de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e nos seus primeiros anos contou com a presença de algumas mulheres, principalmente nas décadas de 30 e 40. Segundo Artur Poerner (1979, p. 133) os primeiros passos para a gestação da entidade aconteceram no ano anterior, através da Casa do Estudante do Brasil ã quando o Conselho Nacional dos Estudantes foi solenemente instalado pelo ministro da Educação em 12 de agosto de 1937. Um fato que merece ser lembrado é que a presidente vitalícia e fundadora da referida Casa do Estudante foi a senhora *Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça*<sup>15</sup>. No dia seguinte, houve uma reunião plenária, à qual compareceram 60 delegados de todo o Brasil, reunião essa, também sob a presidência da senhora *Leda Boechat Rodrigues*<sup>16</sup>, representante da União Universitária Feminina. Poerner (1979, p. 123) lembra:ó[...] serviam lanches e sucos aos colegas estudantes. Já que uma das propostas debatidas e aprovadas na plenária: proibido [sic], expressamente, a discussão de temas políticos. Portanto, a presença da mulher era desempenhar funções de organização do ambiente, e de cunho doméstico. Mas algumas das

<sup>15</sup> Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, nasceu em 1896, no Rio de Janeiro. Foi poeta e jornalista. Fundou, em 1929, a "Casa do Estudante do Brasil". Disponível em: <<http://falandodetrova.com.br/anaameliacarneirodemendonca>>. Acesso em: abr. 2016.

<sup>16</sup> Leda Boechat Rodrigues, nasceu em 1918 em Carangola (MG), foi advogada e autora de diversos livros, entre eles *A história do Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <[https://pt.org/Supremo\\_Tribunal\\_Federal](https://pt.org/Supremo_Tribunal_Federal)>. Acesso em: maio 2016.

dirigentes citadas deviam ter uma atuação reconhecida.

A fundação da UNE, como já ressaltamos, só seria concretizada ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado no Rio de Janeiro, de 5 a 21 de dezembro de 1938, cuja comissão organizadora ficou também sob a presidência da senhora *Clotilde Cavalcanti*. A iniciativa do Congresso foi dada pela Casa do Estudante do Brasil e pela União Universitária Feminina, dentre outras. Algumas das teses debatidas e aprovadas no referido congresso merecem ser aqui lembradas: *Mulher Estudante: a) A mulher estudante frente ao problema do trabalho e em face das organizações profissionais; b) A mulher estudante frente ao problema do lar; c) As associações femininas como membros de estudo e defesa de interesses peculiares à mulher*. Como vemos, a maioria das propostas se relacionava ao papel tradicional, todavia não podemos deixar de lembrar os problemas da mulher, como: divórcio, exame pré-nupcial obrigatório e amparo das leis trabalhistas para o trabalho feminino. São significativos debates dessa natureza para o ano de 1938, como também o fato de ter sido uma mulher a presidir o congresso, se lembrarmos que na conjuntura de então vivia-se a ditadura do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas.

Outro fato que vale a pena ressaltar: alguns estudantes se encontravam perseguidos e até presos, como veremos posteriormente. Não é demais recordar que em março de 1936, a ditadura varguista prendia Olga Benário Prestes<sup>17</sup>, mesmo grávida, para mais tarde deportá-la para os campos de concentração nazistas da Alemanha, onde seria assassinada na Páscoa de 1942.

Portanto, há de se supor que os estudantes representantes da UNE compactuavam com a política desenvolvida pelo Estado Novo. A propósito, durante o período de realização do VI Congresso na UNE em 1940 (Figura 5), um grupo de estudantes, dentre estes, quatro mulheres, é recebido pelo ministro Gustavo Capanema no Palácio do Catete, quando solicita ao governo o reconhecimento oficial da entidade, ou seja, trata-se de um indício de que o grupo fundador da União Nacional dos Estudantes ã UNE devia ser ligado à direita.

---

<sup>17</sup> Olga Benário Prestes nasceu em 12 de fevereiro de 1908, em Munique, Alemanha; judia e militante comunista. Chegara ao Brasil no início de 1930, com objetivo de participar da revolução comunista no Brasil. Casa-se com o dirigente e líder do Partido Comunista Brasileiro ã PCB, Luís Carlos Prestes. Presa juntamente com o marido durante a ditadura do Estado Novo, e por sua condição de judia é entregue por Vargas aos nazistas, grávida de sete meses. Desconhece-se a data exata da sua morte. Somente em 1942, as autoridades informam a seu marido no Brasil, que entre as 200 mulheres executadas na câmara de gás da cidade alemã de Bernburg, estava Olga Benário. A família Prestes fez uma intensa campanha internacional para libertar a pequena Anita Leocádia Prestes da prisão, o que só ocorreria no final de 1942. DICIONÁRIO das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. SCHUMAHHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 455-456.

Figura 5 ã Presença de mulheres no Grupo de estudantes para formação da UNE



Presença do grupo de estudantes da UNE no gabinete do ministro Gustavo Capanema ã VI Congresso Nacional dos Estudantes, Rio de Janeiro em 1940. Destacamos a presença de quatro mulheres, duas do lado esquerdo e as outras duas no lado oposto. Faz-se necessário ressaltar o detalhe de que todas estão sentadas. Fonte: Maria Paula Nascimento Araújo. **Memórias estudantis: 1937-2007**, da fundação da UNE aos nossos dias. (2007, p. 38).

A UNE só viria a ser legalizada mais tarde, tendo o reconhecimento oficial do Estado através do Decreto-Lei n. 4.080, assinado por Getúlio Vargas, em fevereiro de 1942. Nessa época, o estudante pernambucano Antonio França, que fizera parte da diretoria da entidade desde sua criação, estava preso na Casa de Detenção em Recife, em decorrência de sua participação em manifestações antifascistas que incentivavam o governo brasileiro a entrar na guerra contra os países do Eixo: Alemanha, Japão e Itália. Através do ministro Capanema, o estudante pernambucano, naquele momento preso, envia a seguinte carta a Getúlio:

Fui hoje surpreendido com a notícia do reconhecimento oficial da União Nacional

dos Estudantes por decreto do Presidente e um júbilo merecido atenuou-me em parte os sofrimentos de reclusão em que me acho no Presídio Especial de Pernambuco por me haver inadvertidamente envolvido nas atividades de um grupo antifascista local. (ARAÚJO, 2007, p. 41).

O líder estudantil ao mesmo tempo que felicitava o presidente Vargas por legalizar a entidade, expunha as agruras da prisão. Presidente que reconhecia o significado da entidade de estudantes, mas também perseguia, prendia e torturava os inimigos, comunistas e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro ã PCB, pertencentes à UNE.

Retornando à questão das mulheres na UNE, Genival Barbosa, pernambucano e ex-presidente da entidade, em depoimento a Maria Paula Araújo, trouxe-nos informações significativas sobre o tema *mulher*. No Congresso da UNE em 1948, então, já no período conhecido como democrático, as mulheres estavam iniciando sua presença nos bancos universitários, como também participando da política estudantil. O referido congresso se realizou no Rio de Janeiro e contou com a presença de 60 mulheres, segundo Genivaldo Barbosa, provenientes do país inteiro, do Pará ao Rio Grande do Sul. Ele tinha vinte e poucos anos e era da União dos Estudantes de Pernambuco ã UEP. Teve que conversar com a diretora da Faculdade de São José do Recife, e com a mãe de duas congressistas pernambucanas. Vejamos o depoimento:

A mãe delas, me vendo, disse: óEu vou entregar as minhas filhas aos seus cuidados, mas não quero que elas fiquem hospedadas no mesmo lugar que os homensô. E eu disse: óIsso vai ser feitoô. E foi. Elas ficaram na Rua do Catete no City Hotel, que foi onde ficaram as mulheres, as gaúchas de Santa Maria, as pernambucanas, as baianas, as paraenses, todas foram para lá (ARAÚJO, 2007, p.77).

Mas, segundo Genivaldo Barbosa, a responsabilidade foi grande, já que as mulheres não conheciam o Rio e ficaram maravilhadas. E avisou-lhes: óCuidado com a língua do povoô.Esse relato pode parecer insignificante, mas demonstra que em 1948 o comparecimento de 60 mulheres em um Congresso Nacional de Estudantes significava um avanço sobre a participação da mulher em eventos políticos de estudantes. A advertência que o presidente da UNE faz às participantes se refere à questão moral da época, moças jovens envolvidas na política em viagem tão longa neste país continental foi sem dúvida uma quebra de valores para costumes de então.

## 2.5DUAS MULHERES QUE SE DESTACARAM NOS ANOS 60 NA FDR

*É exatamente no exercício da discricção, inseparável da atividade judicial, que o órgão jurisdicional realiza a função de tutela dos direitos subjetivos, garantindo-os, inclusive, contra os arbtrios do poder político [...]*

Bernardette Pedrosa<sup>18</sup>

Neste recorte sobre as mulheres que se destacaram na história da FDR nos anos 60, apresentaremos duas mulheres que tiveram papel de relevância por conta de suas atuações profissionais e políticas: a primeira professora, Bernardette Pedrosa, e a segunda, a advogada combativa Mércia Albuquerque. Essas mulheres, nas suas especificidades profissionais, desafiaram preconceitos, enfrentaram a ditadura militar, vivenciaram momentos conflitantes, em um meio misógino e repressor, mas não sucumbiram. Ocuparam na sociedade o lugar que lhes coube, como seres pensantes e capazes. Ficaram na história como mulheres desafiadoras e vitoriosas.

#### 2.5.1A professora pioneira

Maria Bernardette Neves Pedrosa nasceu em 1931 em Monteiro (PB) e faleceu em 7 de novembro de 2013. Foi a primeira mulher a tornar-se professora da FDR. Chegou a Recife em 1940, passando pelo Pará. Iniciou sua formação universitária na área de Filosofia, que foi sua primeira opção, tendo concluído o bacharelado em 1953 e a licenciatura em 1954. Posteriormente enveredou para a área das Ciências Jurídicas, vindo a se tornar bacharela em Direito em 1959. Tornou-se mestra em 1962, com dissertação na linha de pesquisa de Direito Público: *A criação judicial do direito*, sob a orientação do professor Lourival Vilanova. Tornou-se doutora em 1979, na linha de pesquisa de Filosofia do Direito.

A professora Bernardette é uma referência para várias gerações de estudantes em Recife. Lecionou em diversas instituições de ensino: colégios estaduais e religiosos. Sua formação na área de filosofia encantou muitos alunos e alunas.

Carismática, ativa e com presença firme e marcante no exercício da profissão, conforme pronunciamento de muitos alunos, era o tipo de professora exigente consigo própria. Era uma pessoa muito metódica e perfeccionista, e priorizava o ensino e seus alunos.

---

<sup>18</sup> Parece-nos que, nos idos de 1970, a professora Bernardette já enviava um recado ao judiciário brasileiro. A propósito, faz-se necessário apontar que, no período em que o presente trabalho foi elaborado, o Brasil passava por um golpe político. A presidente Dilma Russef, a primeira presidente mulher na história do país, eleita democraticamente com mais de 54 milhões de votos, foi afastada do cargo. Destacamos este acontecimento por compromisso histórico, ideológico e de gênero.

A docência na FDR foi um desafio com muitos enfrentamentos, em um ambiente masculino e conservador. Conforme depoimento de duas entrevistadas, nos primeiros anos no cargo da docência, sempre se dirigia ao Salão dos Espelhos, no primeiro andar do prédio, próximo ao salão nobre, constantemente repleto de colegas homens. Um dia escutou um comentário: óProfessora, porque a senhora sempre aparece de surpresa? Ao que contrargumenta: óEspelho não distingue sexoô. Ou seja, ela foi olhar-se ao espelho (era vaidosa) e não olhar os professores.

Com uma história de destaque no meio profissional do ensino da UFPE, ensinou em vários centros acadêmicos, como o Centro de Filosofia e Ciências Humanas ã CFCH e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas ã CCSA. Na FDR, destacou-se ministrando a disciplina Teoria Geral do Estado ã TGE, primeiramente como assistente do professor Lourival Vilanova, e, posteriormente, como responsável pela cadeira. Foi professora de praticamente todas as turmas que ingressaram na FDR entre 1963 e 1998. Também lecionou no mestrado de Direito, entre 1980 e 1995, e ministrou disciplinas nos mestrados de Geografia e Ciências Políticas da UFPE.

O currículo da professora é extenso. Advogada criminalista, teve participação em diversas sociedades e entidades de classe, como: a Academia Pernambucana de Letras Jurídicas, cadeira nº 29 (1976), Sociedade Pernambucana de Ciências Políticas e Sociais (1967), Instituto dos Advogados de Pernambuco ã Membro Efetivo (1980). Foi presidente do Tribunal de Ética da OAB-PE (1983), Sócia Honorária da Associação do Ministério Público de Pernambuco (1993). Membro Fundador do Centro de Filosofia e Estudos Brasileiros, Membro Titular do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco (2000). Desenvolveu uma importante produção bibliográfica, que hoje pertence ao Setor de Coleção Especial da FDR. Em 2006, recebeu o título de *Professora Emérita*, das mãos do reitor de então, professor Amaro Lins.

Durante a ditadura militar, foi detida, chamada para averiguação em razão de *suas posturas* em sala de aula. Uma das testemunhas do ocorrido e nossa entrevistada, comentou:

A professora Bernardette era de uma classe ímpar [...] lembro dela após o episódio da detenção, descendo as escadarias internas, próxima à sala da diretoria, um dos seus colegas ã conivente com a Revolução de 64 ã tenta desestruturá-la na frente dos alunos. Em alto e bom som, lhe questiona em tom de galhardia: óFoi presa?ô Ela, elegante, com um olhar altivo, lhe responde: Não! Fui detida, porque não colaborei com ditadura.

Ou seja, além do machismo, ainda enfrentava a repressão política entre os próprios pares. A depoente lembra que, durante a referida detenção, quem fez questão de acompanhá-la, por apoio moral, foi o professor Mário Neves Baptista (diretor da Faculdade de 1960-1963), considerado como um homem que *não era de esquerda*. Mas um humanista, católico praticante e que sempre comentava: óa justiça não pode começar na delegaciaô. Mas, como pudemos observar, outros colegas aplaudiam a ocorrência.

Figura 6 ñ Professora Bernardette Pedrosa. *Exposição: A presença feminina na FDR*



A Professora Bernardette, sendo homenageada na Exposição: *A presença feminina na Faculdade de Direito do Recife*. Em 14 de março de 2013, oito meses antes do seu falecimento. Fonte: fotografia da autora.

Essa fotografia da professora Bernardette Pedrosa foi feita durante a exposição *A presença feminina na Faculdade de Direito do Recife*, quando a docente foi homenageada por ter sido a *Primeira Professora da FDR*. Essa imagem representa uma ó história dentro de outra história, pois podemos observar sobre a mesa uma fotografia em preto e branco da retratada nos anos 60, no auge de sua docência na Casa. Os livros que estão sobre a mesa são

uma parte da produção intelectual da professora. Essa, talvez, seja uma das suas últimas fotografias, já que veio a falecer oito meses depois.

A referida exposição realizou-se na sala Castro Alves do Espaço Memória, no andar térreo do prédio da FDR, com a presença de várias mulheres que se destacaram na gestão 2007-2014. Teve a curadoria da então diretora, professora Luciana Grassano. Vale lembrar os nomes de algumas servidoras homenageadas, como: Karine Gomes Falcão Vilela, Leonice da Silva (bibliotecária aposentada, mas que ainda presta serviços voluntários à biblioteca), Lúcia Rodrigues, Marinês Vidal, Aurinete Gomes, Maria Bernadette Amazonas, Zureique Goldstein, dentre outras.

## 2.5.2 A advogada combativa

*Quero ter sempre uma palavra de paz e  
coragem para os que em mim buscam  
apoio.*

Mércia Albuquerque

Mércia Albuquerque Ferreira nasceu em Jaboatão (PE) em 23 de dezembro de 1934 e faleceu em 29 de janeiro de 2003 em Recife. Ainda criança, foi morar em Maceió (AL). Entrou na FDR em 1957, transferida da Faculdade de Direito de Alagoas, conforme guia de transferência que consta no dossiê acadêmico da advogada nos Arquivos da FDR, e graduou-se em 1961. Iniciado o golpe militar, era recém-formada e atuou intensamente na defesa dos perseguidos políticos. Foi presa diversas vezes. A maioria de sua clientela era composta de estudantes que lutavam contra a ditadura. Não cobrava honorários a clientes sem recursos.

Dentre esses, destacamos: Gregório Lourenço Bezerra, líder comunista, foi Deputado pelo PCB, por Pernambuco em 1945, e cassado em 1948, pois o partido fora posto na ilegalidade. Em 1958, passa a atuar no movimento dos trabalhadores rurais no Nordeste, tornando-se uma das maiores lideranças. Sobre sua prisão logo após o golpe, Mércia Albuquerque faz o seguinte depoimento:

Em 2 de abril de 1964, na Praça da Casa Forte, avistei Gregório Bezerra, quase desnudado, usava apenas um calção, do seu pescoço saía uma corda com três pontas. Sangrava na cabeça e pela boca. Dava-me a impressão de que iria cair, mas o lendário comunista caminhava. Abria o cortejo o Cel. Darci Villocq, que agitava algo que me pareceu um cano de ferro. Cheio de um ódio urgente, concitava o povo para linchar Gregório, a multidão presente fazia-se ausente àquele macabro convite. Quando o velho cambaleava, abria os braços para manter o equilíbrio, recebia coices de fuzil. ***Não gosto de falar nisso.*** (grifo nosso)

Quando ocorreu essa prisão chocante, bárbara, quase inverossímil, Gregório tinha 64 anos e 34 de militância no PCB. Entende-se que a descrição da cena parece ocorrer na *era medieval*, mas foi um dia após o golpe militar de 64, no século XX. O velho líder camponês incomodava as forças repressivas da ditadura também por seu carisma. Segundo Paulo Cavalcanti (2008, v. 2, p. 157), o povo delirava ao ouvir seus discursos [...]. Então, com a exposição dessa macabra apresentação pública, seus algozes queriam atemorizar a população e mostrar que liderança comunista deveria ser massacrada. Continua Paulo Cavalcanti: Em verdade, para mim, a maior figura do PCB no Brasil, desde sua fundação até os nossos dias, é Gregório Bezerra [...] líder que entrou na história política de nosso país sem abdicar de seus princípios, com sua grande afeição ao povo.

E a partir da defesa de Gregório Bezerra, Mércia Albuquerque tornou-se advogada de referência para os presos e perseguidos políticos naquele período. A advogada também defendeu o líder estudantil Cândido Pinto de Melo, estudante de medicina e então presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPE, quando foi preso, acusado de ser o responsável por um tribunal popular. Na realidade, Cândido presidiu uma assembleia que ocorreu na Escola de Engenharia, em cuja plenária aconteceu o julgamento, com 400 votos contra 11, da expulsão de dois estudantes delatores (dedos-duros), infiltrados no movimento estudantil. Conforme processo n.80/66, julgado em 18 de abril de 1967, Cândido foi condenado a um ano de detenção. O líder estudantil em 1969, pós-AI-5, sofreu um atentado que o deixaria paraplégico, conforme depoimento da advogada: Na noite de 28.04.69, na parada de ônibus da Ponte da Torre, onde Cândido esperava um transporte, passou uma Rural Willys. Um elemento mascarado saltou e desferiu-lhe dois tiros. O primeiro atingiu-lhe a face, o segundo o ombro e a coluna vertebral, seccionando-a. Tinha 21 anos. Descreve Mércia Albuquerque<sup>19</sup>. Portanto eram os algozes da ditadura militar em plena ação; e uma advogada, saída dos bancos escolares da FDR, fazendo jus ao juramento que prestou na sua formatura, em atender as prerrogativas profissionais sob a ética da justiça. Mesmo que nem todos os advogados e nemo seu órgão representativo, a Ordem dos Advogados do Brasil ã OAB, tenham agido da mesma forma. Uma semana após o golpe militar de 64, a OAB faz constar na ata de seu Conselho uma *nota de regozijo à manobra militar, saudando-a como a erradicação do mal das conjunturas comuno-sindicalistas*. A OAB só mudaria sua postura após o recrudescimento político em 68, com o AI-5, e em razão de muitos de seus membros serem perseguidos por conta da derrubada do *habeas corpus*, dentre outros motivos. Portanto, trata-

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://dhnet.org.br/memoria/mercia/correspondencias/index.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

se de mais uma evidência das dificuldades de advogados, principalmente advogadas, para trabalharem em defesa de presos políticos (SPIELER; QUEIROZ, 2013, p. 33).

Uma das depoentes conviveu com Mércia e nos conta que, no mês de agosto de 1973, um estudante da FDR, Leonardo Trindade Cavalcanti, foi sequestrado nas imediações da Rua Fernandes Vieira, ocorrência presenciada por alguns transeuntes, e até a meia-noite daquele dia a família, mãe e mulher, Dionary Sarmento da Silva, também estudante da FDR, não sabiam do seu paradeiro. Quando na madrugada Mércia é acordada com batidas fortes na porta do seu apartamento, era dona Martha Trindade Cavalcanti, mãe do desaparecido, desesperada em busca de orientação. Mércia recebe dona Martha de camisola, tenta acalmá-la com um copo d'água. No dia seguinte, descobrem o paradeiro do referido estudante. Mas uma semana após esse acontecimento, a mulher do sequestrado e quintanista do curso de Direito, Dionary Sarmento, é também sequestrada. Esses eram os tempos da repressão política no país, e nesse caso especificamente, atingiram os estudantes da Faculdade de Direito do Recife.

A atuação de Mércia, ia além da defesa jurídica dos militantes. Conforme o depoimento de uma das entrevistadas na nossa pesquisa e sua contemporânea na FDR: óela abrigava militantes na sua própria casa, organizava viagens de fugas e até ajudava com dinheiro õseus meninosõ. Pelo teor da seguinte carta, datada de 6 de janeiro de 1969, em que desiste da defesa de um estudante de medicina, justifica-se da seguinte maneira:

[...] entenda que no momento difícil em que vivemos assumi a maternidade dessa juventude açoitada, torturada e incompreendida que se sacrifica num idealismo que me comove e me encoraja a desempenhar o meu papel histórico[...] sinto como se Arandin\* se tivesse multiplicado, porque sinto a angústia de todo jovem perseguido e injustiçado. Amo a juventude, não com um amor estreito, limitado e pequeno. Amo-a maternalmente, e lutarei contra qualquer violência que venha atingi-la, parta de onde partir [...] (Prontuário de Mércia de Albuquerque ã DOPS-PE, nº. 23.778)<sup>20</sup>.

O marido de Mércia, Otávio Albuquerque, servidor da Sudene, compactuava, em parte, com as ações da mulher; já que se preocupava com sua segurança. Nessa época, tinham um filho ainda criança. E em razão dessas ousadias na defesa dos seus clientes, a advogada, muitas vezes, passou da condição de defensora à condição de ré. Foi perseguida, sofreu ameaças, sequestros e prisões. Mércia Albuquerque foi uma guerreira e combateu o bom combate.

<sup>20</sup> \*Arandim, foi o único filho da advogada, que, nesta época da carta, deveria ser um bebê. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/imprensa/entrevista3\\_jc300189.html](http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/imprensa/entrevista3_jc300189.html)>. Acesso em: ago. 2016.

### **3PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES**

#### **3.1 ALGUMAS QUESTÕES FUNDAMENTAIS, DE 1945 A 1964**

Os conflitos provocados pela Segunda Guerra Mundial deixaram um terrível saldo em perdas humanas. A propósito, indicou Eric Hobsbawm (2007, p.20): *“O século XX foi o mais mortífero de toda a história documentada. O número total de mortes causados pelas guerras do século ou associadas a elas foi estimada em 187 milhões de pessoas”*. Contudo a ideia de reconstrução também era forte. No caso das potências capitalistas, capitaneadas pelos Estados Unidos, buscavam garantir seu modo de vida, a chamada civilização ocidental e cristã. Por sua vez, a União Soviética, que fora profundamente devastada pela guerra, procurou solidificar o espaço recém-conquistado no Leste europeu, assim como ampliar sua área de influência para outras regiões do globo. Era o socialismo avançando e colocando-se como alternativa ao capitalismo.

Apesar de existirem acordos sobre territórios, definidos ainda no curso da guerra, os Estados Unidos e seus aliados europeus não aceitavam correr o risco de que a URSS, com o prestígio de que dispunha ao final do conflito, pudesse se tornar referência para parte expressiva dos novos Estados que se formavam. Assim é que, em 1947, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, decidiu intervir na guerra civil travada na Grécia e que poderia levar este país para o campo do socialismo. Sobre isso, recorda Hobsbawm (1995, p. 224): *“A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar”*. Afinal, só em alguns momentos ela se tornou *“quente”*, como durante a Guerra da Coreia, no início dos anos 50, ou mesmo durante a Guerra do Vietnã.

De qualquer modo, essa disputa constante de caráter político, ideológico, econômico, diplomático, cultural, militar, nuclear, esportivo, em qualquer campo esteve presente e

influenciou as relações internacionais e específicas, nos diferentes países. No caso dos países ocidentais, foi se intensificando a ideia, que já existia mesmo antes de 1917, do óperigo comunista. Na América Latina, e particularmente no Brasil, essa justificativa foi usada com o objetivo de tentar controlar os movimentos sociais e impedir reformas, mesmo quando essas lutas eram amplas e tinham um caráter meramente reivindicativo, contando com a participação não apenas de comunistas, mas de democratas ou de setores organizados, como os sindicatos e os estudantes. Nesses casos, particularmente, os setores conservadores, os proprietários rurais, as grandes empresas associadas ao capital estrangeiro temiam a capacidade de organização e de luta dos trabalhadores em geral.

Sendo assim, de 1945 a 1964, o Brasil, apesar de se assumir como um país democrático, até porque 1945 marca também o fim da ditadura do Estado Novo, teve uma democracia, sob muitos aspectos, bastante limitada. Se em 1945 o Partido Comunista foi legalizado, com o início da Guerra Fria, em 1947, já foi colocado novamente na ilegalidade. Durante o governo Dutra, houve intervenções em vários sindicatos, e a repressão foi utilizada ao longo de todo o período quando as forças conservadoras assim consideraram necessário.

Nos governos de Getúlio Vargas e, principalmente, de Juscelino Kubtschek, procurou-se incentivar a industrialização e a modernização do país. O capital nacional cresceu, mas, principalmente, o capital estrangeiro. A classe trabalhadora aumentou em número e organização, assim como suas reivindicações e lutas. Importantes greves foram efetivadas, com milhares de trabalhadores cruzando os braços, em especial nas regiões de maior industrialização, conquistando, muitas vezes, melhores condições de vida e trabalho. No campo, contudo, uma maior organização dos trabalhadores só se efetivaria a partir da década de 60, através principalmente da fundação de sindicatos rurais ou de ligas camponesas, embora tenham existido outras entidades e lutas específicas em alguns estados, segundo afirma Socorro Abreu Lima(2005). Os grandes proprietários rurais, contudo, particularmente no Nordeste, não viam com bons olhos essas lutas, pois não admitiam mudanças no *status quo* que, com certeza, os levariam a perder seculares privilégios, podendo pôr em risco a manutenção de imensos latifúndios, muitas vezes improdutivos.

Havia diferentes projetos de desenvolvimento para o país. De um lado, a visão liberal, que defendia uma proposta de associação ao capital estrangeiro, particularmente o norte-americano, e que tinha como referência principal a União Democrática Nacional (UDN). De outro, a visão reformista, que considerava importante fortalecer o capital nacional, ao mesmo tempo em que apoiava as reivindicações dos trabalhadores. No Congresso Nacional, este grupo formava a Frente Parlamentar Nacionalista, que atuou entre 1956 e 1964 e era

hegemonizada por parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora contasse com deputados e senadores de outros partidos, conforme Lucília Delgado (2003). De acordo com a mesma autora, no campo liberal, foi importante a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), fundado em 1959, que era financiado por empresários brasileiros e estrangeiros. Sendo anticomunista, apoiava e financiava iniciativas e candidatos contrários às ideias nacionalistas e às reformas de base. Também foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), que ófazia cerrada propaganda contra o governo Goulart e oposição aos projetos sociais por ele encampadosô(DELGADO, 2003, p. 151).

Houve também algumas críticas a óteoria da revolução brasileiraô a partir do PCB ñ Partido Comunista Brasileiro, conforme Caio Prado Jr. (1978, p.29) indo de acordo com os acontecimentos conjunturais. O autor aponta: ó[...] a teoria marxista da revolução brasileira se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados *a priori* e sem considerações adequadas dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim ñ o que é mais grave ñ encaixar nesses conceitos a realidade concretaô. O autor se refere ao caráter praticista, num meio ócarente de preparação científicaô, ou seja os comunistas brasileiros incluíam fatores culturais e ideológicos vindos de fora, sem se adequar à realidade brasileira.

Essas questões marcaram profundamente a juventude mais estudada e politizada do país, principalmente a partir dos anos 60.

### 3.2 OS ESTUDANTES NOS ANOS 60

No movimento estudantil, foi eleito para Presidente da UNE, em 1960, o baiano Oliveira Guanaís, cuja gestão teve como aspecto mais significativo a criação do Centro Popular de Cultura ñ CPC, que seguiu a ideia do Movimento de Cultura Popular ñ MCP, criado por Miguel Arraes, quando prefeito de Recife, em 13 de maio de 1960. Mais tarde, o CPC se destacaria na produção artística brasileira, levando às favelas e aos subúrbios peças teatrais, filmes, debates.

No ano de 1961, houve uma turbulência na política nacional. Jânio Quadros, que assumira a presidência em 31 de janeiro, renuncia em 25 de agosto do mesmo ano, antes de completar sete meses de governo. O vice-presidente, João Belchior Marques Goulart, assumiu o poder em 7 de setembro de 1961, apesar de fortes protestos da ala mais conservadora, em particular de importantes setores militares, que acusavam Jango, como era conhecido, de estar comprometido com os comunistas. Eram os mesmos grupos do empresariado e de políticos avessos às reformas e ligados aos interesses do capital internacional. Todavia, a Constituição

foi cumprida em facedas mobilizações em favor do vice-presidente por parte significativa de diversos segmentos da sociedade: movimentos estudantis, operários, populares e democráticos, trabalhadores e parte da sociedade civil. Naquela ocasião, organizou-se a ócadeia da legalidadeô capitaneada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que dirigiu o movimento de resistência pelo cumprimento da Constituição.

Em julho de 1961, no Congresso da UNE, havia sido eleito para presidente da entidade o paulista Aldo Arantes. Essa foi uma das marcantes fases da UNE. O clima de liberdade democrática que reinava no país depois da posse do Presidente Goulart também fortalecia o movimento estudantil conforme Aldo Arantes (2013, p.26): ó[...] nós colocávamos o nosso eixo de atuação na luta pela reforma universitária [...] outras iniciativas foram de grande importância no processo de mobilização: o Centro Popular de Cultura ã CPC e a UNE Volanteô. Ver anexo.

Com a posse do presidente, as liberdades democráticas foram mais respeitadas, o país vivenciava um clima de relativa tranquilidade política e, neste rol dos acontecimentos, o movimento estudantil foi beneficiado. Foi o período da grande ascensão católica com a Ação Popular ã AP, cuja organização surgiu por volta de 1960 de uma dissidência entre o grupo estudantil Juventude Universitária Católica ã JUC e a hierarquia religiosa. Segundo depoimento de um dos seus fundadores e então presidente da UNE, Aldo Arantes:

A pauta do Congresso de fundação da AP - Ação Popular era aprovar o documento-base que formularia as diretrizes políticas e ideológicas da Ação Popular, cujo fundamento ideológico expressava uma concepção progressista e defendia o socialismo e a revolução brasileira ã porém, as concepções ainda estavam um pouco misturadas. Ali conviviam o cristianismo, o existencialismo e o marxismo. Foi eleita a sua primeira direção com Betinho<sup>21</sup> à frente. A base principal da AP era composta por estudantes, sobretudo os universitários. Contudo, ela já tinha alguma ligação com os camponeses através do Movimento de Educação de Base (MEB), que realizava um processo de educação por rádio. A AP tinha um trabalho junto ao movimento camponês em Pernambuco, Maranhão e Alagoas (ARANTES, 2013,p. 29).

A AP teve um papel importante para o fortalecimento do movimento estudantil no Brasil, principalmente no início da década de 60, já que ela penetrava em diversos segmentos

---

<sup>21</sup> Herbert José de Souza (1935-1997), conhecido como Betinho, nasceu em Bocaiuva (MG), no dia 3 de novembro de 1935. Nos anos 60, ajudou a fundar a Ação Popular ã AP. Formou-se em Sociologia pela UFMG, em 1962. Após o golpe militar de 1964, passa sete anos na clandestinidade e oito no exílio. Voltou ao país em 1979 e criou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Ativista dos direitos humanos no Brasil, um dos trabalhos de destaque foi o projeto "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida", na qual mobilizou várias campanhas para arrecadar mantimentos em favor dos pobres e excluídos. Betinho era hemofílico e portador do vírus da AIDS, contraída em uma transfusão de sangue. Faleceu em 9 de agosto de 1997, no Rio de Janeiro, em consequência da doença. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/biografias/herbert-jose-de-sousa-betinho.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

da sociedade, talvez, em decorrência de suas características de formação, não originou-se a partir de segmentos progressistas da igreja católica. Sua base era de estudantes, mas que conviviam com as periferias dos centros urbanos, no movimento camponês, dando a oportunidade aos estudantes de se relacionarem com outros setores da sociedade. A AP também se articulou com o movimento estudantil secundarista, mas o forte era o movimento universitário, com uma boa penetração nos estados do Nordeste.

O PCB e a AP influenciavam ideologicamente o movimento estudantil no início dos anos 60. Posteriormente tornou-se marxista e, mais no final dos anos 60, maoísta, tendo, em suas bases, camponeses e operários, ou seja, sua atuação crescia também em outras áreas, além do movimento estudantil. Algumas das entrevistadas que estudaram em colégios cristãos, participantes ou simpatizantes do ME secundarista, citaram a AP em seus pronunciamentos; também mencionaram o fato de que, quando iniciaram seus estudos na FDR, quase não se ouvia falar dessa organização. Realmente a corrente ideológica preponderante na FDR no período estudado era mais o PCB. A partir dos anos 70, ganhou visibilidade o Partido Comunista Revolucionário, o PCR, como veremos posteriormente. Ou seja, pela própria organicidade, a AP tinha em suas fileiras alguns simpatizantes advindos do clero católico e também atuava no meio secundarista, mas a sua maior atuação estava presente no ME universitário.

Vale lembrar, também, desta época, a empolgante atuação dos estudantes na chamada *UNE-Volante*, que era uma caravana de 20 a 25 pessoas, tendo à frente membros da Diretoria da UNE, com o apoio do *Centro Popular de Cultura* – o CPC, percorrendo quase todas as capitais brasileiras, permanecendo nelas de três a cinco dias. O lema era *A UNE Veio Para Unir*. A *UNE-Volante* era um instrumento de divulgação, no meio estudantil brasileiro, das reformas universitárias. Em Pernambuco, havia o *Movimento de Cultura Popular* – o MCP. Como analisa Rosângela Patriota:

Em 1960, durante o governo de Miguel Arraes em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP), uma sociedade civil autônoma que aglutinou nomes como Germano Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Freire, Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Paulo Rosas, Anita Paes Barreto, Luiz Mendonça, entre outros, teve entre seus objetivos a criação de um Teatro de Cultura Popular. Já no Rio de Janeiro, surgiu outra importante frente de atuação: o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes ou CPC da UNE (PATRIOTA, 2006, p.321).

A ebulição dos estudantes brasileiros não ficava somente nas questões políticas, extrapolava até às questões culturais, unindo entretenimento à conscientização política. Especialmente em Pernambuco, o governo Miguel Arraes levava à periferia do Grande Recife

peças teatrais, como também promovia cursos de alfabetização de adultos. Além de propagar a cultura através do CPC nos locais menos favorecidos, favelas e subúrbios, utilizou a *Campanha de Alfabetização de Adultos*. Nessa campanha, os estudantes se organizavam em grupos, distribuindo-se por vários locais nos subúrbios, alfabetizando os adultos pelo método desenvolvido por Paulo Freire. O sentido ia além da alfabetização: *era formar o cidadão consciente politicamente*.

Em todo o Brasil, o CPC da UNE desempenhou um papel relevante no aspecto cultural e político. Através de apresentações teatrais para o povo brasileiro, significou o embrião para o teatro político, para a música de protesto, para o cinema novo, e nele estavam presentes: Ferreira Gullar, Oduvaldo Viana Filho, Cecil Thiré, Carlos Vereza, José Wilker, Geraldo Vandré, Carlos Diegues, Carlos Lyra, entre outros. A UNE-Volante criou 12 CPCs nas principais cidades brasileiras.

O final dos anos 50 trouxe perspectivas de mudanças profundas para a América Latina a partir da Revolução Cubana. Em resposta ao óperigo vermelho que sondava este continente em consequência da vitoriosa Revolução Cubana, Washington lança amplo programa para modernização econômica e social, e principalmente financiamento e treinamento de forças de segurança, militares e policiais, a partir da *Aliança para o Progresso*. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), o objetivo deste programa era oferecer recursos financeiros e técnicos a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o perigo do apelo revolucionário. Evidente que o ponto de destaque ocorreu na educação, pois nas escolas se formavam a mão de obra e os líderes necessários ao figurino das óteorias da modernizaçãoo. Para atender, sobretudo, a área da educação, foi criada em 1961 a United States Agency for International Development ã Usaid, em convênio com o MEC, dando origem ao MEC-Usaid. A intenção inicial dos americanos era concentrar os recursos na educação elementar e nos cursos técnicos. Tinha esse acordo objetivos de assessoramento de técnicos americanos aos técnicos brasileiros encarregados de estudar a reforma do ensino superior, ou seja, era uma maneira de os americanos "treinarem" os técnicos brasileiros a partir de uma estratégia de dominação política sobre nossa educação. Conforme recorda Motta:

Naturalmente, nesse planejamento, a educação ocupou lugar destacado, já que nas escolas se formavam a mão de obra qualificada e os líderes necessários ao processo de desenvolvimento. Além disso, e talvez mais importantes, as instituições educacionais eram locais influentes na moldagem dos valores das pessoas, aí incluídos os valores políticos. Por essa razão, escolas e faculdades tornaram-se espaços estratégicos nos embates ideológicos (MOTTA, 2014, p. 112).

A teoria estava baseada no Relatório Atcon<sup>22</sup>, cujas recomendações mais significativas com relação à América Latina dizia respeito à interferência nas universidades, que deveria se processar de acordo com uma filosofia para todo o continente. Este acordo provocou influências e dependência cultural do nosso país para com os Estados Unidos, herança que se aprofundou ao longo do tempo. E segundo Motta (2014, p.139), calcula-se que, entre 1961 e 1973, o governo americano tenha investido cerca de 183 milhões de dólares na educação brasileira. A partir do Golpe de 64, as portas serão mais abertas ainda, não somente nas universidades, como veremos a seguir.

A estratégia política-ideológica era apontar em todos os segmentos da sociedade, já que alguns segmentos democráticos avançavam. Em Pernambuco, após a posse de Miguel Arraes, no final de janeiro de 1963, a participação política de vários setores da população foi ampliada. Logo de início, as portas do palácio do governo estiveram abertas aos setores democráticos e populares, em especial aos sindicalistas, inclusive aos trabalhadores rurais. Num clima de maior liberdade, sem ter que enfrentar as investidas policiais tão comuns no estado em governos anteriores, a organização popular foi crescendo. Os setores conservadores, contudo, não aceitavam essa nova forma de fazer política. Para os mesmos, que não admitiam greves nem manifestações camponesas, o que havia era óbadernaô. E utilizavam-se particularmente da imprensa para difamar as iniciativas do governo federal, assim como as do estadual, a quem acusavam de serem ócomunistasô, procurando criar um clima de desconfiança e insegurança na população, particularmente em setores da classe média.

Alguns movimentos sociais, e mesmo o Partido Comunista, entendiam que o caminho democrático estava aberto e que, a partir do governo Goulart seria possível promover as reformas. Outros, porém, receavam um possível golpe, afinal, por diversas vezes ao longo do período democrático, a direita se articulou com esse objetivo. E no dia 31 de março, o General Olímpio Mourão Filho, comandante da Região Militar de Minas Gerais, declarou-se em estado de rebelião contra o governo federal. A 1º de abril, numa reunião realizada em Rezende, Rio de Janeiro, os golpistas receberam o apoio do general Amaury Kruehl, comandante do importantíssimo II Exército de São Paulo. A unidade militar fora

---

<sup>22</sup> A Lei nº. 5.540/68, óLei da Reforma Universitáriaô, foi baseada nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e no Relatório Meira Matos (coronel da Escola Superior de Guerra) e aprovada de cima para baixo. A reforma acaba com a cátedra, unifica o vestibular, passando a ser classificatório, aglutina as faculdades em universidades, visando a uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina, além de, segundo, disciplinar a nomeação dos reitores e diretores de unidades (estas agora divididas em departamentos), dispensando a necessidade de os nomeados serem membros do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial.

restabelecida; na mesma noite, em Brasília, o Presidente do Senado declarou vaga a Presidência (inconstitucionalmente, pois o presidente encontrava-se em território nacional) e deu posse a Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados. No dia 1º de abril de 1964, Goulart viajou para o Rio Grande do Sul, onde o Deputado Leonel Brizola e as forças populares pretendiam organizar a resistência. No dia 4 de abril, Goulart, alegando querer evitar derramamento de sangue brasileiro numa guerra civil, exilou-se no Uruguai.

Os movimentos sociais e os estudantes foram as primeiras vítimas da reação golpista. O prédio da UNE, no Rio de Janeiro, onde outrora funcionara a sede do nazifascismo, volta aos seus antigos donos, ou seja, aos fascistas que retomaram o poder. Estes invadem e incendiam a sede da UNE; há prisões, expulsões de faculdades. Lideranças do movimento camponês, dos sindicatos e dos estudantes se desorganizam.

Especialmente em Pernambuco, Paulo Cavalcanti (v. 1, 2008), que fez parte dessa história, faz importantes análises a respeito. Na realidade, nesse estado, desde muito tempo, a área militar óestava minada de oficiais golpistas, quase todos comandando tropas, até o vice-governador vinha há muito tempo confabulando com chefes militares em oposição a Jango e a Miguel Arraes na preparação conspirativa. O próprio comandante do IV Exército, o general Justino Alves Bastos, confessou em depoimento posterior ao golpe: ónossa escolha já se definira pelo vice-governador Paulo Guerra, em ligação conosco deste antes da Revolução. No entanto, dias antes, o general fizera uma solene afirmação de respeito às instituições e de apoio ao governo federal ao então Prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, que havia assumido a prefeitura em 15 de dezembro de 1963. Palavras, só palavras. Cavalcanti, continua com sua descrição, já que presenciou o cenário do fatídico dia 31 de março, na realidade a véspera do Golpe:

Pelas onze horas, a praça do Campo das Princesas estava literalmente tomada de soldados do Exército, dispostos em linha, armados de fuzis, baionetas caladas e metralhadoras [...] [...] avistei uma passeata de estudantes que se deslocava da Escola de Engenharia para o centro da cidade, aos gritos de óAbaixo o golpe e óViva Miguel Arraes. Minutos depois ouvimos o matraquear das armas do Exército, ruídos de tiros de fuzis automáticos ressoando pela Praça da Independência [...] (CAVALCANTI, 2008, v.1, p. 379).

E, com base em depoimentos de testemunhas que presenciaram as cenas, continua:

O major Hugo Coelho de Almeida tomou das mãos de um praça uma arma automática e, ele próprio, atingiu dois jovens estudantes, um nas costas, outro no rosto, matando-os [...] [...] resultaram mortos Jonas de Albuquerque Barros, de dezessete anos, e Ivan Rocha Aguiar, de vinte e três, estudantes [...] [...] no Pronto Socorro, quando um militar tentou incriminar a mãe do estudante Ivan pela

responsabilidade moral da morte do filho, teria ela respondido ã Vocês é que o mataram. Tenho mais sete filhos para continuar a luta dessa criança(CAVALCANTI, 2008, v.1, p. 379-380).

Enquanto isso, no Palácio, o governador era deposto. O comandante do III Distrito Naval, Almirante Dias Fernandes, lhe anunciara que as Forças Armadas haviam deliberado desfechar a revolução contra o governo federal e lhe sugeriu viajar a Brasília para se juntar a João Goulart; já que iriam respeitar suas prerrogativas de governador. O governador escutou tudo em silêncio. Respondeu que não iria renunciar e que ao passar pela porta podiam considerá-lo preso sob o comando do IV Exército, mas que no futuro teria uma história digna para contar aos filhos e estes saberiam que o pai não saiu desmoralizado. Estava ali porque fora eleito pelo voto popular, o povo o elegera. E assim foi. O governador foi detido e preso, encaminhado à ilha-presídio de Fernando de Noronha. Posteriormente viveu no exílio.

O golpe militar havia saído vitorioso, as liberdades democráticas desprezadas. Uma junta militar autoritária assumiu o comando do poder no país. Estudantes assassinados em praça pública em Pernambuco ãa mãe de um deles, nem no momento da dor, foi respeitada; a mãe de Ivan chora sua morte, mas sua resposta ao soldado demonstra ainda ter esperanças, com o desabafo de que os outros filhos poderiam continuar a luta do que se foi. O governador do estado, no momento em que é destituído, sente a perda do poder e das liberdades democráticas que lhe foram tiradas por uma junta militar, preferindo a prisão a ser desmoralizado; nessa hora, se lembra dos filhos, que precisarão saber no relato da história como se comportou o pai. Enfim, sentimentos diante de perdas são universais e atemporais. Mas o que determinou esse contexto e essas histórias? Uma mãe chora a morte de um filho que estava em uma passeata em defesa dos valores democráticos de seu país; um governador não renuncia e opta pela perda de sua liberdade, já que foi eleito para defender a democracia. Portanto, o que o jovem estudante assassinado enfrentou foi um conflito de classes; o que o governador vivenciava também era conflito de classes; dentro de suas especificidades, militaram por uma causa comum. E um militante pode morrer ã como tantos já se foram ã, sobretudo quando se trata de uma luta revolucionária, mas o que não morrerá será a causa à qual essa ação se entrega.

A repressão em Pernambuco foi intensa, as prisões encheram-se desde os primeiros dias, não faltaram as torturas e os assassinatos. Foram muitas as cassações de políticos com as respectivas perdas de direitos. Importantes sindicatos tiveram suas diretorias destituídas, inclusive no meio rural, onde apenas quatro não sofreram intervenção. No meio estudantil e nas repartições públicas como a Sudene, muitos foram presos ou tiveram que se esconder.

Diariamente os jornais publicavam notícias a esse respeito com a versão dos vencedores. Assim sendo, as notícias eram frequentemente falseadas, trazendo histórias jamais provadas sobre armas encontradas em poder dos esquerdistas, ou planos mirabolantes de que os comunistas iriam prender e assassinar diversos políticos locais, figuras da sociedade, religiosos.

Apesar da intensa repressão, aos poucos a população, em especial os estudantes, voltou a se organizar. As condições de estudo eram precárias, o número de vagas nas universidades públicas era inferior à demanda, de tal forma que, às vezes, o estudante era aprovado no vestibular, mas, por falta de vaga, não podia matricular-se. As verbas destinadas à educação eram sempre insuficientes, como de resto acontecia com a saúde, habitação, de modo que as condições de vida da população continuavam bastante precárias. O desemprego crescia, e a contestação foi sendo, aos poucos, retomada.

### 3.3 O ANO DE 1968

Ano que representou um marco na história recente da humanidade. Caracterizou-se, sobretudo, por ser uma época de contestações políticas e culturais. Em quase todos os recantos do mundo, ocorreram, naquele ano, notáveis movimentos de massa, liderados, sobretudo, pelos estudantes. Um dos exemplos mais significativos de tais movimentos foi o da rebelião estudantil desencadeada na França, levado a efeito pela união de estudantes das mais variadas tendências políticas (comunistas, trotskistas e maoístas), sob a influência marcante das obras do filósofo alemão Herbert Marcuse.

Quatro anos haviam se passado desde o golpe militar de 64. As decepções da classe média com o novo regime implantado tornavam-se cada vez maiores, sobretudo pela falta de liberdade e pela nova política econômica adotada com reflexos negativos sobre os salários. A classe média, há pouco tempo defensora do golpe, colocava-se, agora, contra o regime que, de certa maneira, ajudou a implantar.

Em Pernambuco, como no resto do país, 1968 representou para o Movimento Estudantil a sua fase de maior afluxo. Foi a época das denúncias das deficiências do ensino médio e do ensino superior e da contestação contra a falta de liberdade no ambiente escolar. Naquele ano, o objetivo imediato dos estudantes pernambucanos era a realização de eleições para escolha de dirigentes dos Diretórios Acadêmicos (DAs) e Grêmios Estudantis. Os tabloides escritos pelos próprios estudantes e rodados em precários mimeógrafos voltaram ao cenário, sempre preocupados em retratar o momento pelo qual atravessava o país e em

reclamar por melhores condições de ensino. Inúmeros desses pequenos jornais funcionaram abertamente.

No mês de janeiro de 1968, estudantes universitários e secundaristas decidiram em Assembleia Geral realizada na antiga Faculdade de Filosofia de Pernambuco (Fafipe), não mais aceitar a vigência do Decreto Municipal nº 8671, de dezembro de 1967. De acordo com tal decreto, os estudantes pagariam NC\$ 0,15 nos primeiros 20 dias do mês e nos 10 dias restantes viajariam gratuitamente nos ônibus do sistema de transporte da capital. Na verdade, com essa medida, o poder público visava a criar um clima de animosidade entre os estudantes e a população, que, naquele período, já começava, timidamente, a apoiar as lutas estudantis. Pois os estudantes, "nos dias gratuitos", entravam pela porta dianteira dos ônibus, ocupando, assim, o lugar dos passageiros que aguardavam nas filas o transporte. Todavia, os estudantes perceberam a artimanha do então prefeito, Augusto Lucena, e partiram para o confronto. Uma passeata foi organizada para o dia 25 de janeiro de 1968, mas não ficou restrita somente ao repúdio ao decreto.

Antes da realização da passeata, os estudantes recebem um ofício do delegado Moacir Sales, do DOPS de Pernambuco, em que solicitava o comparecimento dos representantes da Fafipe, a fim de tratar assunto de seu interesse que diz respeito a este órgão da classe estudantil. Mas os estudantes sabiam que essa convocação se referia à passeata. Realmente, foi para explicar os temas referentes aos cartazes que seriam expostos na passeata. Foram levados os 137 cartazes preparados, dos quais 46 ficaram apreendidos. Para os estudantes isso foi uma vitória, já que conseguiram salvar a maioria dos cartazes. Alguns diziam: "Petróleo, é só Nosso?"; "A Mulher Cubana é Livre porque não USA ALIANÇA"; um cartaz com um verso do poeta Castro Alves: "É um povo existe que sua bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia"; "Nasceu chorando, viveu cassando, morreu voando. Quem foi?"; "Menu de Johnson: crianças vietnamitas assadas a napalm, suor de negros, suor dos trabalhadores brasileiros". (Diário de Pernambuco, 26/01/1968, p.3). Mas essa passeata foi bastante reprimida, estudantes e populares foram barbaramente espancados pela Polícia Militar de Pernambuco. Os soldados não escolhiam pessoas nem lugar do corpo para bater (Anexo 2). A população se revoltava, e algumas pessoas que observavam do Edifício Santo Albino começaram a jogar garrafas na polícia. Os protestos dos estudantes irritavam o regime autoritário, que autorizava a ação policial violenta pela qual os manifestantes eram espancados e detidos. Mesmo assim, foi uma vitória, pois o Movimento Estudantil do Recife demonstrou ser forte e, principalmente, passou a ter o apoio da população.

Em fevereiro daquele ano, os estudantes da Universidade Católica de Pernambuco

iniciaram uma luta de protesto contra os extorsivos aumentos das anuidades, já que excediam a tabela de lei do Governo Federal, que concedeu 20% de aumento. A Católica aumentou para 35%. Os presidentes do DCE, Alberto Leite, do DA de Filosofia, Antonio Pedrosa, do DA de Economia, Luís Augusto Pontual, e do DA de Direito, Carlos Eduardo Vasconcelos, convocaram todos os colegas para as atividades estudantis, como as de militar no movimento. Naquela época, a Universidade Federal Rural de Pernambuco exigia nos exames para vestibular, além das provas das matérias curriculares, uma prova extra, ou seja, óum teste psicotécnicoô. Às vezes, alunos brilhantes passavam em todas as provas e eram reprovados no referido teste. Era uma forma de impedir o ingresso nas universidades de estudantes que possuísem consciência política ou até tivessem uma simpatia pelo Movimento Estudantil; foi o que ocorreu com dois estudantes da Universidade Rural: Raimundo Pimentel e Walfrido Pedrosa Amorim, que foram reprovados nos testes psicotécnicos. Mesmo com todos os protestos dos alunos daquela universidade, o MEC permaneceu inflexível, não aceitando a revisão de provas solicitada. É lógico que não existia neutralidade. Os estudantes daquela época eram influenciados por diversas correntes como AP e PCB. Havia também as que possuíam uma linha mais radical, como o PCR e o PCBR, que defendiam a luta armada. Segundo Paulo Cavalcanti (v.2, 2008), pelo menos em Pernambuco, quase todos os diretórios acadêmicos eram influenciados por variados matizes ideológicas. Segundo o autor, em princípio de 1968, o pleito para escolha da chapa da União dos Estudantes de Pernambuco, por exemplo, efetivou-se diante da opção PCBR versus AP. No segundo semestre de 1968, as autoridades, em face da onda crescente das mobilizações estudantis e populares, recrudescem a repressão, sobretudo às passeatas e à organização dos estudantes no ambiente escolar. Com o AI-5, o Movimento Estudantil sofreu um duro golpe, sendo quase que totalmente desarticulado.

De 1969 a 1973, o Movimento Estudantil em Recife atravessou uma de suas fases de maior refluxo. Como no restante do país, a repressão se abateu terrivelmente sobre Pernambuco, que representava naquela época um dos estados brasileiros mais combativos ao regime autoritário. Após a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 e dezembro de 1968, o Movimento Estudantil em Pernambuco é duramente castigado, principalmente pelo Decreto 477, que significou um duro golpe para os estudantes. Foi o chamado "golpe dentro do golpe".

Quem primeiro usou esse famigerado decreto no estado foi o Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, professor Nelson Costa Carvalho, que expulsou 13 alunos. A Universidade Católica de Pernambuco, por se tratar de estabelecimento particular, não era

atingida legalmente pelo decreto, mas a Reitoria procurava regulamentos internos para "suspender alunos por tempo indeterminado". Foram suspensos 13 alunos, entre eles, Paulo Henrique Maciel, Carlos Eduardo Vasconcelos e José Paulo Cavalcanti Filho. Nas universidades públicas, a aplicação do decreto era de cunho mais radical, como, por exemplo, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, onde foram expulsos e processados pela Justiça Militar os estudantes: Valmir Costa e José Moura Fontes. A reação do governo repressivo se acirrava nas atividades estudantis, com a infiltração, nos cursos, de alunos-espiões dos órgãos de Segurança, os chamados "dedos-duros". O que se chamava de repressão antes do AI-5 nada era, se comparada ao terror gerado depois da edição daquele ato. As lideranças viviam clandestinamente, quando não foragidas. Quando presas, eram torturadas e, muitas vezes, assassinadas. Grande parte das lideranças era procurada pela polícia. Entre elas, estavam o presidente da União dos Estudantes de Pernambuco - UEP, Cândido Pinto de Melo, e Marcos Burle, da Faculdade de Medicina de Pernambuco. Cândido Pinto sofreu um atentado; quando tentavam sequestrá-lo, reagiu e foi baleado com dois tiros. Brayner e Brayner (2006, p. 213) relatam:

Levado ao hospital, Cândido travou uma árdua batalha pela vida. E nós, companheiros de militância, acompanhávamos essa batalha convencidos de que ele conseguiria vencer, que ele resistiria, como resistira ao atentado, porque não se curvara, não se entregara aos bandidos. Quando, enfim, levado de volta ao quarto do Hospital, "guardado" por policiais, Cândido, apesar do sofrimento físico, manteve a dignidade e reunindo as suas forças, gritou em voz alta para os amigos e companheiros que pareciam aguardar suas palavras: "Eles pensam que me destruíram, mas eu, ainda tenho a minha cabeça".

Excelente orador, combativo e coerente, respeitado pelos amigos, companheiros e mesmo pelos adversários, Cândido começou a se destacar, ainda em 1965, na Escola de Engenharia. Em 28 de abril de 1969, os estudantes resolvem decretar greve geral de 24 horas, em todas as escolas de nível superior. Foi uma forma de protesto ao atentado sofrido pelo Presidente da UEP. O lado positivo da greve foi a transferência de Cândido Pinto para um local mais seguro, o Hospital Pedro II, da Universidade Federal de Pernambuco.

Dessa época, temos nomes que precisam ser registrados neste trabalho; muitos deles deram a própria vida em defesa do povo brasileiro, acalentando o sonho de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, destacaram-se: Abdias de Carvalho, Aécio Gomes de Matos, Alírio Guerra, Ana Lúcia Chaves, Carlos Alberto Soares, Carlos Eduardo Vasconcelos, Carlos Henrique Maranhão, Cândido Pinto de Melo, Carmem Chaves, Dionari Sarmento, Dulce Pandolfi, Ezequias Bezerra da Rocha, Evandro Cavalcanti, Franklin Moraes, João Marques

Cunha, João Roberto, Joares José Gomes, José Arnaldo Amaral, José Moura e Fontes, José Nivaldo Júnior, José Oto Oliveira, José Paulo Cavalcanti Filho, Leonardo Trindade Cavalcanti, Luciano Siqueira, Frederico Katz, Marcelo Santa Cruz, Miriam Verbena, NadjaBrayner, Odijas de Carvalho, Paulo Henrique Maciel, Paulo Roberto Pereira Guimarães, Pedro Eurico, Roberto França, Roberto Rosa Borges, Sérgio Buarque, Sérgio Longmann, Tereza Vilaça, Valmir Costa e outros. Muitos desse(a)s estudantes eram alunos e alunas da FDR. O ano de 1969 é considerado de forte repressão política em Pernambuco, principalmente pelo assassinato do Padre Henrique. Em 26 de maio de 1969, Antônio Henrique Pereira Neto, então coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife, assessor do Arcebispo Dom Hélder Câmara, participara de uma reunião de pais e mestres no bairro de Parnamirim. Ao sair do local, foi coagido pelos ocupantes de uma Rural a entrar no veículo. Depois disso, só se teve notícia do padre quando um vigilante e um servente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco encontraram seu corpo às seis horas do dia seguinte nos arredores da Cidade Universitária, amarrado com grossas cordas, o corpo apresentando dois ferimentos a bala, um no frontal direito e outro no pescoço, várias escoriações e hematomas, com marcas evidentes de tortura. No inquérito aberto, foram acusados como responsáveis pelo sequestro, tortura e morte de Padre Henrique, o delegado Bartolomeu Gibson, Rogério Matos do Nascimento, o investigador de polícia Cícero Albuquerque, o tenente José Ferreira dos Anjos, da Polícia Militar, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och, de acordo com o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (1995, p. 56).

### 3.4 AS MULHERES NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (1960-1973): vem, vamos embora

Durante o período de 1960-1973, a sociedade brasileira vive uma série de transformações: crescimento urbano, revolução dos costumes, conflitos políticos, renúncia de um presidente, golpe militar de 64; instauração do AI-5 em 68; acirramento da repressão aos estudantes, entre outros. E o grupo social das mulheres da FDR, também produto desse contexto, não poderia ficar de fora desses tempos conflituosos.

Portanto, é necessário investigar a construção social das relações de gênero, conjugando-as, conforme Scott (1992), a partir de uma perspectiva relacional, ou seja abandonando a ideia da suposta existência de uma natureza feminina, que sempre opunha as mulheres/dominadas/submissas aos homens/dominadores. Segundo essa posição, as mulheres

na história, às vezes, apareciam subjugadas ao poder masculino; e em outras, como rebeldes e revolucionárias, ou protagonistas, como se fossem heroínas, à frente de seu tempo.

Nossa proposta é estudar essas mulheres na construção das relações sociais, enquanto mulheres, estudantes e futuras profissionais de Direito, na inserção no mercado de trabalho. Procuramos, a partir de uma análise relacional, elaborar uma tabela para verificar a quantidade de mulheres e homens que se graduaram no recorte temporal.

Para isso, fizemos uma análise quantitativa dos bacharéis e bacharelas entre 1960 e 1973, levando em consideração que o curso tinha a duração de cinco anos, portanto as concluintes de 1970 e 1973 ainda frequentaram o curso nos anos sessenta.

Conforme podemos observar no Quadro 2 a seguir:

QUADRO 2- Quantitativo e percentual dos bacharéis (1960-1973): análise comparativa

| Ano  | homens | mulheres  | total de bacharéis | % percentual de mulheres |
|------|--------|-----------|--------------------|--------------------------|
| 1960 | 107    | <b>13</b> | 120                | <b>10,83%</b>            |
| 1961 | 84     | <b>12</b> | 96                 | <b>12,5%</b>             |
| 1962 | 99     | <b>16</b> | 115                | <b>13,91%</b>            |
| 1963 | 100    | <b>13</b> | 113                | <b>12,38%</b>            |
| 1964 | 112    | <b>23</b> | 135                | <b>17,03%</b>            |
| 1965 | 91     | <b>13</b> | 104                | <b>12,5%</b>             |
| 1966 | 79     | <b>14</b> | 93                 | <b>15,05%</b>            |
| 1967 | 107    | <b>31</b> | 138                | <b>22,46%</b>            |
| 1968 | 53     | <b>20</b> | 73                 | <b>27,39%</b>            |
| 1969 | 58     | <b>37</b> | 95                 | <b>38,94%</b>            |
| 1970 | 92     | <b>39</b> | 131                | <b>29,77%</b>            |
| 1971 | 120    | <b>53</b> | 173                | <b>30,63%</b>            |
| 1972 | 128    | <b>69</b> | 197                | <b>35,02%</b>            |
| 1973 | 96     | <b>72</b> | 168                | <b>42,85%</b>            |

Quadro elaborado pela autora. Fonte: Arquivo da FDR

O quadro demonstra uma pequena modificação nos percentuais de estudantes mulheres que concluíram o curso de ano para ano, só recuando um pouco em 1965. Relembramos que no ano de 1964 aconteceu o golpe militar. O ano de 1968 foi intenso de participação, mas em dezembro, foi decretado o AI-5, e pudemos notar que a partir de 1967 o número de bacharelas possui uma significativa subida, enquanto que, em 1967, é de 22,46%. Entre 1968 e 1973, há uma substancial subida. Todavia, se considerarmos o percentual referente ao número de formandas do início da pesquisa (10,83% em 1960) em relação ao do último ano (42,85% em 1973), percebemos que existe uma mudança significativa na quantidade de bacharelas: enquanto que em 1960 havia apenas 13 mulheres num total de 120

alunos, em 1973, 72 mulheres se formaram num universo de 168 alunos. Podemos inferir, mudanças dos tempos.

A título de informação sobre o número de bacharéis e bacharelas do Curso Direito em 1960, início da nossa pesquisa, fizemos um levantamento no Censo Demográfico de 1960 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Trata-se do VII Recenseamento Geral, que identifica o Curso completo das pessoas de 10 anos e mais por sexo segundo a espécie do Curso, por estado. No Estado de Pernambuco o Curso de Direito havia formado: 1.837 homens e 146 mulheres. Fonte: IBGE;reproduzimos esta relação.(Anexo 6)

GRÁFICO 1 – Comparativo: bacharelas em relação ao total de formandos

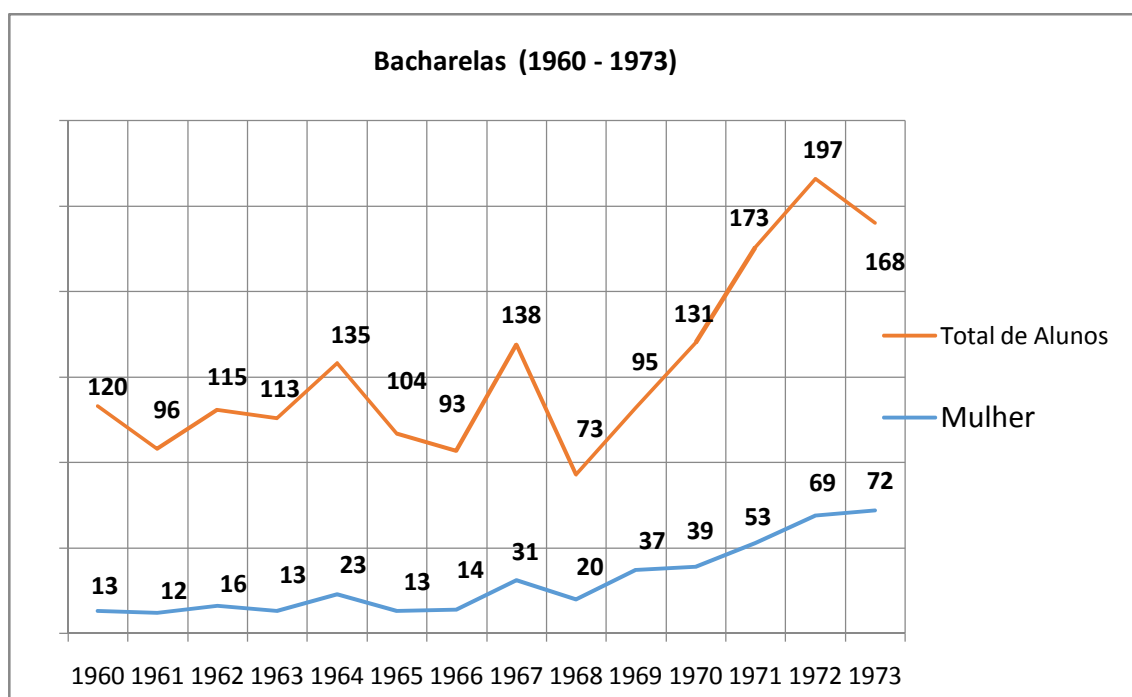


GRÁFICO1 - Comparativo do número de bacharelas em relação ao total de formandos. Para uma melhor explicação com relação à tabela anterior, este gráfico nos dá uma visibilidade da curva de ascensão do número de mulheres a partir de 1967 até 1973, como foi verificado na tabela anterior.

### 3.5ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Consideramos três fases distintas a partir das narrativas das onze mulheres entrevistadas. Nossa preocupação foi aproximar ao máximo os relatos da realidade das entrevistas de forma a facilitar a compreensão das etapas, mas entendemos que em alguns momentos os relatos de uma fase podem se inter-relacionar, já que os acontecimentos de nossas vidas são emaranhados. É o processo dialético da existência, onde as histórias se entrecruzam. Afinal, nossa existência não é feita de forma departamental, somos produtos de

várias circunstâncias. E como já expomos, os depoimentos são reflexões sobre trajetórias de vida, onde se apresentam ambiguidades de sentimentos, momentos bons, e outros nem tanto.

### 3.5.1 Vida acadêmica

Com os depoimentos a seguir, podemos fazer algumas análises sobre questões destacadas pelas entrevistadas, como comportamento em sala de aula, desafios, esforço que realizavam nos estudos para marcar presença e também a convivência com os colegas e o ambiente da faculdade. A vida cultural de então, os costumes, a moda, os namoros. Mas também os enfrentamentos daquelas que participaram da militância estudantil, as perseguições, convivência com os tempos sombrios da ditadura militar. Época de descobertas, de afirmações, mas de dificuldades e sofrimentos.

Determinar uma origem para o surgimento do interesse pelo curso de Direito através de depoimentos é uma tarefa um pouco difícil. Vemos nesses relatos a seguir que o convite ao curso aparece de forma diferenciada na trajetória de algumas entrevistadas.

[...] amo minha profissão, escolhi Direito porque era meu sonho desde menina [...]me sentia à vontade em sala de aula, porque estudava o que gostava. Mesmo com alguns *professores difíceis*, não me importava. Se fui boa aluna? Bem [...] eu poderia lhe informar que fui uma boa aluna, responsável, assídua [...] e nos exames obtinha boas notas [...] bastaria discorrer aqui dos títulos e méritos que tive na vida acadêmica, mas isso poderia soar arrogante.

Constata-se nesse depoimento que a entrevistada primeiramente tinha amor pelo curso, certeza da sua escolha e que esse desejo veio desde a infância, como também o seu apreço pelo estudo, figurando como uma boa aluna, e reconhece que a sua verdadeira *vocação* foi estudar Direito, todavia relembra que nem tudo era flores e que teve *alguns professores difíceis*. Mas o que chamou atenção neste relato é que a profissional se esquivava de colocar os *seus méritos para não parecer arrogante*. Durante a transcrição do depoimento, questionei-me se haveria este cuidado caso fosse o depoimento de um profissional do sexo masculino. Ou seja, são as representações do masculino e do feminino diferenciadas.

[...] quando eu entrei na faculdade, era muito bobinha, até porque fiz o vestibular sem muita certeza do que queria. Mas a visão de mundo mudou. O senso crítico também mudou, para melhor. Convivendo com os bons professores capazes e com a maioria não e com bons colegas, minha cabeça deu um salto. Aprender coisas novas,

além das aulas do curso propriamente. Foi na faculdade que aprendi a gostar da boa literatura, ia pra biblioteca e devorava tudo, ler sobre tudo, não ter censura [...] tinha saído de colégio de freira, onde tudo era proibido.

A confissão da imaturidade ao entrar na faculdade e a dúvida quanto à profissão são características desse depoimento, mas principalmente o despertar para o mundo e o ampliar dos saberes através de outras áreas do conhecimento, como a literatura. Aqui a moralidade fica explícita quando relembra ter estudado em *um colégio de freira*, e que era proibida de *ler sobre tudo*, o que sugere que não tinha acesso a todo tipo de literatura. E que aprendeu a gostar do curso a partir do convívio com colegas e professores. Recordamos nesse depoimento as mulheres do século XIX, conforme Washington Cunha e RosemariaSilva (2010, p. 97): óAssim, os romances clássicos brasileiros funcionaram como material pedagógico para indicar a forma como a mulher õcorretaö educada e de família deveria se portarô. Vale ressaltar que os fatos ocorridos no relato se referem aos anos 60 do século XX.

Mas em algumas entrevistas verificamos que já havia um despertar sobre o *ser mulher* num ambiente masculino. E a tática adotada era se sobressaírem nos estudos com a preocupação de não se sentirem inferiores. Vejamos o próximo depoimento:

Era um território masculino, e a presença de nós mulheres na faculdade despertava a atenção dos colegas, professores, bedéis, servidores. Tínhamos que ter atenção em tudo, pois o que fizéssemos estaria em destaque. Com grande esforço, sempre procurávamos ser melhores alunas que os homens, e em algumas matérias éramos realmente melhores, não por conta dos colegas, mas sim de *alguns* professores [...] Minha turma só tinha 8 mulheres, éramos unidas. Mas tínhamos que lutar contra as restrições ã *não preconceito* ã que a sociedade nos impunha [...] éramos moças, jovens inexperientes. Foram tempos difíceis.

Esse depoimento é quase um desabafo. O momento, conforme suas palavras, colocava-as quase como incapazes, por serem *vigiadas* em suas ações. Esforçavam-se nos estudos como uma maneira de se afirmar. Numa estrutura hierarquizada, sendo observadas por todos: professores, colegas homens, bedéis e até os servidores da faculdade, o que criava a necessidade de se unirem às outras colegas mulheres, no sentido de fortalecimento de grupo para se apoiarem. Vale ressaltar que a depoente *nega que houvesse preconceito*, e quem estabelecia essa cobrança *era a sociedade*. Lembramo-nos da historiadora Mary Del Priori:

Para que serve a história das mulheres? E a resposta viria, simples: **para fazê-las existir, viver e ser**. E mais fazer a história das mulheres brasileiras significa apresentar fatos pertinentes, ideias, perspectivas não apenas para especialistas de várias ciências ã médicos, psicólogos, antropólogos, sociólogos, historiadores ã como também para qualquer pessoa que reflita sobre o mundo contemporâneo, ou

procure nele interferir. Esta é, afinal, uma das funções potenciais da história (DEL PRIORI, 1997, p.9, grifo nosso).

Quando ouvimos esse relato, entendemos que o fato de se justificar, durante os estudos da graduação, o sacrifício do esforço para se tornarem melhores alunas era uma forma também de marcar presença em sala de aula e de se destacar. Todavia a depoente não sentia preconceito. E o que era, então?! É difícil reconhecer-se como vítima do preconceito, melhor utilizar os sutis mecanismos de resistência. Mesmo quando verificamos que esse depoimento foi dado no presente século XXI. Mas como ela relata: *“Foram tempos difíceis”. O depoimento a seguir, pode a princípio parecer diferente, mas nele ocorre algo semelhante:*

Comecei a estudar Direito por imposição familiar. No início, não gostava do curso, achava chato, umas disciplinas sem graça. Poucas colegas e certinhas, já que eu era *virada*[...] hoje reconheço que não estudava, não queria nada, só estava ali para brincar. Mas um professor me humilhou em sala de aula, na frente de todos os colegas. A partir dessa história, mudei. E me tornei uma das melhores alunas, quando terminei o curso, durante a formatura falei isto pra ele: *“ó quero lhe agradecer, por causa do senhor não abandonei o curso”*.

Muitas vezes, quando jovens, eram pressionadas a seguir o caminho almejado por nossos familiares. Principalmente a família de classe média percebia que a formação superior dos filhos, neste caso da filha, poderia ser uma forma de ascensão social. Ou seja, realizar os desejos dos pais. A depoente deixa transparente que estudava por imposição familiar. Na sua narrativa, verificamos que era rebelde, ou seja, tinha um comportamento um pouco destoante das colegas, já que as considerava *“ó chatas”*. Durante a entrevista, ela não quis detalhar qual o tipo de humilhação a que o professor a submeteu, mas dá para compreender que foi algo muito sério. O interessante é notar que se trata dos mesmos padrões de comportamento adquiridos no meio familiar, provavelmente num sistema patriarcal e rígido. Em decorrência do relato de *imposição familiar*, independente da *humilhação sofrida*, ela reproduziu os mesmos valores da família. Nesse caso, poderia ter confrontado e tornar-se mais rebelde, mas, ao contrário, ela inverteu os valores do comportamento autoritário do professor e se *“ajustou”*. Claro, bom pra ela ter mudado o comportamento e ter concluído o curso. Mas o destaque mais surpreendente dessa confissão é que no dia da formatura ela foi agradecer ao *algoz/salvador*. Fica o questionamento, será que um estudante agiria da mesma forma?

Neste depoimento, a entrevistada nomina os professores, separando-os por tabela: uns bons, outros autoritários. E com relação a metodologia do estudo:

Dentre os bons: Bernardette Pedrosa, Nelson Saldanha, Egídio Ferreira Lima, Rui Antunes. Os mais autoritários eram aqueles que ministravam a disciplina de Introdução aos alunos do primeiro ano; o J.J. Almeida ñ manual ñ era muito usado e requisitado pelos professores.

Com relação aos professores, quase todas que foram alunas da professora Bernardette gostavam dela; os professores óbonsô são citados em outros depoimentos. Quanto a essa apostila de J. J. de Almeida, é referendada por quase todas as ex-alunas. Era muito usada. Os professores autoritários, melhor não citá-los. Quanto aos apontamentos, vejamos:

[...] havia ópontosô que eram anotações em sala de aula. Eu sabia taquigrafia, escrevia apressadamente tudo que os professores falavam, porque a maioria deles queria que nos exames dissertássemos as ideias deles e não as teorias dos livros e aí fazer o que [...] não é? Havia uma colega que transcrevia e uma terceira que ia para o mimeógrafo do Diretório Acadêmico e reproduzia para toda a sala. Mas o trabalho só era nosso, e óos meninosô gostavam.

Algumas depoentes reconhecem os preconceitos existentes e, inclusive, relatam alguns comportamentos grosseiros por parte de alguns professores, como veremos a seguir:

Bem durante a prova oral do vestibular havia um ponto a ser sorteado, foi sorteado literatura francesa [...] e o professor me fez uma indagação que havia um pouco de preconceito na pergunta, com duplo sentido, me perguntou: quem foi George Sand<sup>23</sup>? [...] foi o amante de quem?ô[...] Ainda bem que eu havia estudado e sabia que era uma mulher, e que usava pseudônimo masculino [...] [...] no transcorrer do curso, um outro professor me jogou um giz em sala de aula [...] isto me marcou [...] [...] já um terceiro professor gostava muito de umas brincadeirinhas pra inibir as alunas e usava abertamente em sala de aula essa expressão: : ómulher é como alça de caixão: um larga, outro bota a mãoô, ainda bem que era final do ano e foi a última aula que assisti dele.

E também uma delas se coloca constrangida com as atitudes machistas que um professor teve com ela, e até ressalta, ele poderia ter jogado o giz num colega, e se magoou. É possível que no ambiente escolar em geral fosse comum alguns professores se expressarem usando óbrincadeirinhasô para inibir as alunas. Até nos dias atuais, comportamentos como esse seriam reprovados. Também havia os assistentes dos professores, isso no início dos anos 60.

[...] os rapazes tinham que estar bem vestidos, vestiam paletó em sala de aula, com alguns professores [...] e às vezes deixavam os paletós por lá mesmo [...]nós mulheres ainda não usávamos calça comprida, mas tínhamos que estar bem compostas [...] Havia um professor que quando ele passava, ou entrava em sala de aulas, todos os alunos tinham que se levantar, ele sempre andava com os dois

<sup>23</sup> George Sand é o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, baronesa de Dudevant, aclamada romancista e memorialista francesa, considerada a maior escritora francesa e uma das precursoras do feminismo.

assistentes, era catedrático<sup>24</sup>. [...] durante meu curso, nunca presenciei *uma assistente mulher*.

Vemos também, a questão da etiqueta, que na época era usual, segundo a qual os homens vestiam paletó e as mulheres ainda não usavam calça comprida. E também uma delas coloca-se constrangida por ter somente homens como *assistentes*.

Nos depoimentos a seguir, vamos destacar contrastes sociais verificados na nossa pesquisa. Um dos critérios que podemos abordar era o de que as entrevistadas pertenciam a diversas classes sociais, embora houvesse um perfil de elite em grande parte do alunado, como já analisamos, pois sendo a FDR uma escola de tradição, representava um parte da camada privilegiada da sociedade, devido a uma série de fatores: origem familiar e, principalmente, a grande concorrência no vestibular para quem postulava ingressar nos seus quadros de estudante ã no nosso país, é contraditória as formas de ingresso às universidades públicas, cuja maioria do alunado é de origem da classe social abastada da sociedade, oriunda de bons colégios particulares, enquanto boa parte daqueles de origem pobre só consiga ingressar nas universidades privadas.<sup>25</sup> São as peculiaridades de um sistema capitalista desigual e perverso.

Vejamos o próximo depoimento sobre dificuldades econômicas:

Fiz o curso com muito sacrifício e dificuldades. Estudava muito pra acompanhar a turma. Já havia feito outro curso superior e era professora. Ensinava em vários colégios, além de ser arrimo de família. Era uma correria, trabalhava o dia todo e só podia estudar à noite. Éramos duas mulheres na turma da noite, mas a colega não trabalhava. Foi uma luta, muita cansaço, numa época de muitos desafios para a mulher. Mas não me arrependo. Quando me formei, tive condições de dar melhores condições econômicas à minha família.

Portanto, nem tudo era tão fácil. Também havia no ambiente de sala de aula da FDR dos anos 60 e início dos 70 um desnível socioeconômico que separava alguns alunos, não somente no aspecto de gênero, mas também de classe social. A narrativa a seguir também sugere essas diferenças:

<sup>24</sup> O sistema de cátedra consistia em: o dono da cátedra fazia a indicação dos assistentes e dava aula com, no mínimo, dois assistentes; esses assistentes apenas ouviam/acompanhavam as aulas, não faziam nada, era uma espécie de monitor atualmente, nem sempre os melhores alunos.

<sup>25</sup> O governo democrático, que administrou o país nos últimos anos, teve a preocupação em modificar essa realidade através da lei de cotas. Infelizmente deve ser abortado brevemente, em razão das mudanças políticas ocorridas recentemente no país, através de golpe parlamentar, como já destacamos anteriormente. O Sistema de cotas foi criado através da Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012 e garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 Universidades Federais e 38 Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou de educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: set. 2016.

Sou de família humilde, pobre mesmo. Mãe viúva. Meu desejo de estudar o curso de Direito não era por diletantismo, como muito de meus colegas, era por necessidade mesmo e para mudar de vida. Estudar na FDR, vinda do ambiente onde eu morava, era algo inimaginável. Fui reprovada no primeiro vestibular e só consegui entrar no segundo. Trabalhava durante o dia para sobreviver, estudava no turno noturno. Recordo que os grupos que, ainda hoje, sempre são formados em sala de aula, o meu era o dos *alunos pobres*, somente eu de mulher. Também havia poucas alunas no turno da noite. Lembro que nos primeiros anos, eu tinha dois vestidos e somente um par de sapatos para usar na Faculdade; a roupa eu mudava no trabalho, mas os sapatos, os guardava na bolsa, para não gastar [...] quando chegava próximo ao prédio, os calçava.

E mais especificamente quanto ao aspecto didático da aprendizagem, a depoente continua:

Para acompanhar a turma e estudar para as provas, era um sacrifício. Aproveitava alguns momentos no intervalo do meu trabalho. Mas quando os assuntos se acumulavam, estudava após as aulas no salão de estudo da biblioteca e nos terraços. Aconteceu um fato, durante um período de provas: cansada, adormeci em uma das mesas do terraço, quando acordei, já era madrugada, tudo escuro, o prédio fechado. Morava longe e não tinha dinheiro para pagar táxi. Pedi ao vigia do prédio para ficar por lá mesmo [...] O problema era avisar em casa à minha mãe [...] coitada, passou a noite sem dormir. Na época, não havia telefones como hoje.<sup>26</sup> Só confidenciei a meus colegas, imagine as colegas *dondocas* se soubessem do ocorrido.

Podemos observar nesses depoimentos que havia desnível social, de classe social pobre, e luta pela sobrevivência. As alunas trabalhavam durante o dia, estudavam no turno noturno e ainda eram a provedora da família. Evidenciam nas suas falas os contrastes em sala de aula e pressupomos alguns antagonismos nas relações. No início do depoimento, a segunda entrevistada revela que não estava ali por *diletantismo*, mas com objetivo de ter uma vida melhor. Mulheres, estudantes pobres e trabalhadoras, suas preocupações e dificuldades deviam soar estranhas a muitos de seus colegas de condição abastada. Deixam claro que sentiam as diferenças sociais durante o convívio com seus pares numa série de frases subliminares, mas afirmam peremptoriamente: estavam ali com intenção de mudarem de vida.

A segunda depoente cita que o seu grupo de convívio era o dos *alunos pobres*. Ou seja, as afinidades eram ali definidas pelas condições econômicas, de classe social e não por questão de *gênero*. Inclusive, durante o fato de ter que dormir no prédio, confidenciou somente aos colegas homens, e destaca: imagine as colegas *dondocas* se soubessem do ocorrido. Nesse acontecimento, também fica implícita a questão moral. No início dos anos

<sup>26</sup> No período relatado, as comunicações eram difíceis, não havia telefone celular, internet, Facebook, WhatsApp, dentre outros. Telefone convencional era objeto de luxo, portanto inalcançável à condição social da entrevistada.

60, uma jovem mulher dormir fora de casa não tinha a mesma conotação que nos nossos dias. As preocupações que ela destaca eram avisar a mãe viúva e que as colegas não soubessem.

Mas nem todas as entrevistadas confessam ter se separado por grupos pertencentes às diferentes classes sociais. Algumas se enturmavam com seus pares, como observamos neste relato:

Uma colega me convidou para estudar para as provas na sua casa, durante um final de semana. Eu era boa aluna. Foi um choque entrar naquela casa enorme, com escadarias, uma decoração incrível. Ela era de família rica [...] fui bem recebida, a mãe foi simpática [...] mas o problema ocorreu durante o almoço, haviam vários talheres, pratos, copos. Tudo estranho pra mim, e eu fiquei olhando para as pessoas como manusear tudo aquilo. O engraçado, é que fiquei tão deslumbrada que me atrapalhei nos estudos.

A princípio, esse depoimento pode parecer risível, mas deixa implícita a diferença de classe social, a colega que a convidou *era rica*. O episódio lembra que as diferenças de origem social se manifestam nos pequenos detalhes do cotidiano, ou seja, a etiqueta de se portar numa mesa, algo estranho para o seu mundo, como ela própria confessa, é que chegou à desestimulá-la em relação ao objetivo do encontro, que era *estudar para as provas*. Pode parecer um detalhe insignificante, mas é a presença do contraste das desigualdades, ou seja, o abismo social entre as classes.

Reconhecemos que estudar na instituição Faculdade de Direito do Recife é também adentrar em um mundo originário das elites, como pudemos observar no capítulo sobre a história da sua criação. A faculdade possui na sua origem a tradição portuguesa absolutista e patrimonialista. Herdou de Portugal a formação jurídica de Coimbra, conforme argumenta José Murilo de Carvalho:

A elite brasileira reproduziu a formação jurídica de Coimbra, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos públicos [...] os alunos dessas escolas provinham de famílias de recursos. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres (CARVALHO, 2012, p.75).

Bem, neste exemplo, estamos discorrendo sobre os primeiros tempos da FDR, nos tempos de sua criação na primeira metade do século XIX. Lilia Schwarcz(2010, p. 119) nos lembra que o objetivo da criação da faculdade foi responder às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que desejava manter a hegemonia econômica na região. Afinal somos oriundos do celeiro da aristocracia agrário-escravocrata-açucareira. A escola, segundo a mesma autora: ócumpria o papel de preparar e educar a futura elite dirigente nordestina, que em sua quasetotalidade saía das cadeiras dessa faculdadeô, reafirma Schwarcz (2010).

O papel e a relevância da FDR no contexto do século XIX foram exaltados por diversos estudiosos: Clóvis Beviláqua, Luís Pinto Ferreira, Gláucio Veiga, Nilo Pereira, dentre outros. E não desejamos estabelecer comparações entre o passado e o presente. Afinal foram as formas de estabelecer o poder econômico-político dos filhos da elite através da formação jurídica no Brasil de então.

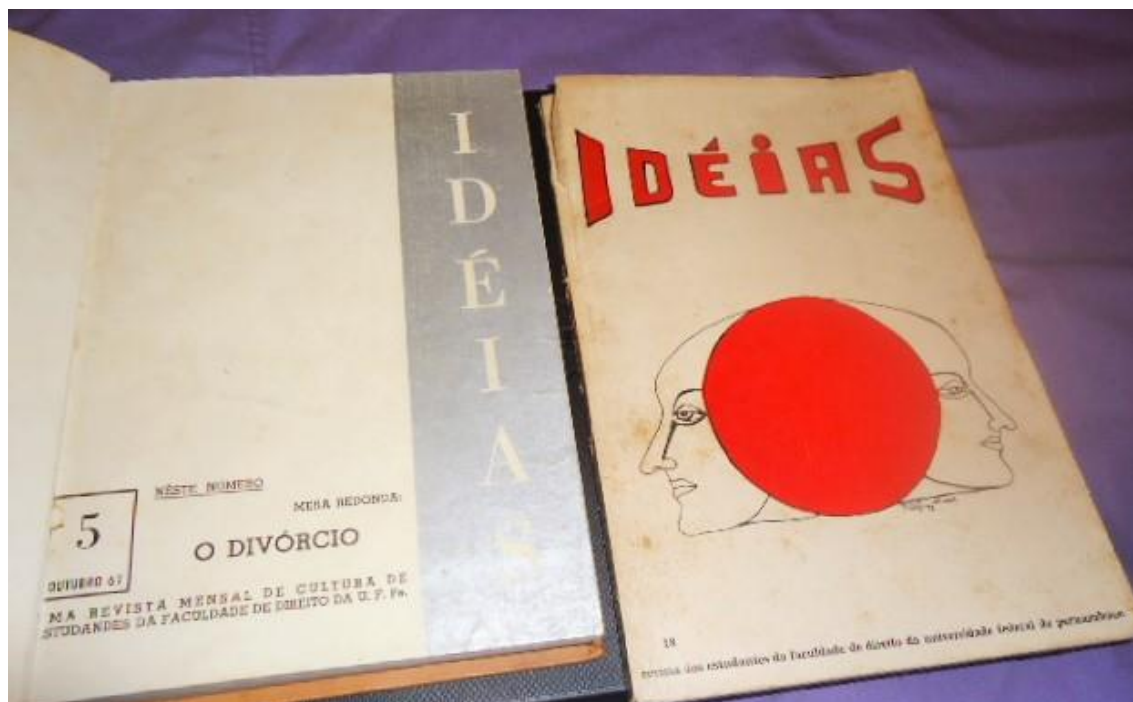
A propósito da vida acadêmica, achamos pertinente destacarmos a produção intelectual da *Revista Idéias*, já que, considerando a produção intelectual dos estudantes de Direito durante o recorte temporal estudado, foram analisadas as publicações nas matérias da *Revista Idéias, periódico mensal de cultura dos estudantes da Faculdade de Direito da UFPE*, ou seja, uma publicação sob a responsabilidade dos alunos, cujo primeiro número saiu em 1967. Para o escopo da presente discussão, as atenções serão centradas nas avaliações desse periódico. Tivemos acesso a nove números no período de 1967 a 1971. A publicação é referendada nos seus editoriais como uma revista mensal, mas constatamos algumas ausências, intercaladas ou por não terem publicações ou como ausentes no acervo da biblioteca; a última delas de nº. 18, do ano de 1971, pertencente a uma das entrevistadas do presente estudo, foi doada à biblioteca. O primeiro número localizado, ou seja, de 1967, registra na sua equipe editorial os seguintes estudantes: como Diretores, Luiz Otávio de Melo Cavalcanti e José Luís Marques Delgado (alunos do 3º ano); como Redator-Chefe, Cláudio César de Andrade (aluno do 1º ano); e como Tesoureiro, José Álvaro Pereira Borba (aluno do 3º ano). O Conselho de Redação era composto por: Flares Vasconcelos de Carvalho, Luiz Carvalheira Mendonça e Sicínio Paraíso Neto (alunos do 1º ano); Alceu Paiva Valença<sup>27</sup>, e Nelson Alexandrino Lins Júnior (2º ano); Nivaldo Mulatinho Correia Filho (3º ano); Elder Lins Teixeira, Linésio José Magalhães Duarte e Raimundo Serrano de Andrade (4º ano); Carlos Eduardo da Costa Pereira, Carlos Roberto Pio Costa e José Camurça Neto (5º ano).

Dentre alguns assuntos, vale ser ressaltado que essas publicações ocorreram no período de censura política, época ditatorial. Os temas abordados na sua maioria eram intrínsecos à área jurídica, mas também diziam respeito a outras áreas, como cinema, filosofia, história, economia, literatura, psicologia, religião e política. E nesse último, destacando-se mais a *política internacional*. Portanto, trata-se de um periódico relevante para a historiografia oficial dos estudantes de Direito no período de 1967 a 1971.

---

<sup>27</sup> O então aluno do 2º ano Alceu Valença abandonaria a carreira jurídica, como também o viés jornalístico aprendido na Comissão de Redação da *Revista Idéias*, e viria, mais tarde, a se tornar um famoso compositor e cantor da MPB.

Figura 7: Revista *Idéias* editada pelos alunos da FDR



Revista *Idéias*, produzida e editada pelos alunos da FDR. Fotografamos o primeiro e o último número (dos nove localizados). A Revista nº5 de out. de 1967 e a nº18 de ago. de 1971. Encadernação cuidadosa e de bom gosto.

Como podemos observar, a *Revista Idéias* foi um periódico elaborado sob uma certa organização e estrutura. Possuía na sua equipe editorial cargos de Diretoria, Chefia de Redação e Tesouraria, além do fato de o Conselho de Redação ter representantes de alunos de todos os anos do curso. Mas um fato deve ser destacado: nenhuma mulher fazia parte do corpo editorial nos primeiros números da revista; sendo assim, mais uma razão para evidenciarmos um artigo escrito por uma mulher em um número especial cuja matéria a respeito de uma mesa redonda sobre divórcio é intitulada *Divórcio, uma realidade social*. De autoria da então aluna do 1º ano do curso Márcia Moraes Rodrigues, no texto podemos ler:

A instituição do divórcio no Brasil é um tema antigo e controvertido. As polêmicas a esse respeito se sucedem, ocupando com grande frequência as páginas de nossa imprensa [...] [...] Não queremos aqui abordar o problema globalmente, sob os diversos aspectos que este apresenta. Pretendemos apenas demonstrar a validade do divórcio, como situação jurídica que visa legalizar uma situação de

fato e sua superioridade sobre a única forma de separação legal existente no Brasil, o desquite (RODRIGUES, 1967, p. 44).

Portanto, a autora deixa claro que o tema *divórcio* seria estudado sob o ponto de vista jurídico. Se verificarmos o ano em que o artigo foi escrito, poderemos avaliar dois aspectos: primeiro que o tema era controverso, polêmico para os padrões e costumes de uma sociedade sob a égide de uma ditadura e com ainda fortes padrões religiosos; segundo que a autora, então estudante do 1º ano da FDR, apresenta uma lúcida e avançada contribuição à produção intelectual da mulher estudante de Direito dos anos 60. Também avalia no artigo a influência religiosa sobre o tema do divórcio; justifica que a aprovação de sua regulamentação não iria promover a dissolução da família, já que separações existiam; e lembra que o desquite sem o consentimento de uma nova união só marginalizava os filhos e, principalmente, a mulher: «Com o divórcio, a mulher poderia recuperar sua condição de esposa com todos os resultados sociais, morais e jurídicos [...]» (Márcia Rodrigues (1967, p. 46) ainda defende: «aqueles que combatem o divórcio em nome da religião, deve-se lembrar que ele é um problema de legislação civil». Mas o tema da aluna do 1º ano do curso de direito de 1967 só viria a ser transformado em realidade dez anos após, já que o divórcio foi instituído oficialmente com a Emenda Constitucional de 28 de junho de 1977, que só posteriormente foi regulamentada, através da lei nº. 6.515 de 26 de dezembro do mesmo ano. A norma jurídica foi de autoria do então senador Nelson Carneiro e objeto de grande polêmica na época, principalmente pela influência religiosa que a Igreja Católica exercia sobre o Estado.

Também verificamos o artigo *Um mundo de brancos*, de autoria de Penha Guimarães, aluna do 3º. ano e que analisa a questão do racismo. Todavia, a autora tenta iniciar sua preleção sobre o racismo usando como cenário os Estados Unidos, posteriormente lembra que o problema racial não era apenas uma prerrogativa da nação americana e relembra de outros países como, na América do Sul, as Colônias portuguesas e os pequenos países africanos. Em todo o texto, não cita explicitamente os preconceitos presentes no nosso país, talvez em decorrência da censura política, mas sutilmente esclarece os preconceitos racistas do Brasil quando enumera as expressões idiomáticas como: «filho de branco é menino, filho de negro é moleque», «câmbio negro, livro negro, humor negro, lista negra, destino negro, lembrando também que há as elogiosas: «é um negro de alma branca». Reafirma: são expressões ditas popularmente sem nenhuma intenção de ofender, mas que representam o que o branco sente pelo negro e essa projeção na linguagem é como

uma faca que desliza em nosso corpo lentamente sem produzir dor no momento, porém que nos deixa aquela ferida aberta. Com estas colocações, identificamos que a autora é negra.

A propósito, relembra Christine Dabatas discriminações sofridas pelos negros no Brasil, ao mencionar as celebrações em torno da figura de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, o que demonstra mais uma alerta no aspecto de denúncia da discriminação de raça do que propriamente de classe. Dessa forma, argumenta:

Relembrando, com toda razão, o estado de inferioridade social em que a população dita negra do Brasil é mantida e seu estatuto secularmente inferiorizado pelas estruturas e preconceitos sociais em vigor, comemora-se a luta desses africanos, escravizados na América, e de seus descendentes (DABAT, 2007, p. 36).

O que queremos afirmar com isso é que a discriminação com relação aos negros, secularmente presente em nossa sociedade, precisa sempre ser lembrada e denunciada; e talvez a maior dificuldade de nosso tempo presente seja definir o que podemos fazer para amenizar este problema; às vezes assunto tabu e muitas outras relegado; no entanto, precisa ser discutido, debatido, ampliado. Dói quando nos deparamos com expressões como: óé como uma faca que desliza em nosso corpo lentamente sem produzir dor no momento, porém que nos deixa aquela ferida aberta [...]ô. E é de se estarrecer quando vemos que, na própria academia, a chamada óLei de Cotasô, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que dá mais oportunidade a pretos, pardos e indígenas ingressarem em instituições federais de ensino superior, ser criticada por muitos cientistas.

E também mantendo o debate sobre os depoimentos para a presente pesquisa, veio-nos à mente que, durante as nossas entrevistas, somente uma das depoentes era negra, e ao perguntarmos com relação aos preconceitos por ser negra (Sofreu discriminação durante **sua época** de estudante?), a depoente contra-argumentou: óQual ãa **época** que negro não sofreu preconceito no nosso país? E naquele tempo muito mais que hoje [...] Imagine eu, negra e mulher, sendo a única estudante ôde corô na sala de aula da Faculdade de Direito do Recife [...]ô.

Tentei amenizar: óÉ, mas Tobias Barreto era negroô. A entrevistada não se deu por vencida: óTobias era um gênio, um gênioô. E sem querer entrar nos meandros sobre um dos precursores da tão debatida *Escola do Recife*, cuja tese defendida encontrava na mestiçagem uma futura óviabilidade nacionalô, dei o caso como encerrado.

Para finalizar estas breves observações sobre a *Revista Idéias*, vale a pena salientar que os dois artigos acima analisados, cujo temas se referem a *divórcio* e a *racismo*, escritos

por alunas, foram destacados por acharmos os temas pertinentes. A título de ilustração sobre o último número da *Revista Idéias* (ao qual tivemos acesso), é de uma encadernação mais moderna e mais concisa (ver Figura 7); nela consta a presença de três mulheres no seu Conselho Editorial: Elena Lopes, Lucinéa de Melo e Maria Hetilene Bezerra Gomes, portanto no conjunto de nove homens, a presença desse número de mulheres é significativa; mas verificamos que não existem artigos assinados por alunas.

### 3.5.2 Visão política, cultural e de costumes

O tema sobre a conjuntura política nos anos 60 e início dos 70 foi tratado por todas as entrevistadas, seja pelas militantes estudantis efetivas e as denominadas ósimpatizantes, seja pelas que se consideravam indiferentes à política e até por um das entrevistadas que era contrária ao movimento. Procuramos, durante as entrevistas, abordar o tema de maneira que todas se pronunciassem. Evidentemente, as envolvidas com o assunto fizeram suas narrativas de forma mais aprofundada e detalhada. Procuramos seguir uma ordem cronológica dos acontecimentos políticos, todavia, em muitos momentos, essas narrativas se entrecruzam.

Tarde do dia 31 de maio de 1961, no *hall* da Faculdade de Direito do Recife, havia uma certa movimentação. Antônio Carneiro Leão, presidente do Diretório Acadêmico, estava um pouco apressado, subia e descia as escadas próximas ao salão nobre. Alguém lhe perguntou se avisara ao diretor Soriano Neto sobre a palestra de Célia Guevara de la Serna y Llosa ã mãe de Che Guevara<sup>28</sup>, logo mais à noite. O estudante pensou um pouco e lembrou que havia se esquecido de formalizar a solicitação, em vista de tantos afazeres. Formou-se, então, uma comissão de alunos, poucos minutos depois recebida no próprio *hall* de entrada pelo diretor. O professor Soriano Neto imediatamente negou a permissão para a realização da conferência, alegando que não havia sido informado com antecedência, e que a *função de estudante era estudar*. Diante da insistência dos alunos, o professor argumentou: óNão permito porque não quero. E nunca houve nem haverá um estudante com coragem para ir contra as minhas ordens (CÉSAR, 2009, p.33).

Diante de tal impasse, o grupo de estudantes cresce em face dos burburinhos, se reúnem e decidem passar por cima das ordens do diretor e realizar a palestra numa sala de

---

<sup>28</sup> Ernesto Rafael Guevara de La Serna, mais conhecido como Che Guevara, foi um famoso revolucionário socialista do século XX. Argentino, nasceu na cidade de Rosário em 14 de junho de 1928. Faleceu em 9 de outubro de 1967, na aldeia de La Higuera (Bolívia). Nesse período, em 1961, quando a sua mãe, a senhora Célia Guevara discursava aos estudantes da FDR, Che Guevara, após a vitoriosa revolução cubana, exercia as funções de embaixador, presidente do Banco Nacional e Ministro da Indústria de Cuba. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/biografias/fidel\\_castro.htm](http://www.suapesquisa.com/biografias/fidel_castro.htm)>. Acesso em: 3 out. 2016.

aula do 5º ano, a última à esquerda de quem entra no prédio. O diretor avisou que iria desligar a energia elétrica do prédio.

Por outro lado, os alunos foram beneficiados em favor da palestra pelo fato de serem informados de que à noite haveria um concurso de Livre Docência no salão nobre. Calcularam que daria para iniciar a palestra ainda com as luzes acesas e que estas só seriam apagadas durante a realização do evento. E assim foi. Com a escuridão, os ânimos foram exaltados. Célia Guevara, impassível, continuou a palestra à luz de velas: *óApaga laslucos pero no apaga laverdad. Es mejorhablar a la luz de unas velas que a la luz de laLigth, una empresa corrupta e imperialista, explotadoradelpueblobrasileñoô* (CÉLIA GUEVARA apud CÉSAR, 2009, p. 33). As palavras proferidas pela mãe de Ernesto Che Guevara se tornavam mais vibrantes diante de uma plateia calorosa e emocionada. Segundo uma das estudantes presentes: *óPara preservar e manter a independência e a bravura dos estudantes da mais velha casa de ensino do Brasilô*.

FIGURA 8: Palestra de Célia Guevara na FDR



Estudantes universitários do Recife durante a palestra de Célia Guevara em uma das salas da Faculdade de Direito do Recife. Mulheres na plateia. Fonte: *A faculdade sitiada: a greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República*, de Ana Maria César.

Célia Guevara marcou presença na história da FDR no início dos anos 60. Uma mulher, desejosa de propagar ao mundo um acontecimento político surpreendente ocorrido em uma pequena ilha do Caribe, localizada em território americano: a Revolução Cubana de 1959, que viria a se sedimentar no início dos anos 60 e ser liderada por um dos chefes

políticos mais importantes e carismáticos do século XX: Fidel Alejandro Castro Ruz<sup>29</sup>. Então, quando Célia Guevara visita a FDR, a referida Revolução estava em fase de solidificação. Esse acontecimento registra a presença de uma *mulher* embaixadora e propagadora dos ideais que, embora fossem utópicos para alguns, transformou-se em realidade em um cenário mundial de transformações e mudanças, quando um grupo de jovens idealistas conseguiu tomar o poder e estabelecer um regime socialista. Todavia, nossa referência nesta pesquisa é a *mulher* não a Revolução Cubana. E também, ao recordar a presença dessa mulher e palestrante na FDR em 1961, não desejamos destacar o papel da mulher mãe e protetora do filho Che Guevara, mas a *mulher* Célia, independente, corajosa e revolucionária, tendo em vista que durante as entrevistas destacamos o depoimento da única estudante que presenciou o acontecimento. E mesmo com as alegações sobre as razões que a motivaram a participar, naquela noite, do acontecimento histórico, não lhe tira o mérito dos fatos narrados, inclusive com detalhes, como podemos verificar:

Não era muito envolvida com os assuntos de política do Diretório [...] mas naquela noite a faculdade se tornou uma festa, com uma multidão: alunos de colégios, de outras faculdades próximas: da Fafipinha, da Escola de Engenharia [...] Enquanto ainda havia luzes acesas tentei entrar na sala, havia muitas mulheres, mas foi impossível. E quando as luzes foram apagadas e acenderam as velas, um ambiente quente, um calor infernal. Um barulho ensurdecedor, gritavam dentro e fora da sala. Quando terminou a palestra, o pátio da faculdade, mesmo no escuro, continuou cheio [...] discussões entre os alunos, óbata-bocaô. Eu não entendia nada [...] Só queria ver a mãe do famoso Che.

A entrevistada confessa que não era bem informada com relação à política, já que não entendia nada sobre as discussões políticas entre os alunos. Confessa, o seu objetivo era: *óvera mãe do famoso Cheô*. Na sua sinceridade, a narrativa nos fornece, paralelamente, fatos significativos, como a presença de alunos de diversas instituições; a presença de mulheres na plateia; mesmo admitindo não entender de política, só lembra do grande barulho, e que estava ali pela festa.

Sobre a algazarra, Ana Maria César expõe na sua obra:

---

<sup>29</sup> Fidel Alejandro Castro Ruz: no momento em que estamos escrevendo estas linhas, em 25 de novembro de 2016, ocorre o falecimento do líder cubano, na cidade de Havana, aos 90 anos de idade. Nasceu em 13 de agosto de 1926, em Birán (província de Holguin, Cuba). Fidel Castro foi presidente de Cuba desde a Revolução Cubana de 1959, que derrubou o governo pró-americano do general Fulgêncio Batista. Revolução de caráter nacionalista e socialista. Recebeu forte influência do ócompanheiroô Ernesto Che Guevara (conhecido como óCheô). Os Estados Unidos passaram a tratar a ilha como uma perigosa inimiga e desde 1960 implantaram um bloqueio econômico e a expulsão de Cuba da OEA. Frases de Fidel Castro: óEm vez de nos agredirem como nos agridem, por que é que não fazem simplesmente uma pergunta: como é possível que Cuba em 30 anos tenha feito o que a América-Latina não fez em 200 anos?ô; óEsta noite milhões de crianças dormirão na rua, mas nenhuma delas é cubana.ô; óA história me absolveráô. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/biografias/fidel\\_castro.htm](http://www.suapesquisa.com/biografias/fidel_castro.htm)>. Acesso em: 28 nov.2016.

Antônio Carneiro Leão ficava na corda bamba. O presidente do Diretório Acadêmico se caracterizava por uma política em que tinha trânsito em todos os segmentos. Embora fosse um conciliador, naquele momento era impossível manter a ordem. Ouviam-se mais os gritos dos estudantes que as palavras da palestrante. (CÉSAR, 2009, p. 32).

Também há de se considerar que havia a presença de várias correntes ideológicas do movimento estudantil. Como podemos observar nas palavras da autora: “Encontravam-se ali estudantes de direita e de esquerda. Os de direita tinham ido para tumultuar; os de esquerda, para incentivar” (CÉSAR, 2009, p. 33). Além das divergências políticas entre os grupos da própria esquerda; havia a dos grupos de esquerda contra os de direita, e estes com a intenção de tumultuar. Fato já comentado no capítulo sobre a política estudantil e as diversas tendências políticas. Afinal, compreensíveis o barulho, as discussões acaloradas e os ânimos exaltados.

A mesma entrevistada não lembrava dos acontecimentos posteriores, como a tomada do prédio pelos alunos e a greve. Informou-nos que *teve medo*, já que, na época, escutava-se rádio, a família se preocupou e o pai a aconselhou *não andar por aquelas bandas*. O namorado, e depois marido, estudava no prédio de engenharia, na Rua do Hospício; era quem lhe dava notícias. Mas ela não recordou mais detalhes, porque se afastou do ambiente de estudo. Só retornou quando a faculdade voltou à normalidade. Mas lembra que o diretor perdeu o cargo.

A repercussão da referida palestra se tornou acontecimento histórico e atravessou as fronteiras do estado. Até frota de navios militares ancorou no Porto do Recife devido ao episódio. Com a tomada do prédio da FDR pelos estudantes, até o IV Exército teve que entrar na negociação. Afinal era 1961. O prefeito de Recife era Miguel Arraes, o governador seu cunhado, Cid Sampaio, e o presidente era Jânio Quadros.

Tendo em vista que o foco do nosso estudo versa sobre questões relacionadas à *mulher*, o destaque que pretendemos ressaltar foi a presença de Célia Guevara. E também, no conjunto de onze mulheres depoentes, como já comentamos, não somente uma delas vivenciou o acontecimento sobre *a greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a presidência da República*. No seu depoimento, esclarece que não *entendia de política*. No entanto, a obra de Ana Maria César, que era estudante de Direito na época e participou dos acontecimentos, bem detalha os referidos acontecimentos.

Todavia outros acontecimentos políticos são também recordados. Vejamos:

Hoje faço uma avaliação do que vivi. O início dos anos 60 não era fácil para uma jovem estudante de Direito numa faculdade tradicionalista, vinda de uma família religiosa, com uma moral e costumes conservadores e se envolver com a militância estudantil. Eu participei do Diretório a partir de 1963 [...] e aprendi muito. Havia uma bibliotecária que era amiga da família e ficava no terraço do primeiro andar me observando e telefonava para minha mãe [...] quando eu chegava em casa levava uma bronca por não ter assistido as aulas e não sabia quem era a informante.

E prossegue:

1963 foi um ano bastante movimentado na FDR, tanto no aspecto político como cultural: festas, exposições, discussões políticas. Era um tempo em que vivíamos realmente a faculdade. Muitas vezes passava o dia inteiro por lá. Havia o restaurante no térreo, que era um centro de encontros.

A depoente referenda o aspecto político, mas principalmente os costumes e a moral. Era oriunda de uma família que cobrava comportamentos esperados para uma jovem moça pela sociedade da época, tinha até informante sobre suas travessuras, mas reconhece que aprendeu muito e que vivia intensamente a faculdade.

Mas, após o golpe de 64, a FDR não vivia um clima de festas, de danças, de namoros de outrora. No novo contexto, é instalado um clima de repressão, de informantes disfarçados de alunos ã óos dedos-durosô, óos olheirosô. Segundo uma das entrevistadas: ójá não podíamos conversar à vontade em sala de aula, no restaurante. Vivíamos desconfiadas de todos, chegou um casal óde repenteô na nossa turma e sabíamos que eram informantesô. Portanto, era este o ambiente.

Todavia, a partir do golpe, os grupos de óesquerdaô do Diretório começaram a marcar presença, já que antes de 64, óo grupo de Marco Maciel não perdia umaô, segundo uma depoente.

Os grupos políticos que atuavam no movimento estudantil da FDR naquela época eram AP ã Ação Popular, originária da Juventude Universitária Católica (JUC), cristã, mas com ideias de igualdade social [...] havia ainda outros grupos como PCB ã Partido Comunista Brasileiro e mais tarde nos anos 70 surge o mais sectário, porque eram a favor da luta armada, o PCR ã Partido Comunista Revolucionário, inclusive alguns alunos da FDR foram presos, mas já na década de 70.

Mas também havia grupos de estudantes de direita, como o do ex-vice-presidente da República, Marco Maciel<sup>30</sup> que foi eleito presidente da União dos Estudantes de Pernambuco ã UEP, na gestão de 1962 a 1963. Inclusive no seu grupo havia uma aluna muito atuante e

<sup>30</sup> Marco Antônio de Oliveira Maciel, nasceu em Recife-PE, em 21 de julho de 1940, estudante de Direito da FDR, líder estudantil, iniciou sua carreira política pela Arena, tornando-se posteriormente governador de Pernambuco, senador pelo mesmo estado e Vice-Presidente da República.

quemais tarde viria a ser a segunda professora mulher da FDR: Margarida Cantarelli. A primeira, como já referimos, foi a professora Bernardette Pedrosa. Segundo o depoimento de uma estudante que fazia oposição ao ógrupo de Marco Antonioô:

[...] antes de 64, eles venciam todas as eleições do DA, mas depois do golpe só *ótinha a genteô*, eles se diziam defensores de reformas sociais, mas se consideravam óantiextremistasô [...] mas quem podia ser moderado num clima de tensão daqueles? O CCC ñ Comando de Caça aos Comunistas vivia rondando as Faculdades, tumultuando os Congressos de estudantes? Com ameaças de bomba, picharam o muro da igrejaõinha das Fronteiras, ameaçando D. Helder<sup>31</sup>, mas retornando ao Marco Antonio, ele era realmente conciliador, falava baixo e realmente dialogava com todos [...]

Outra depoente afirma que suas convicções políticas surgiram ainda no movimento secundarista, encontraram um clima propício na facultadee que, com o golpe de 64, fortaleceram-se. Vejamos:

[...] o inconformismo com a ditadura me levou a participar do movimento estudantil, ainda no secundário, após a decretação do golpe de 64; já naquele momento comecei a militância estudantil [...] quando entrei na Faculdade o clima era muito propício [...] fui membro do DA, fui vinculada ao Diretório Central dos Estudantes ñ DCE [...] nossa militância ia além das paredes da FDR, havia interação e articulação entre nós e os estudantes de outras instituições [...]

No pós-golpe de 64, os aquecimentos e refluxos no movimento estudantil acompanhavam os acontecimentos além dos muros da facultade e se articulavam com as lutas sociais travadas nacionalmente. Por conta do inconformismo com a ditadura, alguns segmentos da sociedade civil se rebelavam, através dos movimentos sociais e dos sindicatos na luta contra a desigualdade social e a exploração. E isso se refletia no movimento estudantil, incentivando a participação dos estudantes. Observamos que para a entrevistada a sua militância política na FDR *ñ ambiente propício* ñ dava ânimo e alimentava seus anseios de mudanças sociais, através da consciência política adquirida anteriormente, através do movimento secundarista.

Quando as lutas sociais se aquecem, o movimento estudantil também atua para além de sua conjuntura interna. Ou seja, estará presente em uma esfera mais ampla, e a participação dos militantes é reforçada. A partir do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, isso fica

---

<sup>31</sup> Dom Hélder Pessoa Câmara, nasceu em Fortaleza -CE, em 7 de fevereiro de 1909 e faleceu em 27 de agosto de 1999. Foi bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ñ CNBB e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil, pregava uma igreja simples, voltada para os pobres, e a não violência. Por sua atuação, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Foi o único brasileiro indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz.

mais limitado, foi quando a repressão aumentou. Temos o caso de uma das entrevistadas que é bastante peculiar, conforme segue: “Enfrentei muitos momentos particularmente difíceis nos anos 60 [...] as prisões e perseguições a meu pai, quando fui presa com minha filha nos braços. Minha prisão ocorreu antes de entrar na Faculdade. E o motivo alegado: eu era filha de comunista.”

E continua...

[...] ao entrar na faculdade, não podia participar efetivamente do movimento estudantil, por uma série de questões, já era casada, com filhos pequenos. Mas havia uma relação muito boa com o pessoal do Diretório Acadêmico, era sempre bem acolhida... havia uma cumplicidade de valores, de ideais; inclusive alguns dos colegas faziam parte do meu ciclo de amizade fora da faculdade.

Com sua autorização, reproduzimos a fotografia da estudante da Faculdade de Direito do Recife, quando presa.

FIGURA 9: Estudante da Faculdade de Direito do Recife presa



Estudante de Direito presa em razão de ser filha de comunista. Final da década de 60. Fonte: Prontuário nº 2614 do DOPS-PE. APEJE.

O clima de repressão que se instalou no país atingiu vários setores da sociedade brasileira, inclusive a Faculdade de Direito do Recife não ficou imune às perseguições e às prisões, como veremos na análise sobre a repressão. Também o clima de disputas políticas ocorria intramuros da faculdade. Conforme depoimento a seguir:

[...] só pra você sentir o clima político da época [...] Em 1965, ocorreram as eleições do D.A., as chapas foram encabeçadas por: José Walter Lubarino do Santos, católico, ligado à Igreja, trabalhou muitos anos no Movimento de Educação de Base (MEB); Margarida Cantarelli, com o slogan óde independentes, mas nós sabíamos que ela recebia os votos do grupo de Marco Maciel e Aurélio da Boa Viagem; e Manoel Aroucha, da ala mais à direita.

Diante dessas narrativas, sentimos que a tensão gerada pelas circunstâncias políticas do período era forte. Algumas dessas mulheres, mesmo por estarem em uma situação transitória de aprendizagem, não ficaram alheias aos acontecimentos políticos. Percebiam que o acirramento da militância política no meio acadêmico era reflexo das relações verificadas na sociedade como um todo. O aparato repressivo estava à mostra: prisões, detenções, perseguições, enquadramento de estudantes no Decreto 477, quando vários estudantes foram expulsos das universidades.

Especificamente no ano de 1969, na FDR, foram enquadrados no Decreto 477 os seguintes estudantes *homens*: 1) Amaro Nelson de Miranda Gantois, 2) Cláudio César de Andrade, 3) José Armando Burégio de Luna, 4) José Áureo Rodrigues Bradley, 5) José Thomaz da Silva Nôno Netto e 6) Marcelo de Santa Cruz Oliveira; e as alunas *mulheres*: 1) Eneida de Melo Correia de Araújo, 2) Marlene Diniz Vila Nova e 3) Terezinha Maria Guimaraes Leite.

Alunos e alunas que foram prejudicado(as), atrasaram o curso em razão de serem expulsos da faculdade por três anos. O critério de cassação era tão irreal que os alunos de escolas particularessomente foram expulsos por um ano, como por exemplo os alunos de Direito da Universidade Católica. Uma das entrevistadas sofreu as consequências dessa expulsão, mas não se arrepende da militância. E quando indagada sobre as experiências em ter participado do movimento estudantil e ter sido prejudicada vítima do Decreto 477, respondeu: óem nenhum momento me arrependo de ter atuado na militância estudantil, aprendi muito [...] fui afastada por três anos da faculdade, é verdade [...] reconheço que fui uma vítima por lutar por liberdade, mas tantos fora... hoje conto a meus filhos sobre o significado de uma ditadura [...]ô. Esperamos que os filhos da depoente tenham aprendido o verdadeiro significado da falta de liberdade democrática.

Mas nem só de perseguições políticas viviam as estudantes da Faculdade de Direito. Havia também o aspecto cultural, como o lazer, as diversões, os namoros, dentre outros. Assuntos que tiveram uma representação significativa na nossa pesquisa. E, conforme depoimentos, item importante para compor esse cenário foi a música, através de encontros musicais, assustados, bailes, dentre outros.

A década de 60 no Brasil, em termos musicais, foi composta por diversas ócorrentesô. O movimento da Jovem Guarda, sob a liderança de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, influenciados pelos Beatles e *RockönRoll* americano. Roberto Carlos: óquero que você me esqueça neste inverno/ e que tudo mais vá pro inferno [...]ô.<sup>32</sup>Wanderlea: óEsta é uma prova de fogo/ você vai dizer se gosta de mim [...]ô.<sup>33</sup>Em ritmo do Iê-Iê-Iê e com a dança do *Twist*. Houve também a influência do Samba e da Bossa Nova, surgiu o Tropicalismo, movimento liderado pelos compositores Caetano Veloso (que cantava nos inesquecíveis festivais: óE eu digo sim/ E eu digo não ao não/ E eu digo: É!/ Proibido proibir/ É proibido proibir [...])<sup>34</sup> e Gilberto Gil (óAquele abraço/ Meu caminho pelo mundo/Eu mesmo traço/A Bahia já me deu/ Régua e compasso/Quem sabe de mim sou eu[...])<sup>35</sup>. O Tropicalismomisturava a cultura popular, a arte de vanguarda e atraía seguidores de talento, como Maria Bethânia, Gal Costa, Os Mutantes, dentre outros. Paulo Sérgio do Carmo (2001, p. 45) considera que a explosão da música brasileira nos anos 60 também foi beneficiada pelo surgimento da televisão no país.

Mas a revolução musical ocorreu com a Bossa Nova; com criações melódicas e harmônicas do Samba, toques de improviso do *Jazz*, mas principalmente com os ritmos da brasilidade ã é respeitada mundialmente até nossos dias.Surgiram grandes compositores e intérpretes ã Tom Jobim e Vinícius de Moraes: óOlha que coisa mais linda/ Mais cheia de graça/ É ela, menina/ Que vem e que passa/ Num doce balanço/A caminho do mar [...]ô<sup>36</sup>. Chico Buarque: óApesar de você/Amanhã há de ser/ Outro dia/ Você vai ter que ver/ A manhã renascer/E esbanjar poesia [...]ô<sup>37</sup>, João Gilberto, Nara Leão, Elis Regina, dentre outros. Chico Buarque, revolucionário em diversas áreas: compunha música no feminino, músicas engajadas e de crítica social; escritor de peças de teatro de denúncia. Até os dias atuais, nunca mudou de postura, um eterno militante e defensor da democracia e da justiça social.

Dessa forma, verificamos que a Música Popular Brasileira - MPB, seguindo os passos do teatro, teve um envolvimento político bastante significativo, sendo muito bem elaborada e respeitada mundialmente. Durante a época dos festivais de música, servia de instrumento para

<sup>32</sup> Intitulada: Quero que vá tudo pro inferno, composição de Roberto Carlos. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br>>.

<sup>33</sup> Intitulada: Prova de fogo, composição de Erasmo Carlos. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em: dez. 2016.

<sup>34</sup> Intitulada: É proibido proibir, composição de Caetano Veloso. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em: dez. 2016.

<sup>35</sup> Intitulada: Aquele Abraço, composição de Gilberto Gil. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em: dez. 2016.

<sup>36</sup> Intitulada: Garota de Ipanema, composição de Vinícius de Moraes e Antônio Carlos Jobim. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em: dez. 2016.

<sup>37</sup> Intitulada: Apesar de você, composição de Chico Buarque. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br>>. Acesso em: dez. 2016.

conscientização política e denúncias sobre prisões. Vários artistas foram censurados e alguns até tiveram que sair do país, como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque, dentre outros.

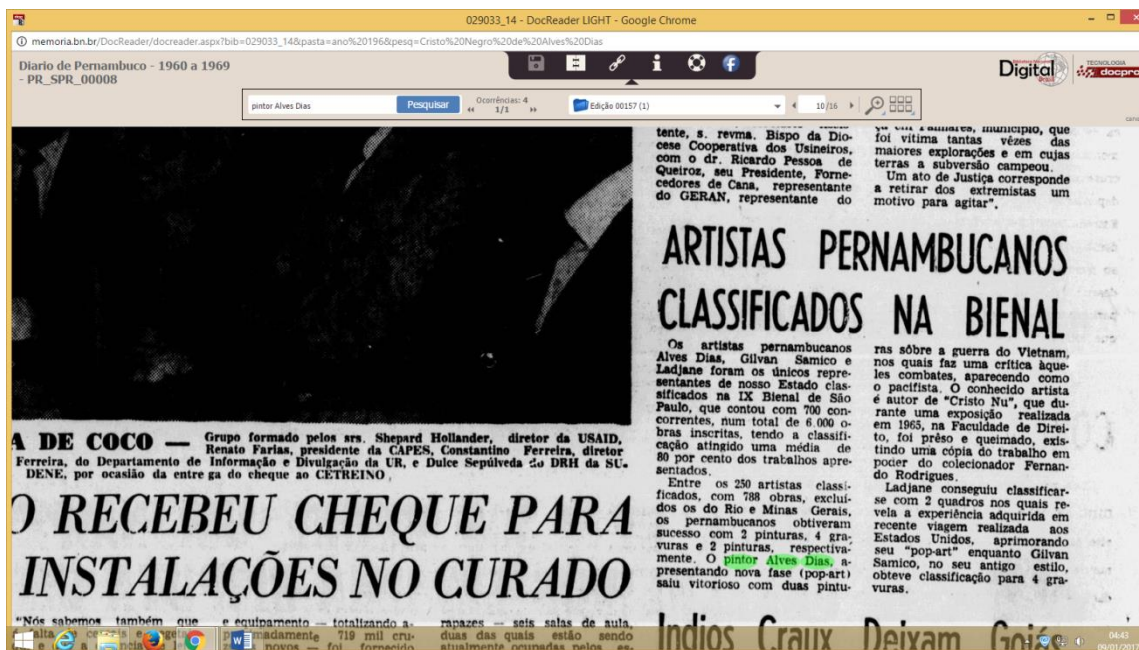
Dependendo do gosto, havia música para todos. Com relação a isso, uma das entrevistadas nos dá o seguinte depoimento:

[...] o ano de 1963 foi um ano de muita participação cultural na faculdade, exposições ã exposição do Cristo Negro de Alves Dias ã fazíamos festas na parte central da faculdade, que foi reformada, tinha um pequeno lago e uma faixa de cerâmica vermelha que era o *dancing*[...]Algumas festas tinham orquestras, que ficavam perto da escada e aconteciam sem nenhum problema, de forma agradável. [...] era uma época em que nós vivíamos a faculdade [...]ainda não havia sido feita a reforma do subsolo. Eram as cinco salas que ainda temos hoje, uma pra cada ano. Mas era seriado, não havia crédito [...] o restaurante era um centro de encontro, discussões políticas, namoros, paqueras [...] [...] o curso funcionava em dois turnos ã manhã e noite, às vezes eu passava o dia ali [...] apareciam alunos de outras faculdades também.

[...] por volta de 1970, havia um bar nas imediações do Cinema São Luís, e saíamos em grupos depois das aulas, principalmente nas sextas-feiras, estudava no turno diurno, mas meu namorado estudava no noturno [...]Era o ponto de encontro de diversos grupos, com tendências políticas e gostos musicais diferentes [...] um dia houve o maior debate em razão das músicas tocadas pelos grupos, já que cada turma tinha seu determinado músico (Alceu era assíduo frequentador e nosso colega) [...] mas neste dia partiram pro confronto, eu de minissaia corria pela Avenida Conde da Boa Vista pra não levar ógarrafadasô [...].

Com esses depoimentos, pode-se observar que a vida cultural na faculdade era intensa. No início da década de 60, os bailes eram de alguma forma mais tradicionais, com orquestras. Também havia exposições de artes.O desaparecimento do quadro *Cristo Nu* do pintor Alves Dias foi um acontecimento que dois anos após ainda era noticiado. Segundo entrevistadas, que vivenciaram esse período: óconta-se que houve má-fé, a obra de arte desapareceu da exposição e foi queimada para incriminar alguns alunosô.Vejamos a notícia:

Figura 10 ã A obra *Cristo Nu*, do pintor Alves Dias ódesapareceô da Exposição na FDR



DIARIO DE PERNAMBUCO, de 8 jul. 1967, relembra o ódesaparecimentoô da obra óCristo Nuô do pintor Alves Dias na exposição da Faculdade de Direito do Recife, em 1965. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Quanto à óconfusãoô no bar próximo ao Cinema São Luís e apreensão da depoente por estar vestindo minissaia e ter que correr avenida afora,os debates e disputas ocorriam mais devido a questões políticas que propriamente musicais. As discussões começavam com os debate musicais, comum naquela época. A propósito, recordemos que óGeraldo Vandré e Chico Buarque sintetizavam a curiosa situação histórica da MPB nascente dos anos 60, na qual idolatria pop e engajamento político pareciam se combinarô, conforme Marcos Napolitano (2004, p. 206) com as suas famosas músicas *Banda* e *Disparada* levavam os seus fãs a verdadeira disputas acaloradas fora dos festivais. Posteriormente,uma das canções mais contundentes da época *Caminhando* ou *Para não dizer que não falei das flores*, ou *Sexta Colunade* Geraldo Vandré,que serve de referência para intitular nosso trabalho. A letra faz uma denúncia à presença forte e perturbadora dos militares, ironiza os que *acreditavam nas flores vencendo os canhões*.Com um violão, um banquinho, dois acordes e sem nenhum acento épico ou grandiloquente, Vandré apresentou, no Maracanãzinho, sob um silêncio religioso, o mais espontâneo e perene hino cívico. Conforme cita Zuenir Ventura (2006), Millôr Fernandes afirmou: óÉ o hino nacional perfeito, nasceu no meio da luta, foi crescendo de baixo para cima, cada vez mais espontâneo e emocionalmente cantado por um maior

número de pessoas. Havia uma identificação nacional. É a nossa Marselhesaô (FERNANDES, 1968 apud VENTURA, 2006, p. 206).

Conforme o depoimento a seguir:

Na faculdade, havia rivalidade entre as tendências musicais, em sala aula, em determinados grupos, evidente [...] os que gostavam dos *Beatles*, outros do Tropicalismo, outros da Bossa Nova, e outros ainda de Chico e Vandrê, aquelas músicas mais engajadas. Creio que nossa turma era mais musical, porque estudei na época dos festivais de música das televisões [...] era o maior debate.

Figura11 - Encontro musical de estudantes. Presença de alunas da FDR



Reunião de estudantes ao som de um violão. Provavelmente retratada por algum óinformanteô disfarçado de aluno. Pela composição arquitetônica, é possível que tenha ocorrido em um dos anfiteatros (salas de aula) da FDR, já que foram identificadas algumas alunas da FDR. Fonte: DOPS-PE. Prontuário nº. 24310 - do DOPS-PE. APEJE.

Quanto ao depoimento, realmente a produção musical brasileira intensificada pela transmissão dos festivais das televisões Excelsior e Record ativava a polêmica, como já referendamos, entre as correntes nacionalistas: Tropicalismo, Bossa Nova, música engajada dentre outras, conforme Carmo (2001, p.59).

Com relação à Figura 10, ela nos oferece várias leituras, tendo em vista que a música, principalmente a música engajada, alimentava as reuniões de protestos. E pelos semblantes dos estudantes ã nesta fotografia, não vemos nenhum sorriso. Ao contrário. Quanto ao aspecto das vestimentas, podemos observar que a moda era calça boca de sino. Uma das estudantes que se encontra próxima ao músico estava fumando. Algo comum para a época.

O movimento da Jovem Guarda que embalou o início dos anos 60, conforme os ditames da indústria cultural, também produziu moda: cabelos grandes e na testa, calça apertada e cinto largo para os homens; minissaia, vestido tubinho, cabelos grande e soltos, e

perucas para as mulheres. No entanto, já no final dos anos 60, a Guerra do Vietnã serviu de estopim para surgir a contracultura, com os *slogans* "Faça amor, não faça guerra" e "Paz e amor". Havia necessidade de quebrar velhos tabus. Conforme Paulo Sérgio do Carmo (2001, p. 51):

Essa cultura contestava e criticava radicalmente o que já havia sido produzido, pondo em xeque os valores tradicionais, entre esses despontou a revolução sexual [...] Para uma geração educada sob rígidas condições de repressão sexual, a descoberta da pílula anticoncepcional, que facilitava o sexo antes do casamento, representava o início da descontração [...] [...] Cabelos longos, roupas coloridas, misticismo oriental, música e drogas [...]

Diferente das práticas tradicionais, a contracultura também deu oportunidades às mulheres no aspecto da liberação sexual. Algumas depoentes da época confessaram que, mesmo oriundas de famílias de comportamento moral rígido, com o advento da pílula anticoncepcional, os namoros foram mudando, ou seja, não havia o medo de engravidar como antes. Quanto à moda usada na faculdade, muitas lembram que alguns estudantes usavam cabelos compridos, sandálias, bolsas de couro e calças Lee. As moças usavam minissaia (Anexo 3). Sem dúvida que o comportamento das mulheres era mais contido, mesmo assim existiam alunas que quebravam certos paradigmas, principalmente as mais atuantes: usavam minissaias, frequentavam ós noitadas, fumavam, bebiam.

Portanto, estas características da moda, dos costumes, da cultura mostram as vozes das mulheres que, militantes ou não no movimento estudantil, se pronunciaram quanto ao poder constituído, umas colocando suas impressões como espectadoras de um tempo sombrio; outras se rebelaram contra o poder instituído, principalmente no final dos anos 60 e início dos 70, nos tempos da ditadura militar. Revelam acontecimentos testemunhados por alguns personagens que fizeram parte do cenário, através de documentos elaborados nos porões da ditadura. Demonstram histórias de homens e mulheres; alguns jovens, outros nem tanto, que se rebelaram contra a ordem imposta dos que autoritariamente se apropriaram da máquina estatal; uns vítimas dos algozes; outros os próprios algozes. Na sua maioria, jovens que sofreram as consequências desse embate, na luta por uma sociedade mais justa. Seja como perseguidos políticos, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, detidos, presos e torturados. São essas experiências que este capítulo pretende abordar. Através de documentação do DOPS e depoimentos.

Conforme Ginordoli-Nascimento, Trindade e Santos (2012, p.251): "a socialização política de homens e mulheres se faz através de um complexo processo de transmissão de

valores, conceitos, comportamento e ideologias, podendo se dar pela prática da ação política coletiva. Portanto quando esses homens e mulheres se juntaram na Faculdade nos anos referendados criaram entre si o processo de trocas de interesses em decorrência do contexto de então, a partir de ideais e também de sofrimentos que iam se somando por ser o reflexo das pressões ideológicas do regime ditatorial e repressivo e das limitações ao exercício de uma prática democrática. A respeito desse período, uma das entrevistadas assim se pronunciou, quase em forma de desabafo: ótodas as coisas que eu via, experimentava, sentia, me davam mais força para ir em frente, sem pensar nas consequências [...] quanto mais se fechavam, mais nós resistíamos. Mas era a época do falar baixo e olhar de lado; o inimigo poderia estar em qualquer parte.

### 3.5.3 Integração à vida profissional

Algumas das entrevistadas tentaram seguir a advocacia, pois, como já explicitamos anteriormente, a profissional do Direito, ao concluir o bacharelado, tem duas opções, ou seguir a carreira jurídica em cargo público (de promotora, procuradora, juíza, delegada ou defensora pública), ou exercer a advocacia privada<sup>38</sup>, sendo que para estar apta a esta última opção é imprescindível o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; somente após ser aprovada, a profissional recebe um registro de aptidão ao exercício da profissão.

Portanto, para termos ideia a respeito de uma média das profissionais que atuavam na advocacia no estado no período de nosso recorte temporal: 1960 a 1973 solicitamos à OAB - Seção Pernambuco que nos fornecesse o número de advogadas e advogados inscritos, todavia só foi possível obtermos o quantitativo das mulheres inscritas através da abertura de processo, conforme quadro a seguir:

---

<sup>38</sup> Etimologicamente, o termo *advogado*, derivado do latim *advocatus*, significa basicamente *interceder a favor de*. Advogado não é gênero, mas espécie de profissional do Direito. Os cursos jurídicos não formam advogados, como também não formam promotores de justiça, procuradores, magistrados, delegados, defensores públicos. O curso faz bacharéis em Direito, que, após serem diplomados, podem: inscreverem-se na OAB e tornarem-se advogados privados (profissionais liberais) ou exercerem diversas outras atividades que dispensam a inscrição nos quadros da Ordem, por exemplo: juíza, procuradora, promotora, como também a docência na área ou cargos públicos de nível superior para os quais, entre outros requisitos, exija-se o grau de bacharel em Direito. Portanto, bacharéis em Direito podem seguir a carreira jurídica, através de concursos públicos para diversos cargos, exercer a docência ou advogar. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1394956/exigencia-de-inscricao-na-oab>>. Acesso em: 28 dez.2016.

QUADRO 3: Advogadas Ativas inscritas na OAB-PE (1960-1973)<sup>39</sup>

| Ano          | Nº. de Advogadas Ativas |
|--------------|-------------------------|
| 1960         | 1                       |
| 1961         | 5                       |
| 1962         | 12                      |
| 1963         | 8                       |
| 1964         | 8                       |
| 1965         | 16                      |
| 1966         | 12                      |
| 1967         | 9                       |
| 1968         | 16                      |
| 1969         | 22                      |
| 1970         | 15                      |
| 1971         | 17                      |
| 1972         | 20                      |
| 1973         | 40                      |
| <b>Total</b> | <b>201</b>              |

O quadro demonstra que nos dois primeiros anos da pesquisa, isto é, de 1960 a 1961, a quantidade de mulheres aptas a exercerem a profissão de advogada era pequena: no primeiro ano, apenas uma e no posterior, cinco: há uma significativa subida no ano de 1962, o que vem a coincidir com o período em que o concurso da OAB seria instituído em 1963, ou seja, as mulheres se apressaram em se inscreverem na Ordem, já que era mais fácil obter a carteira sem o exame de aprovação. Dessa forma, parece ter havido uma demanda devido à obrigação do concurso nos anos posteriores. Em 1967, há uma ligeira diminuição (três registros a menos que em o ano anterior: 9 registros em 1967, em detrimento dos 12 de 1966); mas, nos anos subsequentes, há uma ampliação no quadro de mulheres inscritas, corroborando a relação de mulheres que concluíram o curso de Direito na FDR. No período de 1960 a 1973, havia 201 mulheres inscritas na OAB-PE.

Há de se analisar que muitas das bacharelas optaram pela carreira jurídica pública e não pela advocacia privada, e outras enveredaram pela docência no ensino superior. Durante os depoimentos, comprovamos que, no período estudado, somente uma das dez mulheres pesquisadas optou pela advocacia privada, todavia deixou transparente que enfrentou muitos desafios e preconceitos; que apesar de gostar da advocacia chegou a tentar concurso público para a carreira jurídica pública, mas não obteve sucesso e continuou advogando, já que,

<sup>39</sup> Informações obtidas através de abertura de processo: DataGED OAB/PE. Processo nº120072016.

segundo informa: óEra o que sabia e gostava de fazerô. Mas que para mulher, pelo menos no seu tempo: ôhavia muito machismo e discriminação, nem tanto com relação aos magistrados, mas no dia a dia da burocracia dos tribunais com os despachantes de justiçaô, dentre outros.

Para verificar as experiências de advocacia privada das entrevistadas, observamos que no total de dez mulheres entrevistadas, somente uma foi advogada por toda a sua vida profissional e, segundo seu relato: ôfoi advogada de todas as causasô, ou seja, atuava em todas as áreas do Direito. As outras três mulheres tiveram a experiência da advocacia nos primeiros anos após o término do curso e atuaram nas seguintes áreas: uma na área de Direto Comercial, outra na área de Direito Penal e uma terceira na área de Direito Civil, mas tiveram dificuldades. Inclusive os comentários são reveladores:

[...] trabalhei no escritório do professor Rodolfo [...] na área de Direito Comercial, mas era início dos anos sessenta, e ainda se tinha muito preconceito com a mulher exercendo a advocacia, foram diversos momentos de constrangimentos: lembro que um dia entro num cartório, e só tinha eu de mulher, fui recebida por aqueles homens grosseiros, brutamontes mesmo [...]gritando comigo [...] saí enfurecida.

[...] Durante o curso, amava a parte de Direito Penal, mas depois senti que era a pior área para mulher advogar, com relação a preconceitos, mas no início da carreira não me inibia, ia [...] defendia meus clientes [...] trabalhava num escritório muito reconhecido, mas só havia advogados homens. O pessoal me ajudava [...] mas, com o passar do tempo, fui me cansando, além de ter que enfrentar preconceito, o dinheiro era pouco, foi aí que pensei em concurso público [...]

[...] sempre gostei de Direito Civil; mas trabalhei pouco tempo, era escritório de família, mas casei, logo vieram os filhos [...] Recuei [...] mas a experiência foi boa, poderia ter investido um pouco mais, mas me acomodei [...]

Comecei a advogar na área cível, a parte que mais gostava e me identificava. Trabalhava com um advogado muito bom que me ajudou muito, e me ensinou que na advocacia não havia escolha, tínhamos que aprender de tudo, e realmente vivenciei esses ensinamentos, fui advogada pra ótoda obraô: porta de cadeia, trabalhista [...] [...] tenho histórias que daria um livro. Vivi intensamente minha profissão e não me arrependo. Parei porque não tenho mais saúde [...] mas a saudade é grande.

Vemos que diversos fatores fizeram com que as três mulheres entrevistadas desistissem de atuar como advogadas. Curioso, no grupo de dez mulheres, apenas quatro enveredaram propriamente pela advocacia, e mesmo assim apenas uma delas se firmou, sendo esta que mais histórias tem para contar e segundo ela: ódaria para escrever um livroô. Confessa que tentou concurso público, mas que não se arrepende por ter enfrentado os desafios da profissão, poróter defendido muita genteô, que não se envergonha de ter sido óadvogada de porta de cadeiaô. Realmente, muitas óestóriasô essa entrevistada tem para

contar e, conforme suas palavras: óduvido se eu tivesse sido aprovada em um concurso público e me acomodado numa repartição pública teria tanta experiência [...] [...] sofri, passei por muitas dificuldades devido a preconceitos por ser mulher, dinheiro curto, mas a advocacia é a profissão mais linda do mundo [...]ô. A propósito, esse depoimento, sem desmerecer os das demais entrevistadas, foi um dos mais emocionantes e sensíveis que presenciei durante toda a pesquisa. óA neutralidade científica não existe mesmoô, e nesta hora, foi difícil conter a emoção. Foi uma das entrevistas mais enriquecedoras quanto às experiências, o amor à profissão e de um humanismo comovente.

Há de se analisar que muitas das bacharelas optaram pela carreira jurídica pública e não pela advocacia privada, e outras enveredaram pela docência no ensino superior. As outras três entrevistadas, que tiveram experiência com advocacia, como também as outras seis, partiram para concurso público nas áreas: de docência em universidade, do ministério público e de tribunais federais. Tivemos informações que no Tribunal de Justiça de Pernambuco, mesmo na década de 80, era difícil a aprovação, em concurso público, para juízas mulheres. Vale ressaltar, que não apenas durante os anos do recorte temporal estudado, mas ainda hoje, segundo depoimentos, não é tão acessível se chegar ao cargo. Várias depoentes confidenciaram as dificuldades em seguir a carreira de juíza na esfera estadual: óé como se houvesse um pacto, mulheres não são bem-vindasô.

Portanto, diante do papel significativo que as mulheres aqui mencionadas desenvolveram na sociedade e para o exercício da profissão, considera-se importante e necessário que este fato precise ser melhor e mais explorado pelas bacharelas em Direito da atualidade.

### 3.6 REPRESSÃO POLÍTICA NA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (1960-1973): quase todos perdidos de armas nas mãos

Especialmente na FDR, o aumento da repressão culminou no início dos anos 70; quando o Diretório Acadêmico continuou suspenso de atuar, enquanto em todas as outras faculdades funcionavam normalmente. É nesse período que há o maior número de detenções, prisões e torturas de alunos e até de professora. Conforme podemos verificar em algumas informações contidas nos documentos a seguir:

Este Comunicado Interno nº 9, do Serviço Nacional de Informação no seguinte teor: Consta que Marcos Freire e a epigrafada com outros estudantes vem praticando nos últimos meses ato de flagrante hostilidade à Diretoria da Faculdade de Direito do

Recife ã da UFPE, procurando aliciar e afastar os estudantes do contato com o Diretor da Unidade. Diariamente são observadas reuniões de professores com alunos de notória tendência esquerdista. Consta ainda, que são ativista [sic] de esquerda com participação em manifestações contrárias ao Sistema. Como parte da campanha contra a Diretoria dessa Escola, foram colocados em alguns pontos da Faculdade, especialmente nos banheiros, panfletos ilustrados ridicularizando a política do governo. A distribuição dos panfletos parece ser um processo de reação sincronizada entre grupos políticos de oposição com larga influência na citada Faculdade como o Marcos Freire e Pinto Ferreira.

Esse documento foi localizado no prontuário 16.938 do DOPS(no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano) e faz referência ao envolvimento de uma das entrevistadas. O teor informa sobre a participação política da referida estudante nas dependências da faculdade, em óatuação política, juntamente com o ex-professor Marcos de Barros Freire<sup>40</sup>. Quanto aos panfletos, várias entrevistadas, estudantes no período elucidado, comentaram sobre a sua existência e também em os terem encontrado nos banheiros femininos. Todavia, dependendo do nível de envolvimento com a ócausa política em relação aos problemas vividos do momento, como a repressão, prisões feitas pela ditadura dentro da própria faculdade, podemos observar versões diferenciadas quanto ao posicionamento de então. Vejamos os seguintes depoimentos:

Quando chegava nas imediações do quartel do Exército no bairro de Socorro em Jaboatão, os soldados entravam nos ônibus para revista aos passageiros, vasculhavamtudo, inclusive eu tinha medo até de tirar livros na biblioteca, porque eles ócomo de nada conheciam e levavam qualquer livro suspeitoô. Então quando eu encontrava os ópanfletos subversivosô nos banheiros, lia alguns [...] mas depois os rasgava e colocava na privada e dava descarga.

Já outra entrevistada assim se colocou:

[...]ia no banheiro e achava panfletos e os escondia nas minhas roupas íntimas ã para não ser ópega na botija e os lia em casa, descansada; depois passava para meu irmão, estudante de medicina e que era ósimpatizante da causa e que adorava esses panfletos. Às vezes, eu e outras colegas íamos ao banheiro só para encontrá-los. Havia uma colega que os escondia dentro dos cadernos, mas era perigoso por causa dos dedos-duros em sala de aula [...]

---

<sup>40</sup> Marcos de Barros Freire, nasceu em 5 de novembro de 1931 em Recife, faleceu em 8 de novembro de 1987 no Pará. Formou-se na FDR em 1955 e foi professor de Direito Constitucional entre 1967 e 1968. Eleito para prefeito de Olinda, mas em sinal de protesto contra a edição do Ato Institucional nº 5, dois dias após a sua diplomação (13/12/68), renunciou. Em 1970, elege-se deputado federal pelo MDB. Orador brilhante, carismático em defesa dos segmentos da sociedade que não podiam se expressar livremente naquela ocasião, particularmente estudantes, artistas, escritores e jornalistas, defende a anistia para os cassados e banidos pelo regime militar. Foi eleito senador em 1974, com o slogan óSem ódio e sem medoô. Em 1984, participou ativamente da campanha das Diretas Já. Torna-se presidente da Caixa Econômica. Deixa a presidência da CEF para assumir o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, cargo no qual permaneceu até a data da sua morte, em 8 de setembro; faleceu num desastre de avião ocorrido no Pará. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/politica/20-anos-sem-marcos-freire/>>. Acesso em: 12 de ago. 2016. Também consultamos ficha acadêmica da FDR.

Portanto, a existência dos panfletos é um fato comprovado. Quanto ao teor doutrinário do seu conteúdo, nada mais era do que denunciar os atos arbitrários da ditadura e ser contra o ósistemaô, termo utilizado no documento, e também criticavam o diretor da FDR. Afinal, vivíamos os anos pós-AI-5, e qualquer panfleto denominado como ósubversivoô, termo utilizado por uma das depoentes, era motivo de detenção e até de prisão; daí que muitos alunos e alunas, amedrontados(as) pelas consequências de serem *pegos na botija*, destruíam-nos; já outras alunas os recebiam e posteriormente divulgavam até extramuros da faculdade, evidentemente transportados escondidos de diversas maneiras ã escondidos nas roupas íntimas, dentro dos cadernos ã como podiam. Também nos deparamos com uma citação sobre os livros que eram revistados nas proximidades do quartel do Exército em Socorro, Jaboatão, e algumas vezes apreendidos. Tivemos conhecimento, através dos depoimentos, que alguns dos professores da FDR entravam intempestivamente na biblioteca da faculdade, iam nas prateleiras, pegavam óos livros impróprios à leitura dos alunosô e criavam montanhas e montanhas de livros, com anuência de alguns colegas e mesmo de diretores. Muitas das obras de Karl Marx, Mao Tsé-Tung, Régis Debret, Sartre, e até do inocente Proust foram desviadas. Eram tempos sombrios, o que prevalecia era a repressão.

Paulo Cavalcanti na sua obra também relata episódio dessa natureza:

Das casas de residência, de bibliotecas inteiras eram retiradas por soldados analfabetos, livros de poesia ou romances de ficção misturados com tratados ou compêndios de economia política ou filosofia. O mesmo se verificava nas livrarias da cidade, grotescos investigadores de polícia apreendendo ómaterial subversivoô, recolhendo das mostras obras de autores estrangeiros, quase todas de nomes arrevesado, ou volumes de títulos suspeitos, como Estudos sobre o *cubismo*, que os ótirasô confundiam com assuntos ligados à pátria de Fidel Castro (CAVALCANTI, 2008, p. 388 ).

Porém existem duas considerações; a primeira referente à fala da depoente que era coagida dentro dos ônibus, ter que entregar seus pertences para revista, eram analisados pelos soldados de plantão, o que pode ser relacionado com esta análise de Paulo Cavalcanti. Todavia, os professores de Direito retirarem os livros tem outra conotação. E vale salientar que não era somente um, mas vários professores da casa. Inclusive havia um deles que era tão radical em favor da ditadura que se conta que, nas casas, nas imediações da faculdade, residências antigas, existiam caixas de correio para os carteiros colocarem as correspondências dos moradores, então um desses professores colocava bombas (rojões de São João) para assustar as pessoas, ou para criar a ideia de que eram os terroristas que queriam atemorizar a população.

### 3.6.1 A professora Bernardette Pedrosa é detida

O artigo 59 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e assinada pelo Brasil, determina: óNinguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradanteô. Nos 21 anos da ditadura militar, o princípio fundamental da dignidade humana foi ignorado. Desde o golpe de 64, mas com crueldade crescente entre 1968 e 1978, presos políticos sofreram mais de 100 formas de suplício físico, psicológico e emocional, de acordo com o Projeto Brasil Nunca Mais, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo. No livro *Batismo de Sangue*, o dominicano Frei Betto relata uma sessão de tortura a que foi submetido Frei Tito de Alencar Lima. Os militares tinham plena consciência que violavam a lei. Em todas as universidades, havia a presença de informantes, às vezes camuflados, outras nem tanto. Em algumas faculdades, o centro de informações partia dos próprios professores passando dados aos órgãos de segurança sobre seus pares e alunos.

Em 1º de setembro de 1970, a professora Bernardette Pedrosa, pertencente ao quadro de professores da FDR, foi detida para averiguações. De acordo com o prontuário nº 23.872, a referida professora, acompanhada pelo diretor da instituição, professor Mário Neves Baptista, comparece à Delegacia de Ordem Econômica do Recife. A professora foi inquirida pelo delegado João Washington de Mendonça Filho, acusada de no dia 13 de agosto daquele ano ódurante a ministração de sua aula da disciplina Teoria Geral do Estado à turma do 1º ano, no turno da manhã, fez verdadeira pregação a favor do sequestro, declarando-se inclusive solidária e partidária do grupo Tupamarosô<sup>41</sup>, e os alunos acompanharam suas pregações inclusive com aplausos em vários momentos (Notícias do Informe do SNI nº 68 de 24/08/1970).

Portanto, essas informações saíram através de um informante que, provavelmente, estava em sala de aula. O que se pode verificar foi que a professora se pronunciou de forma diferente em suas declarações, segundo ela, numa aula da disciplina TGE, ao ser suscitada pelos alunos a respeito do problema dos sequestros, ela respondeu à luz do Direito, abordando o tema em termos da Soberania Nacional, e tentou explicar aos alunos na perspectiva do *sequestro* sob o ponto de vista legal e humanitário. Não havendo manifestações de caráter político e ideológico, tentou explicar sua aversão e repugnância a qualquer tipo de violência. Também insistiu a professora no valor e eficácia dos argumentos sob o ponto de vista da

---

<sup>41</sup>Tupamaros ou Movimento de Libertação Nacional (T-MLN) foi um grupo uruguaio que operou entre 1960 a 1975, antes e durante a ditadura militar no Uruguai (1973-1985) de linha marxista-leninista e combate de guerrilha urbana. Executavam assaltos a bancos e costumavam distribuir comida e dinheiro aos pobres de Montevideú. No final dos anos 60, também utilizavam sequestros políticos.

Teoria do Direito, e que de modo algum expressou que ósó havia sequestro onde os governos não fossem bonsô.

A defesa argumentativa da declarante foi baseada em: óa atividade de sequestradores era ilegal e desumana sob todos os aspectos, e que condena todas as atividades violentas de qualquer grupo político, principalmente quando se encontra em jogo a vida e a dignidade humanaô. Quanto ao tema ter sido debatido em outras turmas, a professora diz não lembrar. Mas, no final do seu depoimento, deixa claro seus princípios sobre a docência, quando afirma: óaproveita para informar que durante suas aulas na FDR e em outras escolas de nível superior nunca se aproveitou da cátedra para fazer aliciamento político de qualquer naturezaô. E dito isto, expressa sua ética na docência, seja na FDR como também em outras faculdades; demonstrando sua conduta de profissional competente e também destemida, tendo em vista que se vivia um dos piores momentos da ditadura militar, e com o Decreto 477 rondando a vida de professores e alunos.

Há de se recordar que, em dias posteriores a este inquérito policial, a professora foi inquirida novamente, desta vez por um de seus pares, o que foi presenciado por alunas que nos prestaram depoimento e por servidores da casa: óFoi presa, professora?ôA resposta demonstra dignidade e destemor.

No dia 5 de junho de 1973, é afixada nos corredores do prédio da FDR a seguinte Portaria nº. 24, conforme Marcos Freire na obra de Fernando Coelho (2012, p. 344).

O Diretor da Faculdade de Direito do Recife, no uso de suas atribuições e objetivando a normalidade da vida interna na Faculdade, resolve:

- a) Que toda e qualquer reunião de estudantes deverá ser pública e em local previamente designado pela Diretoria;
- b) Qualquer publicação de circulação interna deverá conter o prenome e o sobrenome dos responsáveis, bem como a série a que pertencem ou turma do ciclo profissional;
- c) Os convites para conferências serão encaminhados por meio do presidente do Departamento ligado à especialidade, explicitada a matéria da conferência juntamente com os objetivos didáticos a que se propõe.

Prof. Hilton Guedes Alcoforado, Diretor

O referido documento pelo seu teor já explicita a situação reinante na instituição, quanto à proibição de realizar palestras e encontros; e se por acaso existisse alguma reunião, esta teria que ser comunicada à Diretoria com assinatura e nome legível dos alunos requerentes, ou seja, com sua identificação, além de expressar qual tipo de assunto seria debatido, conversado ou exposto.

A razão desse documento proveio de convite por parte de alguns alunos, já que o diretório estava suspenso de funcionar, aliás naqueles dias o único diretório universitário da UFPE que estava proibido de funcionar. Pois bem, os alunos convidaram o então professor e deputado federal Marcos Freire para proferir uma palestra sobre assunto relacionado à Lei sobre Áreas Metropolitanas, cujo assunto havia sido debatido na imprensa local, na Escola Superior de Relações Públicas, na Escola de Administração da Universidade Federal de Pernambuco inclusive, e que contou com a presença do seu diretor, o professor Lauro Figueiredo. Então os alunos da FDR tiveram a iniciativa de solicitar à direção da faculdade que fosse realizada a pretendida palestra, o que foi prontamente negado, conforme explicitado na documentação oficial e confidencial do SNI a seguir:

Ocorrência que vamos observar no documento da divisão de segurança e informações ã Assessoria Regional de Segurança e Informações do Nordeste. De 12 de jun. de 1973. Assunto: *Palestra do Deputado Marcos Freire no meio universitário de Pernambuco* Difusão atual: *DGI/MEC-SNI/ARE-IV Exército -7ª. R.Militar ã 2. Z. Ae. 3º D.NAVAL . DOG-DPFn9a ficha do DOPS*

No documento, consta que a referida ocorrência foi levada ao conhecimento do Reitor da UFPE:

No dia 12/06/73 [...] Como já vinha sendo bastante propalado, o referido Deputado compareceu, ontem 12/06/73, às 19:00 horas, na Faculdade de Direito da UFPE com a mesma finalidade e sua presença lá, foi fruto de um trabalho desenvolvido por um grupo de estudantes, na maioria concluintes que são: SÉRGIO LONGMAN, FERNANDO DE MAGALHÃES MELO, JOSÉ RODRIGUES CARNEIRO CAMPELLO NETO, JOSÉ TAVARES DE ANDRADE FILHO, SEAR JASU DE SOUZA MACENAS VERAS, PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA, Nanci LOURENÇO FERNANDES, JOSÉ NIVALDO BARBOSA DE SOUZA JÚNIOR, VALDEMIRO FERREIRA DE BARROS (suspensão pelo 477, em administração anterior), ENEIDA MELO CORREIA (suspensão [sic] pelo 477, em administração anterior), MARLENE DINIZ VILA NOVA (suspensão [sic] pelo 477, em administração anterior), ROBERTO FRANCA FILHO, ANTONIO FERREIRA DA COSTA NETO, REBECA SCATRUT, MARIA CAROLINA LINS E MELO TORRES E LUIZ LIMA BARRETO, (CUJAS FICHAS C/DADOS QUALIFICATIVOS ANEXAMOS). Este grupo que conta com a liderança dos alunos: DIONARY SARMENTO DA SILVA, LEONARDO TRINDADE CAVALCANTI, IVANILDO DA CUNHA ANDRADE (Chefe de Gabinete do Deputado Ênio Guerra) e RONIDALVA DE ANDRADE MELO, dentre outros, solicitou do Prof. Nilzardo Carneiro Leão, que como Chefe do Departamento, encaminhasse autorização ao Diretor da Faculdade, para realização da palestra, o que não chegou a ser feito pois este professor queria colocar na petição que estava fazendo a mesma, a pedido do Diretor, o que não correspondia à realidade.

Desse documento, poderemos tirar as seguintes conclusões: observar que a resposta foi elaborada um dia após a tentativa de realização da palestra, dia 12/06, fato que não ocorreu, e que os serviços de informações eram competentes e ágeis. No dia posterior, 13/06, é elaborado

o documento com o nome completo de todos os alunos e alunas, professor e professora, e professor licenciado da FDR, devido ao mandato legislativo deputado federal Marcos Freire. Portanto, alguém muito bem informado estava no local; ou algum informante disfarçado não aluno, professor. Inclusive constavam os nomes completos de todos os alunos e alunas que haviam sido afastados dos estudos, em razão do enquadramento no Art. 477. Um fato interessante e que merece detalhe é que um dos alunos parece que não estava enquadrado nos arquivos dos sistemas de segurança e o documento deixa bem claro: *cujas ficha c/dados qualificativos anexamos* não ou seja, este foi mais um estudante a ser enquadrado como subversivo. Outro fato curioso faz alusão ao grupo de alunos e alunas que faziam parte do grupo de liderança dos alunos, iniciando por uma mulher, e até dentre essas lideranças um deles exercia cargo de confiança no gabinete de um referido deputado. Outro fato a ressaltar: o professor da casa, Nilzardo Carneiro Leão encaminhou uma petição ao diretor da faculdade para que fosse autorizada a referida palestra, o que, segundo o documento, não correspondia à realidade. Ou seja, alguém, em menos de 24 horas, estava muito bem informado sobre o pensamento do diretor de então.

Vejamos a seguinte descrição sobre a palestra frustrada, cujo teor se encontra neste mesmo ofício:

[...] às 19:30 horas do mesmo dia 12.06.73 ingressou na Faculdade, pelo portões dos fundos, o Prof. Marcos Freire, que logo se pôs em contato com o grupo de estudantes pré-falado, acrescido do estudante do Gabinete do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de PE, e mais o estudante João Olimpio Mendonça, que se prontificavam a saudar o visitante. O Diretor da faculdade dirigiu-se *incontinenti*, ao Deputado, dando-lhe ciência, mais uma vez de que a conferência não seria realizada, uma vez que não haviam sido preenchidas as exigências para a sua realização. Originou-se, então, já no Gabinete do Diretor, ligeira alteração, face a insistência do prof. Marcos Freire e a Resistência do Diretor da Casa. Voltou o Deputado ao deixar o Gabinete do Diretor, aos corredores da faculdade, acompanhado do Diretor que com sua presença física e autoridade insistia em que a conferência não seria realizada. Após ligeiros incidentes (aplausos ao Deputado, comentários etc.) por parte do referido grupo de estudantes, o Prof. MARCOS FREIRE terminou por retirar-se do recinto da Escola dizendo que da Câmara Federal denunciaria o fato ao País.

E mais uma alusão que merece ser ressaltada neste documento, a citação sobre a professora Bernardette Pedrosa, até então fora do contexto da cena. Vejamos (grifo nosso): ÓA Diretoria da Faculdade contou com o apoio dos funcionários da Casa, Professores e estudantes, com **exceção** dos Profs. NILZARDO CARNEIRO LEÃO E BERNARDETTE PEDROSA.

Ou seja, a descrição deixa-nos a par que foi criado um clima de animosidade entre o deputado Marcos Freire e o diretor da faculdade, e diante do impasse e discordância em não poder realizar a referida palestra, o deputado afirma que iria denunciar ao Congresso Nacional, para que todo o país tivesse conhecimento do fato. O que efetivamente ocorreu, como veremos a seguir. Outro fato interessante é o surgimento da professora Bernardette Pedrosa na cena, que o documento deixa explícito: contou com o apoio de várias pessoas presentes, ócom exceção dos professores Nilzardo Carneiro Leão e da professora Bernardette Pedrosa, cuja argumentação vem corroborar, com a já citada perseguição política sofrida pela professora, que enfrentou retaliação entre seus próprios pares.

Ainda nesse mesmo ano, outros graves acontecimentos atingiriam os estudantes da FDR. Em 29/08/73, José Nivaldo Júnior foi sequestrado e preso oficialmente em 5/10/73 ãsua prisão só seria relaxada em 20/06/75. Portanto, por quase dois anos de prisão respondeu processo pela Justiça Militar. Em 24/09/73, uma das óliderançasô do grupo que convidou o então deputado federal Marcos Freire, Leonardo Trindade Cavalcanti, também foi sequestrado, preso, torturado e acusado injustamente de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário ã PCR. Sofreu inúmeras torturas nos interrogatórios sobre o óparadeiroô do líder do partido Manoel Lisboa, que realmente frequentava sua residência. Teve sua prisão relaxada em agosto de 1974. Em 20 de setembro de 1973, Mércia Albuquerque escreve em seu diário:

Ontem à noite, fui procurada pela cunhada de Dionary em prantos. Dionary, quintanista de direito, teve sua casa invadida por agentes do DOI. Estava de camisola e teve que trocar de roupa na frente dos agentes. As crianças gritavam apavoradas [...]Dionary foi arrastada para um opala, que desapareceu na escuridão. Os agentes do DOI voltaram minutos depois e saquearam a casa. Só muito tarde, um tio das crianças chegou e encontrou a depredação. Hoje Boris tomou providências, numa busca tremenda sem ter notícias da moça. O comentário é o pior possível na cidade toda (ALBUQUERQUE apud BRITO, 2015).

Eram esses os tempos sombrios da Faculdade de Direito do Recife, quando estudantes, homens e mulheres, eram perseguidos, presos, torturados em razão de tentar organizar uma palestra de um professor da casa. Vale ressaltar que na FDR também alguns professores fizeram parte da Escola Superior de Guerra ã ESG, um dos braços teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, já que existiam outras escolas militares que também formavam quadros. O professor Mário Pessoa de Oliveira, nascido em 1909, iniciou o curso em 1930 e o concluiu em 1933, portanto, o único aluno que estudou o curso de direito em apenas quatro anos, de acordo com nossas pesquisas, caso raro, já que não localizamos outros alunos com tal realização; os demais nos apontam para cinco anos de graduação, tempo normal de duração

do curso. Algo que também merece uma observação é caso do professor Mário Pessoa, cuja disciplina era na área de Direito Internacional Público; ele iniciou a docência em 1943 na FDR. Todavia foram poucos os anos de atuação em sala de aula especificamente. No dossiê acadêmico e de professor, verificamos constantes solicitações de afastamento para execução de cursos na Alemanha em 1965. Consta sua participação na ESG: Of. nº 224, de 29/10/1968 da FDR:

Em resposta ao pedido dessa Seção de 20/10/68, comunico que o professor catedrático MÁRIO PESSOA DE OLIVEIRA esteve afastado de 15/02 a 31/12/66, a fim de frequentar a Escola Superior de Guerra como estagiário, conforme aprovação da Congregação [...] de acordo com o art.33 da Lei 4.881-A/65 [...]

E em outros documentos, o professor solicita licença de afastamento para fins de interesse pessoal, outras de Licença Especial, por dois anos, de acordo com as documentações de portaria de n. 36, de 3 de setembro de 1967 e outros documentos. Cavalcanti (2008) cita em sua obra alguns casos do professor, como podemos observar a seguir:

No Ministério da Justiça, sob o estímulo do ministro Gama e Silva, grupo de assessores jurídicos pesquisavam elementos para justificar o uso da força bruta, da tortura e do assassinato dos contestadores do regime [...] [...] por sua vez, a Escola Superior de Guerra mandava buscar nos estados todo tipo de reforços, em matéria de inteligência, para assegurar a tese do estado de necessidade, segundo a qual, estando o Brasil em situação de guerra, urgia combater o inimigo em qualquer terreno, utilizando todas as armas ao alcance da reação, inclusive a violência física, como autodefesa.

Especialmente dos quadros da FDR foi encaminhado um professor que havia ingressado na instituição na década de 40.

De Pernambuco, para este fim, foi despachado o jurista Mário Pessoa [...] [...] dele ficara célebre, numa aula, quando os mercenários cubanos, a serviço da CIA, invadiram a pátria de Fidel Castro: Cuba não é um problema de subversão. É um problema de submersão, para este jurista que se auto-intitula de agressivamente conservador, uma bomba atômica resolveria o problema de Cuba (CAVALCANTI, 2008, v.2, p. 333).

Havia um planejamento sobre as ações que seriam executadas, recorrentes às teorias de propagandas de Goebbels, como nos recorda Cavalcanti, (2008, v.2, p. 334): A Operação Bandeirantes cedeu lugar ao DOI, propositado anagrama a sugerir o verbo *doer*, dissimulado na sigla de Departamento de Operações e Informações. A ele associou-se, depois, o CODI, Centro de Operações de Defesa Interna, fundindo-se, então, a dupla sinistra DOI-CODI. Ou seja, com isso, semeavam táticas de propaganda nazistas à população, com

simbolismo que representava repulsa e medo. Evidente que para o professor belicista ser afastado da faculdade teria que ter autorização da Congregação, e paralelamente sua trajetória foi exercida extramuros da faculdade, enquanto outros agiam na própria instituição como veremos posteriormente.

Quanto à Operação Bandeirantes, ela foi criada em São Paulo em 1969 com o objetivo de repressão policial que reunia suas ações coordenadas, conforme os serviços de informações e seguranças do Exército, Marinha e Aeronáutica, da Polícia Militar do estado e do Deops da Secretaria de Segurança Pública, este sendo usado para fins de tortura. Todavia não tinha ainda os requintes cruéis que iriam ser instalados após a decretação do AI-5.

Em 19 de junho de 1972, foi nomeado o professor Hilton Guedes Alcoforado para o cargo de Diretor da FDR, através de Decreto do Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. A posse ocorreu em 3 de julho de 1972. O referido professor ministrava a disciplina de Direito Financeiro, cuja cátedra havia pertencido ao seu tio, Luís Guedes Alcoforado. É significativo registrar que dois anos após, em 7 de agosto de 1974, reassume novamente o cargo, mas dessa vez não consta nos Arquivos da FDR se necessitou, para assumir, do aval do então presidente, já o general Ernesto Geisel.

O professor Hilton Guedes Alcoforado também fez parte desta Escola Superior de Guerra, conforme seu próprio depoimento à Fundaj:

Eu cheguei à Escola Superior de Guerra na década de 70; coincidindo com a abertura política brasileira, e posso lhe dizer uma coisa: a abertura política teve as suas primeiras teses e seus primeiros trabalhos e os seus estudos, na Escola Superior de Guerra. A relação com a Escola Superior de Guerra também nunca, no meu tempo e na minha época, nunca encontrei essa relação, não tomei ciência ou conhecimento dessa relação. (Depoimento oral à Fundação Joaquim Nabuco) (FUNDAJ; CEHIBRA, 1983).

Só alguns anos mais tarde é que se vão escutar algumas poucas vozes se manifestarem em favor dos estudantes, como a do então senador Marcos Freire e ex-estudante e ex-professor da FDR. Foi à tribuna em 17 de junho de 1975 para abordar o problema da censura e do decreto nº 477:

É preciso acabar, pois, com a estratégia oficial da difusão do temor, através da pressão potencial ou efetiva do AI-5 ou do 477, bem como pela censura, em todas as suas variadas formas, que impede a livre manifestação do pensamento e o mais amplo desenvolvimento da cultura brasileira [...] É preciso deixar abertos os caminhos para a juventude. Ninguém imobiliza a História. Querer detê-la é arriscar impedir uma evolução incruenta e consentida [...] Só um país suicida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pode julgar válido dificultar e deter o processo de evolução cultural de seu povo (FREIRE, 1975, p. 88).

Verificamos que este pronunciamento aconteceu em junho de 1975, tempos depois da promulgação do Decreto 477, mas ainda, sem dúvida, sob o império dos anos de chumbo. O teor do discurso analisa o cerceamento da liberdade de imprensa, através da repressão política e que não é possível deter o processo histórico. Ou seja, esse aparato acreditava ser detentor de uma "concepção repressora da história" e da realidade social, que o credenciaria a "coagir" e manipular os fatos. Recordemos Marx e Engels (1991, p.8): «A doutrina materialista segundo a qual os homens são produto das circunstâncias e da educação esquece que são precisamente os homens que modificam as circunstâncias e que o educador necessita, por sua vez de ser educado. É por isso que ela tende a dividir a sociedade em duas classes [...]». Uma concepção que só a força interna do próprio processo histórico pôde modificar e acentuar a divisão de classes.

Atualmente observamos as reações dos representantes da caserna e antigos aliados do regime militar: vêm eles a público, a exemplo de Jair Bolsonaro, pedir o retorno à ditadura e criticar os documentos sobre os registros dos desmandos da ditadura, com relação aos mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar. Afinal, os fatos que aparecem à nossa frente são incontornáveis, não existem alternativas além de decifrá-los e revelá-los, por maiores que sejam as dores, ou até as culpas. Talvez com isso a história futura produza o bem [...] TALVEZ.

Ainda sobre a produção intelectual das estudantes na *Revista Idéias* (1968, p.39), a então aluna Lucila Nogueira<sup>42</sup> em um artigo (Anexo 5) intitulado *A Paz*, de jan./fev. de 1968, afirma:

[...] um dia de sábado, juntamente com uma amiga se dirigiam ao cinema, quando aproveitaram a carona de um casal vizinho, ele advogado, ela esposa dele [...] o ópatriarca se pronuncia quanto à greve<sup>43</sup> de estudantes: É muita confiança que dão a esses estudantes! No meu tempo, estudante não tinha vez. Onde já se viu disso? Lugar de estudantes é nas bancas escolares ou em casa estudando! (NOGUEIRA, 1968, p.39).

A autora diz que se calou e prossegue descrevendo sobre os acontecimentos de então: preconceitos, Guerra do Vietnã, falta de humanismo, violência contra os estudantes, sobre a

<sup>42</sup> Lucila Nogueira Rodrigues, aluna de Direito no referido contexto histórico. Advogada, procuradora, poeta e professora do curso de Letras no Centro de Arte e Comunicação ã CAC/ UFPE, faleceu no último dia 26 de dezembro de 2016.

<sup>43</sup> De acordo com o período de publicação da *Revista Idéias*, deve ter sido uma greve nacional, deflagrada, em 26 de março de 68, em decorrência da violência acometida contra o estudante paraense Edson Luís, que foi assassinado no restaurante Calabouço da UFRJ. Inclusive a autora cita o fato. Ver anexo artigo completo.

morte de Edson Luiz (Anexo 6) e aponta como solução: a *paz*. No entanto, é preciso entender que o sistema econômico de então e que se perpetua até nossos dias não deseja um mundo de *paz*. Daí continuam guerras, preconceitos, racismo, exploração econômica, desigualdades sociais, violência contra a mulher. Mas persistimos em falar das flores para vencer os canhões.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória da mulher na Faculdade de Direito do Recife, pudemos observar que a sua história esteve, em geral, em consonância com os padrões impostos pela sociedade; todavia algumas dessas mulheres tiveram certo destaque, como Maria Augusta C. Meira Vasconcelos, que já se pronunciava em favor do voto feminino, ainda no século XIX. Em tempos recentes, tivemos a figura de Bernardette Pedrosa, primeira professora da faculdade, perseguida política pela ditadura militar, assim como Mércia Albuquerque, advogada e defensora de presos políticos. Mesmo que tenham sido lutadoras solitárias nos seus contextos, através de suas ações individuais, deixaram registros importantes na historiografia de Pernambuco. Foram guerreiras e combateram o bom combate.

O período estudado, da ditadura militar, direcionou-nos a temas relacionados à política: medo, repressão, falta de liberdade, mas, também, a descobertas existenciais inerentes à própria juventude: vida social e cultural, namoros, sexualidade, socialização, dentre outros.

Nesse sentido, as entrevistas feitas atingiram o objetivo de que revelassem não só múltiplos elementos do contexto político e social, mas também as particularidades das histórias de vida de cada uma dessas mulheres, suas origens, pertencimentos a estratos médios ou populares, experiências socioculturais diversificadas na fase da vida acadêmica, na integração ao contexto político, cultural e de costumes e na fase de integração à vida profissional.

Contudo, é necessário esclarecer que um trabalho que procura abordar variedade de aspectos como os propostos nos apresentou limites. Ou seja, a própria escolha inicial, sobre o movimento estudantil na faculdade, que foi abortada em seu nascedouro, impossibilitou-nos de ampliar uma atenção merecida à dinâmica da pesquisa. E também outro aspecto deve ser visto. Supor que sobre essas mulheres somente restaram glórias é uma falácia, pois, como afirmou uma das entrevistadas: *óeu poderia ter ido muito longe na profissão, mas meus ãdeveresõde esposa, mãe e dona de casa me tolheram[...] [...] quando me dei conta, o tempo havia passado*. A diferença, talvez, esteja na maneira como enfrentaram os problemas, se houve recuo, outras foram em frente.

No entanto, gostaríamos de reiterar que foi enriquecedor perceber a trajetória de todas as depoentes, ao colaborarem com este trabalho e ao confienciarem parte da história de suas vidas. Elas apresentaram como ponto em comum a manutenção, até os dias atuais, do comprometimento com determinados princípios; quando revelam sob o ponto de vista ético, o

seu papel na sociedade, seja como mulher, seja como profissional. Enfim, reconhecem-se como agentes sociais de transformação, o que, de fato, são. Principalmente em um momento da história política do país em que a mídia brasileira elogia o papel de senhoras jovens, belas, recatadas e do lar.

## REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Ed. Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, Pernambuco 1968. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26, ano 1, 2008. Recife: UFPE.

ALAMBERT, Zuleika. Mulher, direitos, democracia. **Encontro com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3, n. 21, p. 30, 1980.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP, 2001.

ALMEIDA, Verônica. A juventude idealista. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe**: 1964 revisitado. Recife: Fundaj, Massangana, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1988. Bauru, SP: Edusc, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. Usos e abusos da história oral. In: CRUIKSHANK, Julie (Org.). **Tradição oral e história oral**: revelando algumas questões. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1976.

\_\_\_\_\_. FERNANDES, Eliane Moury. **Vencedores e vencidos**: o movimento de 1964 em Pernambuco. Recife: Fundaj; Massangana, 2004.

ARANTES, Aldo. Depoimentos. In: REPRESSÃO e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Mauricio Grabois, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis**: 1937-2007, da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Dumará, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**: um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

ATCON, Rudolph P. **Manual sobre o planejamento integral do campus universitário Rudolph P. Atcon**. Florianópolis: Conselho de Reitores das Universidades, 1967.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **Direitos das mulheres e injustiças dos homens**. 4. ed. São Paulo: Cortês, 1989.

BANDEIRA, Muniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARRETO, Tobias. A alma da mulher. In: \_\_\_\_\_. **A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. **Na trilha do golpe: 1964 revisitado**. Recife: Fundaj; Massangana, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 2 v.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Denis; PEREIRA, Juliana Melo. Quando a Cidade era Universitária: a geografia da Univer-cidade do Recife antes da construção do *campus* da UFPE. **Estudos Universitários: Revista de Cultura**. Recife, Ed. da UFPE, v. 27, n. 8, p. 17- 25. ago., 2011.

BETINHO. Memória. **Revista Teoria e Debate**. São Paulo, n.16, out./nov., 1991.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Marighella**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Rio de Janeiro: MEC, 1972.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.388**, de 20 de junho de 1946. Cria Universidade do Recife, posteriormente denominada Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **UNE: reencontro do Brasil com sua juventude**. Brasília, DF: MEC, 1994. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com.br/2007/07/depoimento-de-darcy-ribeiro-une-ensinou.html>>. Acesso em: jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Biblioteca. **Discursos**. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/04.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

BRAYNER, Nadja; BRAYNER, Maria. Depoimento sobre Cândido Pinto: coerência, coragem e dignidade, três militantes da escola de Engenharia de Pernambuco no período da ditadura militar brasileira. In: ZAIDAN, Michel; MACHADO, Otávio Luís. **Movimento**

**estudantil brasileiro e a educação superior.** Recife: Ed. Da UFPE, 2006.

BRITO, Tásso Araújo de. **A toga e a espada:** Mércia Albuquerque e Gregório Bezerra na Justiça Militar (1964-1969). 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em História) ã Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CABANAS, José Maria Quintana. **Educaciónsocial:**antología de textos clásicos. Madrid: Narcea, 1994.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia:** a juventude em questão. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: \_\_\_\_\_. **Teatro das sombras:** a política imperial. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALCANTI, Leonardo. Zé, tá bom? In: A VIDA e a luta do comunista Manoel Lisboa: depoimentos. Recife: Centro Cultural Manoel Lisboa, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi:** da Coluna Prestes à queda de Arraes, memórias políticas. v. 1. Recife: Cepe, 2008.

\_\_\_\_\_. **O caso eu conto como o caso foi:** fatos do meu tempo, memórias políticas. v. 2. Recife: Cepe, 2008.

CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada:** a greve dos estudantes de direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República. Recife: Cepe, 2009.

COELHO, Fernando Vasconcellos. **Tempo de faculdade e outros tempos:** a Faculdade de Direito do Recife, os bacharéis de 1955 e a luta pela liberdade. Recife: Bagaço, 2012.

COSTA, Carla de SantõAna Brandão. **Movimento estudantil contemporâneo:** uma análise compreensiva das suas formas de atuação. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia) ã Programa de Pós-Graduação em Sociologia; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2004.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revelando algumas questões. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CUNHA, Antônio Geraldo **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à era Vargas. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**, UFF. v. 11, n. 1, 2º sem. 2010, p. 97.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho.** Recife: Ed. da UFPE, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflito na democracia. In: FERREIRA, Jorge; \_\_\_\_\_ (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DICIONÁRIO das mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Garamond, 1998.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840/1910**. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Inquérito policial militar nº 709: o comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

FEITOSA, Polycarpo. **Dois Recifes**. 2. ed. Recife: Cepe, 2010.

FERREIRA, Luiz Pinto. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 1980. T. I.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. Reforma do ensino superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**. ano 7, n. 2, dez., 2005. Disponível em: <[http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/45anos/C-reforma.html#Professora](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html#Professora)>. Acesso em: jun. 2016.

FRANCA FILHO, Roberto. **Travessia: cenas da história política de Pernambuco 1964-1994**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1994.

FREIRE, Marcos. **Cultura em crise: censura, decreto 477, distensão, corrupção e AI-5**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1975.

\_\_\_\_\_. O caso da Faculdade de Direito, um episódio ilustrativo. In COELHO, Fernando. **Tempos da Faculdade e outros tempos: a Faculdade de Direito do Recife, os bacharéis de 1955 e a luta pela liberdade**. Vol. 1. Recife: Bagaço, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. t. 1.

GARCIA, Néelson Jahr. **Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)**. São Paulo: Loyola, 1990.

GINORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres e militância**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- GOULART, João. **Desenvolvimento e independência**: discurso 1961. Brasília: IBGE, 1962.
- GUIMARÃES, Penha. Um mundo de brancos. **Revista Idéias**, Revista Mensal de Cultura de Estudantes da Faculdade de Direito da UFPE, n. 6, p. 96, nov., 1967.
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)** São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IANNI, Octávio. **A formação do estudo populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- JORNAL DO COMÉRCIO. 6 mar. 1945, [s. i.].
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular: da JUC ao PC do B**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- LINHARES, Juliana. Bela, recata e do lar. **Revista Veja**, São Paulo: Ed. Abril, 18 de abril de 2016.
- LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 341-370, jan./jul., 2016. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645125>>. Acesso em: 4 mar. 2016.
- MACIEL, Marco. **Boletim informativo da UEP**. Recife: [S.I.], p. 93. et. 1962/jun. 1963.
- MARX, Karl. **Textos filosóficos: teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Editorial Presença; Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991.
- MENDES JÚNIOR, Antônio. **Movimento estudantil no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MONTEIRO, Débora do Rego. Discurso. **Revista Acadêmica**, Anno XXXII. n. 32. Recife: Imprensa Industrial, 1924.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como evento de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

NOGUEIRA, Lucila. A paz. **Revista Idéias**, Revista dos Alunos da Faculdade de Direito do Recife. Recife: FDR, jan./fev., 1968.

OLIVEIRA, Mário Pessoa de. **Sugestões sobre a paz futura**. Recife: o Autor, 1944.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1994.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **A revolta comunista de 1935**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>. Acesso em: jun. 2016.

PATRIOTA, Rosângela. Representações de liberdade na cena teatral brasileira sob a ditadura militar. In: LOPES, Antônio Herculano (Org.). **História e linguagens: textos, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

PEREIRA, Jair et al. **Miguel Arraes: pensamento e ação política**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17 n. 1. jan./abr., 2009, p. 164. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009/10988>>. Acesso em: jun. 2016.

POERNER, José Artur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REPRESSÃO e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985). São Paulo: Anita Garibaldi, coedição com a Fundação Mauricio Grabois, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória: a história e o esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renes, 1982.

RODRIGUES, Márcia Moraes. Divórcio, uma realidade social. **Revista Idéias**, Revista Mensal de Cultura de Estudantes da Faculdade de Direito da UFPE, n. 5, p. 44, out., 1967.

ROMAGNOLI, Luís Henrique. **A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. (História Imediata, n.5).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Fernando Batista dos. **Stakeholderse sustentabilidade patrimonial universitária**: uma análise da gestão da Faculdade de Direito do Recife a partir de 2007. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) ã Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo dasraças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. **Uma categoria útil para análise histórica**. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Simone Tenório Rocha e. **Em busca da utopia**: as manifestações estudantis em Pernambuco. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) ã Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SIMÕES, Renato; FERREIRA, Sérgio. Betinho. **Revista Teoria e Debate**, Ed. 16, out./dez 1991.

SPIELER, Paula; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (Coords.). **Advocacia em tempos difíceis**: ditadura militar 1964-1985. Curitiba: Edição dos Autores, 2013.

SYRKS, Alfredo. **Os carbonários**: memória de uma guerrilha perdida. 11.ed. São Paulo: Global, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

TRANCOSO, Alberto Del Castilho. O movimento estudantil de 1968 na Cidade do México visto através da fotografia. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, ano 1, n. 26, 2008. Recife: UFPE.

UNE (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES). A UNE contra o SNI. São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

VEIGA, Gláucio. **Origem da atual Faculdade de Direito do Recife**. Recife: FDR, 1989. v. 4.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ZAIDAN, Michel; MACHADO, Otávio Luís. **Movimento estudantil brasileiro e a educação superior**. Recife: Ed. da UFPE, 2006.

**ANEXOS**

**AnexoA** -Relação das Alunas Estudantes de Direito  
Faculdade de Direito do Recife ã FDR (1888ã1959)

| Ano de<br>Conclusão | Bacharelas                                  | Origem | Quantidade<br>por Ano |
|---------------------|---------------------------------------------|--------|-----------------------|
| 1888                | Delmira Secundina da Costa                  | PE     |                       |
| 1888                | Maria Coelho da Silva Sobrinho              | PE     |                       |
| 1888                | Maria Fragoso                               | PE     | 3                     |
| 1889                | *Maria Augusta C. Meira de Vasconcelos      | PE     | 1                     |
| 1893                | Anna Alves Vieira Sampaio                   | AL     | 1                     |
| 1912                | Catharina de Moura                          | PB     | 1                     |
| 1913                | Albertina Correia Lima                      | PB     | 1                     |
| 1924*               | *Débora do Rego Monteiro (oradora da turma) | PE     | 1                     |
| 1932                | Cora Santana                                | PA     |                       |
| "                   | Ida Souto Uchôa                             | PE     | 2                     |
| 1933                | Iolanda Ramos de Mendonça                   | AL     | 1                     |
| 1935                | Ivete Pimentel Marques                      | PE     | 1                     |
| 1939                | ElieteBotelho de Mendonça                   | AL     |                       |
| 1939                | Eulália Guimarães Castro                    | PE     |                       |
| 1939                | Maria Jurací Raposo                         | PE     | 3                     |
| 1940                | Maria da Conceição T. B. de Vasconcelos     | PE     | 1                     |
| 1941                | Doralice Vera Calmon                        | PE     |                       |
|                     | Donina Amélia Pereira de Andrade            | PE     |                       |
|                     | Elba Aranha Soares                          | PE     |                       |
|                     | Elsa Carlos Lira                            | PE     |                       |
|                     | Iraci Alves de França                       | PE     |                       |
|                     | Alba Lins Maranhão                          | PE     |                       |
|                     | Cassilda Aranha Soares                      | PE     | 7                     |
| 1942                | Judite de Oliveira Pacheco                  | MA     |                       |
|                     | Maria Stela Lins Maranhão -                 | PE     |                       |
|                     | Maria Cléa de Souza Coutinho                | PE     | 3                     |
| 1943                | Alcyone Melo                                | PI     |                       |
|                     | Flora Machman                               | PE     |                       |
|                     | Maria Bogéa Rodrigues                       | MA     |                       |
|                     | Maria Helena Pereira                        | PE     |                       |
|                     | Maria José Barreto Campelo de Melo          | PE     | 5                     |
| 1944                | Altamira Chaves de Medeiros Dourado         | RN     |                       |
|                     | Maria Guimar Magalhães                      | PE     |                       |
|                     | Marina de Abreu                             | PB     | 3                     |
| 1945                | Dalva Maranhão                              | PE     |                       |
|                     | Lais de Souza Antunes                       | PE     |                       |
|                     | Lucila de Queiroz Barbosa Wilson            | PE     |                       |
|                     | Zenaide Duclerc Verçosa                     | AL     | 4                     |
| 1946                | Leonor de Oliveira Borges Pereira           | MA     |                       |
|                     | Maria Cunha e Clay                          | RS     |                       |

|       |                                        |    |    |
|-------|----------------------------------------|----|----|
|       | Maria de Lourdes de Moraes M. Pimentel | PE |    |
|       | Maria de Lourdes Sales Mesquita        | PE |    |
|       | Neide Diniz Allain Teixeira            | MA |    |
|       | Neuza Gibson Duarte Rodrigues          | PE | 6  |
| 1947? | -                                      |    |    |
| 1948  | Annussia Gouvitz                       | PE |    |
|       | Maria das Neves Pessoa Serrano         | PB | 2  |
| 1949  | Evelyn Edna Lima                       | PE |    |
|       | Flora Ferraz Veloso                    | PE |    |
|       | Lídia Castelo Branco Marinho           | RJ |    |
|       | Margarida Lucena                       | PB |    |
|       | Maria Açucena Cordeiro                 | PE |    |
|       | Maria Tereza Lafaiete                  | PB |    |
|       | Niete de Oliveira Corrêa Lima          | PE | 7  |
| 1950  | Lilá do Rego Maciel                    | PE |    |
|       | Lúcia Maria Correia Bastos             | PE |    |
|       | Neuza Argemiro Brecknfeld              | PE |    |
|       | Semiramis Regueira de Souza            | PE | 4  |
| 1951  | Edith Perez Ferreira                   | RJ |    |
|       | Ignéz de Lyra Rabello                  | PE |    |
|       | Maria José Bezerra de Aguiar           | PE |    |
|       | Maria Theolinda de Barros              | AL | 4  |
| 1952  | Lourdes Maria Pereira da Costa Celso   | PE |    |
|       | Maria Auxiliadora da Cunha Pedrosa     | PE |    |
|       | Maria do Redentor de Mendonça Bandeira | PE |    |
|       | Miryan Nunes Cavancante                | RN |    |
|       | Olga da Cunha Queiroz                  | PE |    |
|       | Themira de Oliveira Pontes             | PE |    |
|       | Yvete de Oliveira                      | PE | 7  |
| 1953  | Andréa Correia Gondim                  | PE |    |
|       | Herenia Pereira do Nascimento Silva    | PE |    |
|       | Iolanda Amorim Araújo                  | PB |    |
|       | Ignês Antman                           | RJ |    |
|       | Julieta Prazeres Macedo Viana          | PE |    |
|       | Margarida Coutinho da Mota             | PB |    |
|       | Maria da Graça Lyra Rabelo             | PE |    |
|       | Maria Isaura de Medeiros Pinheiro      | RN |    |
|       | Maria José Madruga Baracuhhy de Paiva  | RN |    |
|       | Maria do Socorro Marques               | PI |    |
|       | Neusa Agra Guimarães                   | PE |    |
|       | Ozita Moraes Pinto Ferreira            | PE |    |
|       | Zélia Cardim                           | PE | 13 |
| 1954  | Guimar Correia da Costa                | PE |    |
|       | Lucy Neves de Andrade                  | PE |    |
|       | Maria José de Moura Leite              | PE |    |
|       | Maria Auxiliadora da Costa Pinto       | PE |    |

|      |                                        |    |    |
|------|----------------------------------------|----|----|
|      | Maria Thereza de Sá Pereira Neto       | PE |    |
|      | Maria Valderez Guerra de Freitas       | PE |    |
|      | Nilce Cezar dos Santos                 | PE |    |
|      | Tereza Margarida Maria de Farias       | PE |    |
|      | ValderezLaroche                        | PE |    |
|      | Vilma Loureiro Porto Carreiro          | PE | 10 |
| 1955 | Ivanise de Abreu Mendes                | AL |    |
|      | Jocelina Gomes dos Santos              | PE |    |
|      | Maria de Lourdes Vila Nova Barros      | PE |    |
|      | Maria Auxiliadora Muniz de Albuquerque | PB |    |
|      | Maria da Penha Cunha                   | PB |    |
|      | Rita Vilar Dantas                      | PB |    |
|      | Teresa Maria Silva Linhares            | CE |    |
|      | Yêda de Oliveira Correia Lima          | PE |    |
|      | Zuleide Bezerra de Menezes             | RN |    |
|      | Helena Alves Pessoa                    | PB | 10 |
| 1956 | Bertha Aurea Cunha Barros              | PB |    |
|      | Celi Barbosa da Rocha                  | PE |    |
|      | Danúzia Beléns Moreira                 | PE |    |
|      | Ilza Ribeiro                           | MA |    |
|      | Irene de Souza Barros                  | PE |    |
|      | Isis de Albuquerque Vasconcelos        | PE |    |
|      | Kyrley Rosa de Farias                  | PE |    |
|      | Maria Braga de Barros                  | PE |    |
|      | Maria da Conceição de Barros Barreto   | PE |    |
|      | Maria Izabel Cerqueira Campello        | RN |    |
|      | Maria do Rosários Dias                 | PB |    |
|      | Maria das Vitórias do Lago Vasconcelos | PE |    |
|      | Maria Flora de Azevedo                 | PE |    |
|      | Marinete Terezinha da Silva Ramos      | PE |    |
|      | Neuza Soares de Andrade                | PB |    |
|      | Teresinha do Menino Jesus Santos       | PE |    |
|      | Vilma de Mello Carvalho                | PB |    |
|      | Wolmezita Silva Barros                 | PE | 18 |
| 1957 | Adylce Calheiros Xisto                 | PE |    |
|      | Aldenora Mendes Muniz                  | RN |    |
|      | Antonina Agreli                        | PE |    |
|      | Claudomira Costa Lima do Rego Melo     | PE |    |
|      | Cléa Vasconcelos Brasileiro            | PE |    |
|      | Cláudia de Andrade Maciel              | PE |    |
|      | Gilson eide Alves da Silva             | PE |    |
|      | Maria das Mercês Pimentel              | PE |    |
|      | Maria da Paz Olímpia de Figueiredo     | PE |    |
|      | Marilda Amorim de Araújo               | PB |    |
|      | Nazira de Barros Costa                 | PE |    |
|      | Vima Krause                            | RJ | 12 |

|                                               |                                                 |    |            |
|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------|----|------------|
| 1958                                          | Fernanda Campos Pires                           | SP |            |
|                                               | Germana Pinto Vidal                             | PB |            |
|                                               | Karlise Pinto                                   | PE |            |
|                                               | Luciete Veras Valadares                         | PE |            |
|                                               | Lygia de Souza Leão Ayarza                      | PE |            |
|                                               | Maria Lúcia Guimarães de Andrade                | PE |            |
|                                               | Maria Antonieta Buarque de Gusmão               | PE |            |
|                                               | Maria Conceição Holanda Melo                    | PE |            |
|                                               | Maria José Mendonça Andrade                     | MG |            |
|                                               | Maria de Jesus da Rocha Menezes                 | PE |            |
|                                               | Miriam Guerra e Silva                           | PE |            |
|                                               | Noelía de Aquino Wanderley                      | AL |            |
|                                               | Zuila Ribeiro Helciais                          | AL | 13         |
| 1959                                          | Déa Maria de Souza Rodrigues                    | RN |            |
|                                               | Elissa Braga Albuquerque                        | PE |            |
|                                               | Eustália e Silva                                | AL |            |
|                                               | Haydêe de Castro Pacheco                        | AL |            |
|                                               | Indalice Maria de Lima                          | PB |            |
|                                               | Maria Auxiliadora de Moraes                     | AM |            |
|                                               | *Maria Bernardette Neves Pedrosa 1a. Professora | PB |            |
|                                               | Raquel Brandão Coelho Tavares                   | PE |            |
|                                               | Rosilda Batista Guimarães                       | PB |            |
|                                               | Zuleika Ivelône Andrade Santos                  | BA | 10         |
| <b>Total das mulheres graduadas 1888-1959</b> |                                                 |    | <b>154</b> |

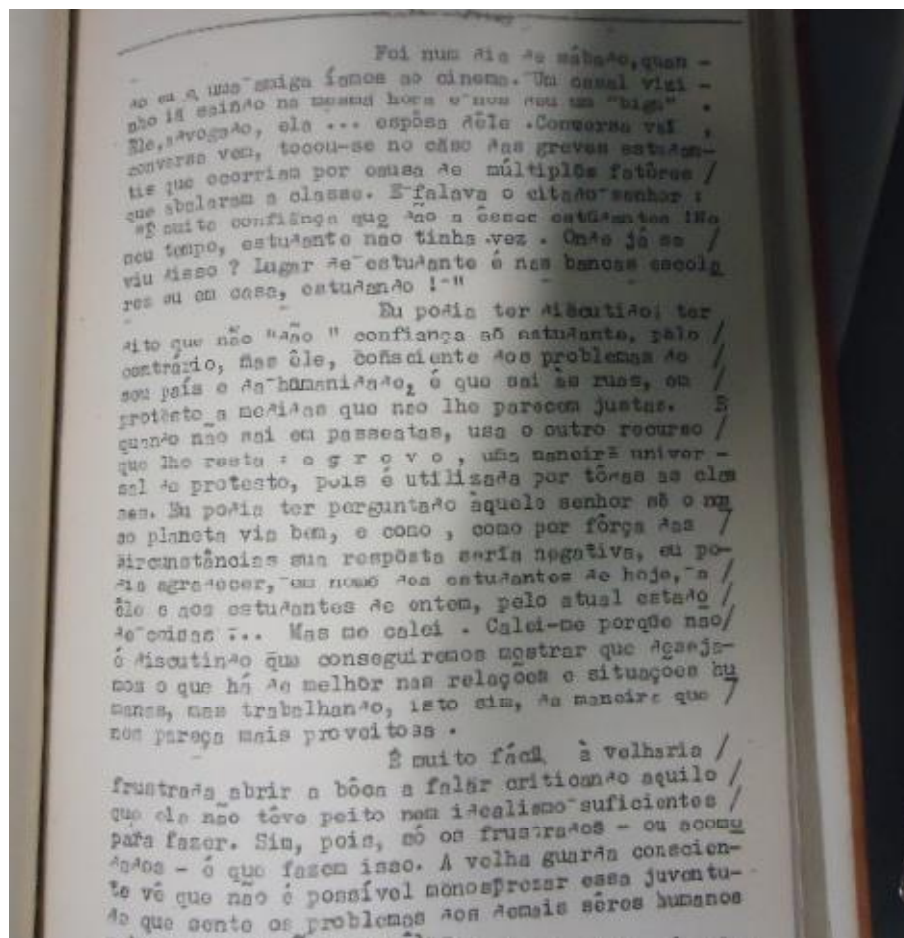
Fontes: 1) Lista geral dos bacharéis e doutores na FDR. Elaborada pelo bacharel Henrique Martins. Recife: Editora Diário da Manhã, 1931. 2) Lista geral dos bacharéis e doutores na FDR: continuação. Elaborada pelo arquivista Luiz Leite Soares. Recife: Editora da Universidade do Recife, 1960.

**Anexo B** - Moda em 1972. Bacharela, durante a colação de grau.



**Fonte:** Arquivo pessoal da entrevistada.

# Anexo C ãArtigo A PAZ - de Lucila Nogueira



**Fonte:**Revista Idéias, Revista dos Alunos da Faculdade de Direito do Recife, Recife: FDR, jan./fev., 1968. p. 39-40.

flor...  
 le que pretende honrar com ele, por coincidência,  
 "corre assassinado". Como se pode entender civili-  
 zação sem humanização?

- A PAZ só será conhe-  
 guida num mundo sem rivalidades de países "esenvi-  
 tidos" com o domínio das subdesenvolvidas. E os Estados  
 Unidos e a China se reglariam na fogueira da  
 guerra do Viet-Nam. Por um término a essa guerra  
 já hou passadas estudantes em inúmeros países, pas-  
 sadas essas que terminaram, como sempre, dissolvi-  
 das gentilmente pela polícia.

Além, isso de poli-  
 cial bater em estudante já não se comenta mais; pa-  
 rece que esta é a sua função, a, a do estudante,  
 espanhar e depois ser remetido ao xadrez. Isto, quan-  
 do não é assassinado, como aquele carioca. Houve  
 ainda quem dissesse que "agora os subversivos tinham  
 um dever como bandeira, lamentavelmente". Não  
 nego que este fato seja verdade, houve quem ataca-  
 o fato - agitadores os há em toda parte - mas en-  
 tão bandeira lhes foi presenteada pela bossalada de  
 de um estúpido que apertou o gatilho de uma arma a-  
 pontada para uma turma de estudantes "armados" de  
 pau . . .

- A PAZ só será conhe-  
 guida, sobretudo, num mundo em que os homens res-  
 peitam uns aos outros, pois o respeito mútuo é a  
 alavanca que pode impulsionar a humanidade para  
 um mundo melhor, sem preconceitos, sem guerra. Essa  
 é a luta do estudante que, embora sob aspectos di-  
 ferentes, busca um único objetivo: A PAZ. E essa  
 é a única luta que se justifica.

CASA ARLINDO de Arlindo José de Souza

Perfumarias - Miudezas em Geral - Filmes fotográficos